



Relatório & Contas
2015

Índice

A. A Empresa.....	1
1. Mensagem do Presidente.....	1
2. Quem Somos.....	2
2.1. Missão, Objetivos e Políticas	2
2.2. A Empresa.....	3
2.3. Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais	4
2.4. Posicionamento.....	5
2.5. Carteira de Participações e Sucursais	6
2.6. Síntese de Indicadores.....	7
3. Reconhecimentos/Prémios.....	8
4. Destaques do Ano/ Principais Acontecimentos.....	8
B. Relatório de Gestão	21
1. Linhas Estratégicas.....	21
2. Enquadramento	22
2.1. A Envolvente.....	22
2.2. O Sector	24
2.3. A Regulação	29
3. O Negócio	33
3.1. Introdução.....	33
3.2. Abastecimento de Água.....	33
3.3. Águas Residuais.....	37
3.4. Resíduos Industriais	38
3.5. Outros Negócios.....	39
4. Sustentabilidade.....	40
4.1. Enquadramento.....	40
4.2. Stakeholders /Partes Interessadas	43
4.3. Gestão do Risco	43
4.4. Atividade Operacional.....	46
Infraestruturas.....	46
Operação	56
Sistema de Sustentabilidade Empresarial	67
Comercial.....	69
4.5. Gestão do Capital Humano	70
4.6. Financeira.....	73
4.7. Eventos Posteriores ao Fecho.....	76

4.8.	Cumprimento das Orientações legais	76
5.	Perspetivas Futuras	83
6.	Considerações Finais	84
7.	Proposta de Aplicação de Resultados	85
8.	Anexo ao Relatório.....	86
9.	Relatório dos Administradores não Executivos.....	87
C.	Demonstrações Financeiras do Exercício de 2015.....	89
I.	Contas Individuais.....	89
I.1.	Atividade económica da Águas de Santo André, S.A.....	93
I.1.1.	Introdução.....	93
I.1.2.	Atividade.....	93
I.1.3.	Acionistas	94
I.1.4.	Aprovação das Demonstrações Financeiras	94
I.2.	Políticas Contabilísticas.....	94
I.2.1.	Bases de apresentação	94
I.2.1.1.	Novas normas e alterações de políticas.....	95
I.2.2.	Conversão cambial.....	99
I.2.2.1.	Moeda funcional e de apresentação	99
I.2.2.2.	Transações e saldos	99
I.2.3.	Atividade concessionada e regulada	99
I.2.3.1.	Introdução	99
I.2.3.2.	Enquadramento – atividade concessionada (IFRIC 12).....	99
I.2.3.3.	Classificação da infraestrutura.....	101
I.2.3.4.	Amortizações.....	101
I.2.3.5.	Acréscimos de gastos para investimentos contratuais	102
I.2.3.6.	Valor Residual.....	102
I.2.3.7.	Rédito – serviços de construção	103
I.2.4.	Ativos fixos tangíveis e intangíveis	103
I.2.4.1.	Direitos de utilização de infraestruturas.....	103
I.2.4.2.	Ativos Fixos Tangíveis	103
I.2.4.3.	Outros Ativos Intangíveis	103
I.2.5.	Ativos e passivos financeiros.....	104
I.2.5.1.	Classificação de ativos financeiros	104
I.2.5.1.1.	Empréstimos e contas a receber	104
I.2.5.1.2.	Investimentos detidos até à maturidade.....	105
I.2.5.1.3.	Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados	105
I.2.5.1.4.	Ativos financeiros disponíveis para venda	105

1.2.5.2.	Passivos financeiros.....	105
1.2.6.	Clientes e outras contas a receber.....	106
1.2.7.	Inventários	106
1.2.8.	Caixa e equivalente de caixa.....	106
1.2.9.	Imparidade	107
1.2.10.	Capital.....	108
1.2.11.	Dividendos a pagar.....	108
1.2.12.	Subsídio do governo.....	108
1.2.13.	Provisões, ativos e passivos contingentes	108
1.2.14.	Fiscalidade	109
1.2.15.	Rédito.....	109
1.2.16.	Trabalhos para a própria empresa	111
1.2.17.	Gastos e Perdas.....	111
1.2.18.	Eventos subsequentes	111
1.3.	Políticas de gestão de risco.....	111
1.3.1.	Fatores de risco.....	111
1.3.2.	Risco de crédito	112
1.3.3.	Risco de liquidez.....	113
1.3.4.	Risco de fluxo de caixa e de justo valor associado à taxa de juro	113
1.3.5.	Risco de capital.....	113
1.3.6.	Risco regulatório	113
1.4.	Estimativas e julgamentos.....	114
1.4.1.	Provisões	114
1.4.2.	Ativos intangíveis.....	114
1.4.3.	Imparidade	114
1.4.4.	Provisões par impostos sobre o rendimento.....	115
1.4.5.	Recuperação Artlant.....	115
1.5.	Instrumentos financeiros por categoria	116
1.6.	Ativos fixos tangíveis e intangíveis.....	116
1.6.1.	Ativos fixos tangíveis	116
1.6.2.	Ativos intangíveis.....	117
1.6.3.	Movimentos do período.....	117
1.7.	Investimentos financeiros	117
1.8.	Impostos diferidos.....	117
1.9.	Inventários.....	118
1.10.	Clientes.....	119
1.11.	Estado e outros entes públicos.....	120

I.12.	Outros ativos correntes	121
I.13.	Caixa e bancos	121
I.14.	Capital	121
I.15.	Provisões	122
I.16.	Fornecedores e outros passivos não correntes	123
I.17.	Acréscimos de gastos de investimento contratual.....	123
I.18.	Subsídio ao investimento	123
I.19.	Fornecedores correntes.....	124
I.20.	Outros passivos correntes.....	124
I.21.	Imposto sobre o rendimento	124
I.22.	Vendas e prestação de serviços.....	126
I.23.	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	127
I.24.	Fornecimentos e serviços externos.....	127
I.25.	Gastos com pessoal	128
I.26.	Depreciações, amortizações e reversões do exercício	128
I.27.	Provisões e reversões do exercício.....	129
I.28.	Perdas por imparidade e reversões do exercício.....	129
I.29.	Outros gastos operacionais	129
I.30.	Outros rendimentos e ganhos operacionais.....	130
I.31.	Gastos financeiros	130
I.32.	Rendimentos financeiros	130
I.33.	Saldos e transações com entidades relacionadas.....	131
I.34.	Compromissos.....	131
I.35.	Ativos e passivos contingentes.....	132
I.36.	Informações exigidas por diplomas legais.....	133
I.37.	Rendimento garantido.....	134
I.38.	Eventos subsequentes	135
2.	Relatório e Parecer do Fiscal Único	137
3.	Certificação Legal de Contas.....	138
	3

Índice de Figuras

Figura 1 - Cadeia de Valor da atividade de produção e distribuição de Água Potável.....	5
Figura 2 - Cadeia de Valor da Atividade de produção e distribuição de Água Industrial.....	5
Figura 3 - Cadeia de valor da atividade de recolha e tratamento de Água Residual.....	6
Figura 4 - Cadeia de valor da atividade de receção e confinamento de Resíduos Industriais.....	6
Figura 5 - Comemoração do Dia Nacional da Água.....	14
Figura 6 - Limpeza da Praia Costa Norte de Sines.....	15
Figura 7 - Reunião geral de colaboradores.....	15
Figura 8 - Comemoração do 14.º aniversário da AdSA.....	16
Figura 9 - Participação na Feira SANTIAGRO.....	17
Figura 10 - Comemoração do dia Mundial do Ambiente.....	18
Figura 11 - Dádiva de Sangue.....	19
Figura 12 - Campanha "Neste Natal vamos ser solidários".....	19
Figura 13 - Jantar de Natal Colaboradores.....	20
Figura 14 - Natal Crianças AdSA.....	20
Figura 15 - Qualidade de água para consumo humano.....	31
Figura 16 - Rede de Distribuição.....	35
Figura 17 - Rede de Abastecimento.....	36
Figura 18 - Rede de Água Residual.....	38
Figura 19 - Lixiviados.....	40
Figura 20 - Esquema de relações com partes interessadas.....	43
Figura 21 - Classes e categorias de riscos.....	44
Figura 22 - Matriz de nível de risco.....	44
Figura 23 - Remodelação da obra-de-entrada da ETAR de Ribeira dos Moinhos.....	47
Figura 24 - Adutora entre o Nó da Petrogal e a ZILS Norte.....	48
Figura 25 - Reparação do Emissário Submarino da ETAR da Ribeira dos Moinhos.....	48
Figura 26 - Remodelação da Obra de Entrada do Emissário de Santiago do Cacém.....	49
Figura 27 - Remodelação da Caixa de Reunião da Barbuda.....	49
Figura 28 - Alteração do Depósito de Lamas Oleosas do TROG da ETAR de Ribeira dos Moinhos.....	50
Figura 29 - Substituição das Comportas da ETAR de Ribeira dos Moinhos.....	50
Figura 30 - Execução de Gradil, Varandins e Barreiras de Proteção na ETAR de Ribeira dos Moinhos.....	51
Figura 31 - Manutenção Preventiva dos decantadores primários da ETAR de Ribeira dos Moinhos.....	54
Figura 32 - Reparação dos transportadores da desidratação de lamas da ETAR da Ribeira dos Moinhos.....	54
Figura 33 - Reparação da conduta adutora DN500 de Santo André para a Ribeira dos Moinhos.....	55
Figura 34 - Reparação da conduta adutora DN500 (troço aéreo) da Ribeira dos Moinhos para Monte Chãos.....	55
Figura 35 - Substituição do disjuntor de proteção do transformador de baixa tensão da Estação de Ermidas.....	55
Figura 36 - Reparação de 2 arejadores/misturadores do tanque de arejamento da ETAR de Ribeira de Moinhos.....	56
Figura 37 - Manutenção de bombas.....	56
Figura 38 - Produção mensal das captações de Água Subterrânea.....	57
Figura 39 - Água subterrânea captada no período de 2013 a 2015.....	57
Figura 40 - Volumes captados no Rio Sado em 2015.....	61
Figura 41 - Volume de água captada na EE Ermidas do Sado.....	61
Figura 42 - Volume armazenado na albufeira de Morgavel no período de 2013 a 2015.....	62
Figura 43 - Volumes produzidos na ETA Morgavel.....	62
Figura 44 - Volumes distribuídos em Monte Chãos.....	63
Figura 45 - Distribuição dos volumes recolhidos em função da tipologia de água residual, em 2015.....	64
Figura 46 - Volumes afluentes à ETAR no período de 2013 a 2015.....	65
Figura 47 - Cumprimento dos parâmetros de descarga.....	66
Figura 48 - Evolução dos Resíduos Recebidos de 2013 a 2015.....	66
Figura 49 - Distribuição de RH por Nível Etário.....	71
Figura 50 - Idade Média de RH no triénio.....	71
Figura 51 - Distribuição de RH por Género.....	72

Figura 52 - Distribuição de RH por Habilitações Literárias.....72
Figura 53 - Distribuição de RH por Vínculo Laboral e Género.....73

Índice de Quadros

Quadro 1- Principais indicadores da AdSA de 2013 a 20157
Quadro 2 - Tipo de procedimentos de contratação adotados entre 2013 e 2015 10
Quadro 3 - Distribuição de Água Potável em Baixa..... 34
Quadro 4 - Distribuição de Água Industrial..... 34
Quadro 5 - Abastecimento de Água Potável em Alta..... 35
Quadro 6 - Abastecimento de Água Industrial..... 36
Quadro 7 - Dados Águas Residuais..... 37
Quadro 8 - Número de determinações analíticas efetuadas por captação subterrânea em 2015 58
Quadro 9 - Pontos de entrega de água para consumo humano e respetivos caudais abastecidos 59
Quadro 10 - Volumes de água produzida e fornecida..... 59
Quadro 11 - Volume de água residual recolhida (2013-2015) 63
Quadro 12 - Volumes faturados por área de negócio..... 70
Quadro 13 - Valores faturados por área de negócio 70
Quadro 14 - Distribuição de RH por Habilitações Literárias..... 72
Quadro 15 - Rendimentos e ganhos 73
Quadro 16 - Gastos..... 74
Quadro 17 - Resultados 74
Quadro 18 - Ativo..... 75
Quadro 19 - Capital Próprio 75
Quadro 20 - Passivo..... 76
Quadro 21 - Cumprimento das orientações Legais 77
Quadro 22 - Indicadores e Objetivos de Gestão..... 78
Quadro 23 - Demonstração da posição financeira..... 90
Quadro 24 - Demonstração de Resultados e do Rendimento Integral..... 91
Quadro 25 - Alterações do capital próprio..... 92
Quadro 26 - Demonstração dos Fluxos de Caixa..... 92
Quadro 27 - Decomposição de caixa e seus equivalentes..... 93
Quadro 28 - Concessão, prazo e indexante..... 101
Quadro 29 - Investimento do Contrato de Concessão 102
Quadro 30 - Ativos financeiros bancários e Rating..... 112
Quadro 31 - Fluxos de caixa contratuais..... 113
Quadro 32 - Instrumentos Financeiros por categoria..... 116
Quadro 33 - Ativos fixos tangíveis..... 116
Quadro 34 - Ativos Intangíveis 117
Quadro 35 - Movimentos de ativos..... 117
Quadro 36 - Investimentos financeiros..... 117
Quadro 37 - Impostos diferidos..... 118
Quadro 38 - Inventários..... 118
Quadro 39 - Clientes..... 119
Quadro 40 - Clientes - municípios..... 119
Quadro 41 - Clientes - município - total da dívida..... 119
Quadro 42 - Total da dívida por vencimento dos municípios..... 120
Quadro 43 - Total da dívida por vencimento (outros)..... 120
Quadro 44 - Estado e outros entes públicos..... 120
Quadro 45 - Outros ativos correntes..... 121
Quadro 46 - Caixa e bancos..... 121
Quadro 47 - Capital Social..... 121
Quadro 48 - Resultado por ação..... 121
Quadro 49 - Movimentos por período do capital social..... 122

Quadro 50 - Provisões.....	122
Quadro 51 - Movimentos por período das provisões.....	122
Quadro 52 - Fornecedores e outros passivos não correntes.....	123
Quadro 53 - Acréscimos de gastos de investimento contratual.....	123
Quadro 54 - Integração de património.....	123
Quadro 55 - Movimentos do período de integração de património.....	123
Quadro 56 - Fornecedores Correntes.....	124
Quadro 57 - Outros passivos correntes.....	124
Quadro 58 - Imposto sobre o rendimento.....	124
Quadro 59 - Imposto do Exercício.....	125
Quadro 60 - Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto.....	125
Quadro 61 - Vendas.....	126
Quadro 62 - Prestações de serviços.....	126
Quadro 63 - Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas.....	127
Quadro 64 - Fornecimentos e serviços externos.....	127
Quadro 65 - Gastos com pessoal.....	128
Quadro 66 - Quadro de pessoal.....	128
Quadro 67 - Depreciações, amortizações e reversões do exercício.....	128
Quadro 68 - Provisões e reversões do exercício.....	129
Quadro 69 - Perdas por imparidade e reversões do exercício.....	129
Quadro 70 - Outros gastos operacionais.....	129
Quadro 71 - Outros rendimentos e ganhos operacionais.....	130
Quadro 72 - Gastos Financeiros.....	130
Quadro 73 - Rendimentos Financeiros.....	130
Quadro 74 - Saldos e transações com entidades relacionadas 2014.....	131
Quadro 75 - Saldos e transações com entidades relacionadas 2015.....	131
Quadro 76 - Principais Compromissos Assumidos.....	132
Quadro 77 - Ações a correr em tribunal.....	133
Quadro 78 - Rendimento garantido.....	134
Quadro 79 - Remuneração em dívida.....	135

A. A Empresa

I. Mensagem do Presidente

No atual contexto que o país atravessa verifica-se, de forma cada vez mais evidente, a necessidade de adotar estratégias empresariais que passem por um controlo de custos apertado e pela crescente melhoria da eficácia e eficiência nos vários processos envolvidos. Esta nova cultura empresarial, que forçosamente impõe uma gestão mais participada mas igualmente de maior responsabilidade e rigor, permitirá capacitar a empresa para dar uma resposta mais satisfatória aos desideratos atuais, mas principalmente prepará-la para um futuro mais exigente e competitivo.

Ciente da importância de realizar uma gestão assente em planeamento, devidamente fundamentada e proactiva, ao invés de exercer uma gestão casuística e reativa, a AdSA elaborou os Planos Diretores de Abastecimento de Água e de Águas Residuais.

Tendo em consideração as necessidades atuais e futuras, e com o enquadramento dado pelos Planos Diretores antes referidos, a Águas de Santo André, S.A. (AdSA), para além da gestão corrente (operação e manutenção) dos sistemas de abastecimento de água potável e industrial, de recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas e industriais e de recolha e acondicionamento de resíduos na sua área de intervenção, os concelhos de Santiago do Cacém e Sines e, em particular, a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), deu sequência aos projetos que vinham de 2014, desenvolveu em 2015 um conjunto muito vasto de estudos e projetos e promoveu o lançamento de empreitadas, muitas das quais já se encontram concluídas, sendo que algumas apenas o ficarão no decorrer de 2016.

Também nas áreas da manutenção e gestão de ativos, da eficiência energética, da segurança, da certificação e dos sistemas de informação técnicos se deram, em 2015, passos significativos para, de forma continuada, melhorar os serviços prestados e fomentar uma cultura interna baseada na eficiência e na sustentabilidade.

A atividade da empresa em 2015 proporcionou um aumento do volume de negócios e uma diminuição dos custos, nomeadamente na rubrica Fornecimento e Serviços Externos (FSE) e, consequentemente verificou-se um aumento do resultado líquido.

Todo este trabalho foi realizado tendo em vista a plena satisfação das necessidades dos clientes e a salvaguarda dos ecossistemas e proteção do ambiente, por uma equipa de colaboradores motivados e demonstrando, na sua maioria, uma atitude de adesão à mudança.

Apraz-nos poder registar a exemplar colaboração de todos os *stakeholders*, em particular, dos clientes, das Câmaras Municipais de Santiago do Cacém e de Sines e demais entidades da Administração Central e Regional.

Em síntese, o ano de 2015 foi caracterizado por um dinamismo da atividade da empresa que só foi possível através do empenho dos seus colaboradores e da confiança e apoio demonstrado pelo acionista bem como da colaboração do Revisor Oficial de Contas que o Conselho de Administração entende dever realçar e que foram determinantes para os resultados alcançados.

Joaquim Marques Ferreira

(Presidente do Conselho de Administração)

2. Quem Somos

2.1. Missão, Objetivos e Políticas

Missão

Conforme o Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio (Constituição e Estatutos da sociedade Águas de Santo André, S.A.), e o Contrato de Concessão assinado em 27 de dezembro de 2001 com o concedente (Estado Português – representado pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território), a AdSA - Águas de Santo André, S.A. tem por MISSÃO gerir e explorar o Sistema de Santo André, de forma a assegurar o abastecimento de água às populações abrangidas, em qualidade e quantidade, e a recolha e tratamento das águas residuais das áreas abrangidas, bem como satisfazer as necessidades das indústrias localizadas na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), relativamente a água potável, água industrial, água residual e resíduos industriais.

Objetivos

Os objetivos estratégicos da AdSA - Águas de Santo André, S.A. são:

OE 1 - Garantir a sustentabilidade económica e financeira da empresa a curto, médio e longo prazo.

Assegurar o presente da empresa e prepará-la para o futuro de forma sólida, com as bases para uma gestão sustentável e proactiva.

OE 2 - Garantir a excelência no desempenho das competências atribuídas.

Assegurar a garantia, fiabilidade e qualidade de serviço a preços competitivos.

OE 3 - Aumentar o nível de proteção de pessoas e património.

Promover o planeamento de emergência e prevenir situações de risco.

OE 4 - Reforçar a prestação de serviços acessórios e iniciar a atividade em novas áreas de negócio (ambientais).

Diversificar a prestação de serviços e aumentar o número de clientes.

OE 5 - Melhorar o conhecimento e a informação sobre os sistemas e o seu funcionamento.

Criar condições para a monitorização dos sistemas e dos processos com vista a uma gestão proativa e eficiente.

OE 6 - Reforçar a participação pública e assegurar o envolvimento dos colaboradores, clientes e das instituições.

Criar e consolidar uma cultura empresarial responsável e uma ligação efetiva à comunidade local e regional.

Política de Gestão

A AdSA num quadro de respeito integral da legislação e das normas aplicáveis, de modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, assume os seguintes compromissos: antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, trabalhadores, restantes partes interessadas e comunidade, nomeadamente através de:

- Promoção e satisfação dos interesses dos clientes e demais Partes Interessadas, nos termos do Contrato de Concessão e outros contratos aplicáveis;
- Estabelecimento e revisão dos objetivos da Qualidade e Ambiente, adequados à natureza das atividades, produtos e serviços da Empresa, atuando sempre de forma a prevenir a poluição ambiental e focalizando esforço na otimização do desempenho energético;
- Estabelecimento e revisão dos objetivos da Segurança adequados à natureza e à escala dos perigos e riscos associados às atividades da Empresa, atuando sempre de forma a prevenir lesões, ferimentos e danos para a saúde, através da implementação de medidas coletivas e individuais;
- Disponibilização de informação e de todos os recursos necessários ao cumprimento dos objetivos da AdSA e proporcionar-lhes uma formação regular e adequada ao desempenho das funções que lhe são atribuídas;
- Promoção da segurança, bem-estar e satisfação dos colaboradores da Empresa em todos os aspetos profissionais e humanos;
- Encorajar a aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes e a conceção orientada para a melhoria do desempenho energético;
- Procura da satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento dos requisitos legais laborais, sociais, fiscais e ambientais, incluindo relacionados com a gestão energética, em vigor;
- Sensibilização dos fornecedores no sentido da sua consciencialização e do seu comprometimento para a adesão aos requisitos da Sustentabilidade Empresarial da AdSA;
- Orientação das suas práticas de gestão pelo princípio da Melhoria Contínua, e para o cumprimento dos requisitos normativos adotados, com persistente empenho na melhoria de eficácia do Sistema de Sustentabilidade Empresarial.

2.2. A Empresa

A Águas de Santo André, S.A. (AdSA), é uma sociedade de capitais públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, a quem foi atribuída a concessão de gestão e exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha, tratamento e destino final de resíduos sólidos de Santo André.

Esta empresa foi constituída por um capital social de € 500.000,00, sendo atualmente de € 1.000.000,00 integralmente realizado e detido a 100 % por Águas de Portugal, SGPS, S.A..

O Contrato de Concessão foi assinado em 27 de dezembro de 2001, em regime de concessão exclusiva por 30 anos, para a exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, que serve a ZILS, a zona urbana de Vila Nova de Santo André e, parcialmente, os municípios de Sines e Santiago do Cacém.

2.3. Estrutura acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais, eleitos na Assembleia-Geral de Acionistas realizada no dia 7 de junho de 2013, têm as seguintes competências:

Mesa da Assembleia Geral

A Assembleia-Geral é o órgão que representa o acionista, sendo as suas deliberações vinculativas nos termos da Lei e dos Estatutos. A este órgão competem importantes poderes, como deliberar sobre os documentos de prestação de contas e a proposta de aplicação de resultados, a apreciação da administração e fiscalização da sociedade, a alteração dos estatutos, transformação e dissolução da empresa, a emissão de obrigações, o aumento de capital, a eleição dos membros dos órgãos sociais bem como a fixação das remunerações dos Órgãos Sociais.

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14.º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre o acionista ou outros.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia Geral.

Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 18º do Contrato da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Contrato da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.

Nos termos do artigo 19.º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem os poderes de gestão e representação da Sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos presentes estatutos e pelas deliberações do acionista.

Composição dos Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da Sociedade apresentam a seguinte composição.

Mesa da Assembleia-Geral

- Presidente - Paulo Manuel Marques Fernandes
- Vice-Presidente - AdP, SGPS, S.A.
- Secretário - Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

- Presidente - Joaquim Marques Ferreira
- Vogal Executivo - Manuel Augusto Ruano Lacerda
- Vogal Não Executivo - João Manuel da Silva Costa

Fiscal Único

Nos termos do artigo 24.º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da sociedade compete a um revisor oficial de contas ou a uma sociedade de revisores oficiais de contas.

Ernst & Young, Audit & Associados - SROC, S.A. representada por:

- Fiscal único efetivo - Rui Abel Serra Martins (ROC n.º 1119)
- Fiscal único suplente - Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC n.º 1154)

Comissão de Vencimentos

- Presidente - Afonso José Marçal Grilo Lobato de Faria
- Vogal - Paulo Jorge Pinto da Silva

2.4. Posicionamento

Operação - Água Potável



Figura 1 - Cadeia de Valor da atividade de produção e distribuição de Água Potável



Figura 2 - Cadeia de Valor da Atividade de produção e distribuição de Água Industrial

Operação - Água Residual



Figura 3 - Cadeia de valor da atividade de recolha e tratamento de Água Residual

Operação - Resíduos Industriais



Figura 4 - Cadeia de valor da atividade de receção e confinamento de Resíduos Industriais

2.5. Carteira de Participações e Sucursais

Não aplicável.

2.6. Síntese de Indicadores

Quadro I- Principais indicadores da AdSA de 2013 a 2015

Síntese de Dados/Indicadores	2013	2014	2015
Capital Social (€)	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Capital Próprio (€)	16.451.042	18.915.662	23.866.856
Ativo Líquido Total (€)	82.079.106	78.896.396	80.783.117
Investimento (€)	1.338.387	524.348	2.834.874
Vendas e Serviços Prestados (€)	16.554.805	13.616.232	14.358.093
Resultados Operacionais (€)	7.444.039	4.261.300	6.929.096
Resultados Financeiros (€)	360.309	66.463	192.974
EBIT + Amortizações + Provisões (EBITDA) (€)	12.006.412	9.725.249	10.967.550
Resultados Antes Impostos (€)	7.804.348	4.327.763	7.122.070
Resultado Líquido do Exercício (€)	5.135.909	2.582.750	5.116.688
Números de Colaboradores em 31 de dezembro	66	65	63
Abastecimento de Água			
Número de Clientes	5.622	5.637	5.649
Número de Municípios Abastecidos *	2	2	2
População Residente na Área Abastecida	28.650	28.650	28.650
Acessibilidade Física ao Serviço em Alta (%)	100%	100%	100%
Acessibilidade Física ao Serviço em Baixa (%)	100%	100%	100%
Água Total Fornecida (m ³)	18.386.828	14.510.445	15.275.640
Água Total Captada (m ³)	11.466.605	23.682.949	6.097.569
Capacidade Diária de Tratamento Água Industrial (m ³)	130.000	130.000	130.000
Capacidade Diária de Tratamento Água Potável (m ³)	20.000	20.000	20.000
Qualidade da Água para Consumo Humano em Alta (%)	100	100	100
Qualidade da Água para Consumo Humano em Baixa (%)	100	100	100
Tratamento de Água Residual			
Acessibilidade Física ao Serviço (%)	100	100	100
Água Residual Total Tratada (m ³)	7.810.644	6.696.606	5.990.970
Capacidade Diária de Tratamento de Água Residual (m ³)	43.000	43.000	43.000
Cumprimento dos parâmetros de descarga (%)	81	87	100
Receção de Resíduos Industriais			
Resíduos Não Perigosos Confinados (ton)	5.000	1.615	3.530

3. Reconhecimentos/Prémios

No que respeita à Qualidade da água nos pontos de entrega em “alta” o relatório anual da qualidade da água destinada ao consumo humano, referente ao ano de 2014, divulgado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), apresenta a comparação por entidade gestora em alta, ou seja, aquelas cujo objetivo principal é captar, tratar e vender a água tratada a outras entidades gestoras responsáveis pela distribuição em baixa. De 2013 para 2014 o número destas entidades gestoras manteve-se nos 15, tendo a AdSA atingido os 100% de água segura nos dois anos referidos, ou seja, realizou todas as análises previstas no plano de controlo de qualidade da água, e não teve nenhum incumprimento pelo que cumpre em 100% os valores legalmente estabelecidos. Em 2014 apenas 4 empresas atingiram aquele valor (Águas de Santo André, Águas do Algarve, Águas do Vouga e Águas do Zêzere e Coa).

Em 2015 a AdSA apresentou uma conformidade de 100 % tanto no abastecimento de água potável em alta como em baixa.

4. Destaques do Ano/ Principais Acontecimentos

Destacam-se de 2015 alguns factos e projetos relevantes, não só pela sua importância atual, mas sobretudo pelo impacto que alguns deles podem ter para o futuro da empresa, preparando-a para os desafios e empreendimentos decorrentes dos novos paradigmas de gestão que hoje se colocam.

I. Contexto da atividade

2015 foi mais um ano em que se reforçou o estreitamento de relações da empresa com os seus clientes, designadamente com as indústrias da ZILS, com as Câmaras Municipais de Santiago do Cacém e de Sines, com as diversas autoridades nacionais e regionais, e com os demais *stakeholders* da região.

Facto bastante relevante no ano de 2015 e com impacto previsível na atividade futura da AdSA foi o desenvolvimento referente ao Plano Especial de Revitalização (PER) da Artlant, que teve um desfecho global favorável. Ainda em 2015 aquela empresa fez ensaios de laboração, tendo funcionado durante os meses de outubro e novembro preparando-se para entrar em produção em 2016.

Os municípios, tal como em anos anteriores, representaram menos de 10 % do volume de negócios da empresa. A atividade da AdSA está assim centrada fundamentalmente nas grandes indústrias da ZILS e apenas residualmente no abastecimento de água e na recolha e tratamento de águas residuais urbanas.

Considerando esta realidade, a AdSA deveria, do universo dos seus clientes privilegiar as indústrias cujos projetos têm horizontes temporais e modelos de decisão sobre processos e produção que não são compagináveis com o período fixo da concessão da AdSA bem como com as variações tarifárias anuais decorrentes do modelo regulatório aplicado à empresa.

Como o ano de 2015 veio claramente pôr em evidência, até por comparação com o ano de 2014, a AdSA tem uma atividade que gera volumes de negócios e resultados sujeitos a uma grande variabilidade pelo que haverá que salvaguardar o fator risco, o que não é compatível com

uma remuneração acionista (OT + 3 %), própria de atividades sem risco, como acontece com os Sistemas Multimunicipais, com as tarifas reguladas.

II. Novas oportunidades de negócio

Desde 2014 a AdSA foi abordada por várias empresas solicitando informação acerca da possibilidade de alargar a sua área de serviço, nomeadamente através da gestão da distribuição de água de abastecimento e industrial e tratamento de águas residuais na área do Porto de Sines, e da disponibilidade e garantia de fornecimento de grandes quantidades de água em situação de emergência para as reservas de gás na área portuária de Sines, tendo-lhe sido igualmente colocada a possibilidade de serem prestados serviços distintos dos que agora presta, como seja a cedência de água para rega para culturas hortícolas em larga escala, com prazos contratualizados significativos, ou para culturas agro-florestais, ou ainda a operação de ETAR de pré-tratamento de águas residuais de unidades industriais da ZILS.

Outras oportunidades que surgiram no decorrer de 2014 prendem-se com um possível aumento do número de clientes e conseqüente aumento do volume de negócios da atividade acessória de receção de lixiviados, para a qual a empresa já dispõe de autorização, bem como a possibilidade de, com recurso à secagem e valorização de lamas produzidas pela empresa e recolhidas em ETAR domésticas da área do litoral alentejano, se diminuïrem fortemente os custos atuais de transporte para destino final das lamas produzidas na ETAR de Ribeira dos Moinhos.

Estas questões continuaram a ser colocadas à empresa ao longo de 2015.

Tal facto vem reforçar ainda mais a ideia da importância relativa da componente industrial no volume de negócios da empresa, que atualmente já representa cerca de 94 % do seu valor.

No sentido de estudar a viabilidade destas atividades a AdSA adjudicou um estudo de mercado intitulado “Assessoria financeira na preparação de modelos de resultados estimados”.

III. Situação empresarial

Ciente de que uma cultura empresarial sólida é um fator determinante para a afirmação e progresso da empresa, a AdSA apostou fortemente em 2015 em melhorar o seu desempenho em várias frentes de trabalho.

A empresa, no decorrer de 2015, promoveu uma racionalização e um controlo de custos operacionais de forma bastante eficaz, sendo de realçar que ao nível da rubrica dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) se verificou uma redução de cerca de cerca de € 310.000 relativamente a 2014. Se consideramos que já em 2014 se verificou nesta rubrica uma redução de € 590.000 em relação a 2013, constata-se que nos últimos 2 anos se verificou um decréscimo de cerca de € 900.000. Esta redução não foi realizada com base em cortes excepcionais, mas sim numa racionalização e num controlo de custos, pelo que se apresenta como sustentável.

Já no que diz respeito ao volume de negócios em 2015 verificou-se um ligeiro aumento relativamente a 2014.

Desta forma, o aumento do volume de negócios e a diminuição dos custos, nomeadamente na rubrica Fornecimento e Serviços Externos (FSE), proporcionou à empresa um aumento do resultado líquido.

No tocante ao processo de compras e cumprimento do Código dos Contratos Públicos (CCP) verificou-se em 2015 a continuidade da estratégia estabelecida em 2014, ou seja, a inversão das práticas estabelecidas na empresa, em observância dos princípios da concorrência e transparência, com recurso preferencial aos concursos públicos, e uma diminuição acentuada dos ajustes diretos e ajustes diretos simplificados, como se pode observar no quadro seguinte.

Quadro 2 - Tipo de procedimentos de contratação adotados entre 2013 e 2015

Tipo de Procedimento	2013	2014	2015
Concurso Público	1	35	36
Concurso Limitado Prévia Qualificação	0	2	0
Ajuste Direto	64	29	23*
Ajuste Direto Simplificado	1.633	1.197	961

* 5 destes Ajustes Diretos foram lançados na sequência de Concursos Públicos anulados porque que ficaram desertos

Assim, espera-se uma diminuição do número de procedimentos a efetuar no futuro, com impacto direto na afetação dos recursos humanos, e uma redução de custos na aquisição de bens (stocks, reagentes, etc.) provocada, entre outros, pelos efeitos das quantidades compradas e pelo próprio mecanismo do procedimento concursal que favorece a livre concorrência.

Também no plano do contencioso, 2015 foi um ano marcante para a empresa. Com respeito às ações administrativas intentadas contra os municípios por falta de pagamento relativo a fornecimento de água potável e tratamento de águas residuais urbanas, processos que a AdSA tinha perdido em primeira instância, em sede de recurso para o Tribunal Central Administrativo do Sul a empresa viu todos os acórdãos proferidos até ao momento serem-lhe favoráveis. Outro processo marcante foi o relativo a um incidente de poluição ocorrido em 2011, em que eram arguidos a Petrogal e a AdSA e alguns técnicos das duas empresas. Em sede de julgamento o tribunal absolveu todos os arguidos, tendo para o efeito declarado a nulidade insanável do despacho de pronúncia produzido nos autos.

Durante 2015 foi desenvolvido um trabalho significativo ao nível da Certificação de vários Sistemas de Gestão como se passa a descrever.

Em auditoria de acompanhamento realizada pela APCER em abril de 2015, a AdSA manteve a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade pela norma NP EN ISO 9001:2008 e do Sistema de Gestão do Ambiente pela norma NP EN ISO 14001:2012, desta feita com a extensão a todas

as atividades da empresa para ambas as normas, ou seja, incluindo também o Sistema de Água Residual.

Na mesma data e em auditoria de concessão realizada pela APCER, a AdSA obteve a certificação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho pelas normas OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008, também extensível a todas as atividades da empresa.

Com o objetivo da certificação do seu Sistema de Gestão de Energia, a AdSA desenvolveu, ao longo do ano de 2015, um conjunto vasto de atividades, designadamente: a nomeação de uma equipa para assuntos relacionados com a gestão da energia; a revisão da Política Empresarial, do Manual de Funções do SSE, dos Requisitos legais no âmbito da Energia e dos Requisitos do SSE para aquisição de bens e serviços, com a inclusão da Energia; a elaboração de documentação diversa e da Matriz de Avaliação Energética, a formação/sensibilização aos colaboradores da empresa. Este trabalho culminou em dezembro de 2015 com a obtenção da certificação do Sistema de Gestão de Energia pela norma NP EN ISO 50001:2012.

Paralelamente, e também com o objetivo da certificação do seu Sistema de Gestão de Responsabilidade Social, a AdSA desenvolveu, ao longo do ano de 2015, as seguintes atividades: a nomeação de duas equipas, uma para assuntos relacionados com o desempenho social e outra para representante de trabalhadores; a revisão da Política Empresarial, do Manual de Funções do SSE, dos Requisitos legais no âmbito da Responsabilidade Social e dos Requisitos do SSE para aquisição de bens e serviços, com a inclusão da Responsabilidade Social; a elaboração do Manual de Responsabilidade Social, de documentação diversa e da Matriz de Avaliação de Riscos; a criação de um Canal de Comunicação, através de conta de *email* – responsabilidadesocial.adsa@adp.pt; e a formação/sensibilização aos colaboradores da empresa. Deste trabalho resultou, em dezembro de 2015, a certificação do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social pela norma SA 8000:2008.

Com o objetivo da certificação do Sistema de Gestão da Segurança Alimentar (NP EN ISO 22000:2005), para o produto água potável, que se prevê obter no primeiro semestre de 2016, a AdSA desenvolveu, em 2015, algumas atividades, designadamente: a nomeação de uma equipa para assuntos relacionados com a gestão da segurança alimentar e a realização de uma Auditoria de Diagnóstico, na qual foram analisados todos os requisitos desta norma e verificado o estado de implementação da mesma na AdSA.

IV. Licenciamento

A AdSA dispõe de todos os títulos de utilização, num total de 7, para as suas diversas atividades.

Em 2014 foi obtida uma derrogação temporária relativamente às condições de descarga definidas na Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para Descarga de Águas Residuais n.º 081/REJ/RG/2011 para os parâmetros CQO e CBO5, por 30 meses, que termina em junho de 2017.

Em abril de 2015 foi publicada em Diário da Republica a Portaria n.º 119/2015, que aprovou a delimitação dos perímetros de proteção das captações subterrâneas da AdSA. Os perímetros de proteção têm como objetivo prevenir, reduzir e controlar a poluição das águas subterrâneas por forma a manter o bom estado químico e quantitativo, com que foi classificada esta massa de água no âmbito do plano de gestão da Região Hidrográfica do Sado e do Mira.

Ainda em abril de 2015, foi solicitada a renovação da Licença de Utilização dos Recursos Hídricos para Descarga de Água Residuais (Salinas) n.º 450.10.04.01.021910.2013.RH6, tendo sido emitida pela ARH-Alentejo, em novembro de 2015, uma nova licença com n.º L016470.2015.RH6.

Para algumas empreitadas foram solicitados e obtidos títulos específicos como é o caso da Empreitada da Reparação do Emissário Submarino junto da APA/ARH do Alentejo.

V. Planeamento

Foram concluídos em 2015 o Plano de Intervenções no Subsistema de Abastecimento de Água e o Plano de Intervenções no Subsistema de Água Residual.

Em relação ao Plano de Segurança da Água (PSA), este encontra-se em desenvolvimento pela equipa da AdSA e conta, tal como os anteriores, com o apoio da AdP Serviços (Direção de Engenharia).

Os trabalhos de desenvolvimento do PSA estão a ser realizados em coordenação com os trabalhos da implementação do Sistema de Gestão de Segurança Alimentar para o Produto Água Potável.

2015 foi ainda o ano em que se desenvolveram os Planos de Segurança Internos para a Sede, a ETA, a ETAR e o RESIM, planos esses aprovados pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), e que contemplam o planeamento de emergência e prevenção das instalações, pessoas e ambiente.

Em matéria de planeamento de obras e empreitadas é sempre necessário dispor atempadamente de informação meteorológica, designadamente de previsões de fenómenos meteorológicos adversos, e, no caso vertente, de precipitação intensa, de ventos e de agitação marítima fortes a muito fortes. A AdSA reconhece agradecida que tem tido a melhor das colaborações da Autoridade Nacional de Proteção Civil, através dos Comandos de Operações de Socorro (CDOS) de Beja e de Setúbal, que remetem diariamente todos os boletins, informações e avisos meteorológicos para apoiar o planeamento próximo das suas atividades. Esta informação é automaticamente disponibilizada aos colaboradores da empresa que dela necessitam. Tal facto é relevante para todas as obras e empreitadas mas foi especialmente útil e notório na recente reabilitação do emissário submarino.

Um outro aspeto que foi alvo de planeamento diz respeito à redução de perdas na rede de distribuição de água potável na Cidade de Vila Nova de Santo André. Tendo em consideração o elevado número de roturas registadas na rede de distribuição de Vila Nova de Santo André nos últimos anos, têm vindo a ser desenvolvidos planos de substituição dos troços de conduta mais problemáticos. Em 2014 ocorreram 220 roturas na rede urbana de Santo André. Após as melhorias efetuadas nos últimos tempos, verificou-se em 2015, uma redução de 40% no número de roturas ocorridas, ou seja, 134. Constatou-se ainda que nos troços que foram substituídos nos dois últimos anos não houve nenhuma rotura.

Por forma a dar continuidade a este plano, foram lançados em 2015 dois concursos públicos, um para aquisição de materiais, e outro para reparação de pavimento de modo a repor as condições iniciais após cada reparação na rede de distribuição de água. Com a realização destes trabalhos prevê-se uma redução bastante significativa no número de roturas para 2016. Assim, a AdSA pretende reduzir drasticamente o número de roturas na rede de distribuição e desta forma reduzir as perdas de água a valores mínimos, que correspondam a elevadas eficiências de distribuição, superando mesmo os valores recomendados.

Ainda no tocante à rede de distribuição foi analisado o estado de conservação dos reservatórios de água tendo sido elaborado um plano de intervenção para os três reservatórios, dois em Santo

André e um em Monte Chãos, prevendo-se efetuar no início de 2016, intervenções de reabilitação de forma a assegurar uma qualidade de água de abastecimento de excelência.

VI. Obras e empreitadas

Também no domínio dos projetos, obras e empreitadas, bem como no setor de manutenção, cabe fazer idêntico elogio à Direção de Engenharia da AdP Serviços, já que, sem a sua colaboração, nunca se tinham alcançado os objetivos e metas propostas e realizado os projetos, obras e empreitadas que se impunham como urgentes e inadiáveis.

Da análise das empreitadas lançadas verifica-se que se tem dado prioridade à resolução de situações críticas no sistema de águas residuais, nomeadamente à melhoria das condições de recolha e transporte, ao tratamento de odores e à melhoria da eficiência da ETAR de Ribeira dos Moinhos.

Em 2015 realizaram-se importantes obras no domínio da receção e tratamento preliminar das águas residuais urbanas, com a obra de entrada de Santo André, a obra de entrada de Santiago do Cacém e a caixa de reunião da Barbuda, as duas últimas com tratamento de odores. Acresce que a caixa de reunião da Barbuda permite agora a separação das águas residuais urbanas provenientes de Sines dos efluentes industriais provenientes da Petrogal.

Na ETAR de Ribeira dos Moinhos realizaram-se um conjunto de intervenções, fundamentalmente de reabilitação de órgãos e equipamentos, com vista à melhoria da eficiência de tratamento, como sejam, obra de entrada da ETAR e recolha de sinais num novo quadro elétrico, substituição dos reservatórios de óleos e gorduras e recolha de sinais num novo quadro elétrico, substituição de janelas e portões e reparação do pórtico no edifício de desidratação de lamas, instalação de barreiras de proteção no tanque de arejamento, reabilitação integral das comportas da ETAR, instalação de cortina arbórea de crescimento rápido no limite sul da ETAR (500 m) e reparação de troço terrestre do emissário submarino.

Foram ainda desenvolvidos projetos e lançados procedimentos concursais para a caixa de entrada da ETAR, para o tanque de receção de lixiviados, para a remodelação da estação elevatória de extração de lamas e para a cobertura do tanque de homogeneização da ETAR.

Também para o sistema de águas residuais foram desenvolvidos projetos para a ligação da Petrogal à bacia de retenção da ZIP 3, para a duplicação da bacia de retenção da ZIP 3 e para o novo emissário entre a caixa de reunião da Barbuda e a ETAR. Está igualmente a ser desenvolvido um projeto para a estação elevatória n.º 4.

Com referência a alguns deste projetos, designadamente naqueles que pressupunham operações demoradas, sem interrupção de serviço e riscos para os trabalhadores e para o ambiente, foi necessário realizar um planeamento muito detalhado, com o envolvimento da generalidade dos dirigentes e técnicos da empresa, e obter a colaboração de clientes, da Câmara de Sines e de outras entidades, como a APA/ARH do Alentejo, o ICNF, a Autoridade de Saúde e a Capitania do Porto de Sines. Apraz-nos registar que todas as referidas operação decorreram conforme o planeamento estabelecido e sem qualquer tipo de incidente.

Estes projetos são determinantes como medidas estruturais para reduzir os riscos ambientais, e a base para uma gestão proactiva do sistema em cenários críticos de qualidade das águas residuais rejeitadas pelas unidades industriais. Estão já pensados para permitirem o desenvolvimento de um sistema de telegestão a instalar proximamente.

No domínio do sistema da água potável foi substituído o sistema de desinfecção de dióxido de cloro para cloro. Estão em curso os projetos/procedimentos para a substituição do sistema de neutralização de cloro, para a reabilitação dos reservatórios, para a substituição da conduta de distribuição de água potável à ZILS norte e o fecho da malha na ZILS norte.

No tocante ao sistema de água industrial foi realizado a reforço do abastecimento à ZILS norte (2 000 m) e estão em fase de projeto/procedimento a substituição dos grupos eletrobomba da captação de Morgavel, a duplicação da adutora ETA de Morgavel – Centro Operacional e reservatório de Monte Chãos (10 km), o fecho da malha na ZILS norte.

Estes projetos são essenciais como medidas estruturais para melhorar a qualidade do serviço prestado, nomeadamente em qualidade da água, fiabilidade e pressão de serviço.

O total do investimento realizado em 2015 foi de cerca de € 3.000.000 (três milhões de euros).

Foi apresentada uma candidatura ao PO-SEUR para o sistema de águas residuais e está em curso uma candidatura de financiamento ao projeto BEI V.

VII. Projetos de âmbito geral

Em 2015 foi concluída a resolução do passivo ambiental existente, através da prestação de serviços de Retirada das Lamas Confinadas no Aterro de Santo André, adjudicada ao consórcio EGEO/SISAV/Carmona/Lena Ambiente, tendo sido, desde o início do projeto e até setembro de 2015, concluídas as 12 bacias existentes. Foram retiradas 82.078,62 toneladas de resíduos (lamas oleosas) e 32.592,74 toneladas de solos saneados, tendo como destinos finais, respetivamente, os CIRVER SISAV e ECODEAL e o Aterro de Resíduos Não Perigosos da Lena Ambiente II. Este é um projeto cofinanciado pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e pelo Fundo de Intervenção Ambiental (FIA), tendo a AdSA recebido, em 2015, o valor global de € 450.339,40 que corresponde a reembolso do FIA.

VIII. Ações Desenvolvidas na área de Comunicação e Educação Ambiental

Dia Nacional da Água

No dia **20 de março**, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Água, a AdSA recebeu na ETA de Morgavel cerca de 130 alunos da Escola Básica Frei André da Veiga de Santiago do Cacém.



Figura 5 - Comemoração do Dia Nacional da Água

Limpeza da praia Costa do Norte de Sines

A Águas de Santo André, S.A., associou-se à iniciativa da limpeza da praia da Costa do Norte promovida pela Câmara Municipal de Sines, que se realizou nos dias 26, 27 28 e 29 de março.



Figura 6 - Limpeza da Praia Costa Norte de Sines

Reunião Geral de Colaboradores

No dia 31 de março a Administração da empresa organizou uma reunião geral com todos os seus colaboradores. A reunião decorreu em duas sessões, uma no período da manhã e uma no período da tarde.

Na referida reunião foi apresentada uma síntese do trabalho desenvolvido no ano de 2014 e foram apresentados os planos, projetos e atividades a desenvolver no ano de 2015.



Figura 7 - Reunião geral de colaboradores

Comemoração do 14.º aniversário da AdSA

O 14.º aniversário da AdSA foi celebrado com um passeio de barco pelo rio Sado com a observação de golfinhos, com uma palestra do Professor António Carmona Rodrigues, e um excelente e animado jantar com animação musical.



Figura 8 - Comemoração do 14.º aniversário da AdSA

Feira anual de Santiago do Cacém – SANTIAGRO

A AdSA participou com um stand institucional num dos maiores eventos anuais do Município de Santiago do Cacém – a Feira Agrícola de Santiago do Cacém – SANTIAGRO, que decorreu entre 29 e 31 de maio de 2015, com o intuito de dar a conhecer a sua atividade. Durante toda a feira foram oferecidos brindes diversos aos visitantes do stand.

Após a abertura oficial da SANTIAGRO, decorreu um colóquio subordinado ao tema "O Ambiente, a Água e as Atividades Económicas", no Auditório António Chainho, organizado pela AdSA em parceria com a Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

Stand institucional da AdSA e distribuição de brindes



Colóquio sobre "O Ambiente, a Água e as Atividades Económicas"



Ativação proporcionada ao longo do certame



Ativação proporcionada pela AJAGATO



Figura 9 - Participação na Feira SANTIAGRO

16º Mostra Internacional de Teatro de Santo André

Foi celebrado entre a AdSA e a AJAGATO - Associação Juvenil Amigos do Gato/Grupo Amador de Teatro de Santo André, um protocolo de cooperação com o objetivo de promover uma cultura de sensibilização ambiental junto do público escolar e de outras entidades e apoiar iniciativas culturais.

Comemoração do dia Mundial do Ambiente

No dia 5 de junho, a AdSA comemorou o Dia Mundial do Ambiente, em colaboração com a Câmara Municipal de Sines, através da realização de um Passeio pela Ribeira dos Moinhos, com cerca de 85 crianças do 4º ano do 1º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Sines, em que foi apresentada a história “Era uma vez... O Ciclo da Água”.

As crianças receberam ainda um folheto alusivo às questões de Educação Ambiental.

Decorrer do passeio



Figura 10 - Comemoração do dia Mundial do Ambiente

Campanha de dádiva de sangue

A AdSA, em parceria com o serviço de imunohemoterapia da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE., promoveu mais duas colheitas de sangue nas suas instalações, uma a 3 de julho e outra a 27 de novembro, a qual contou com a participação de muitos dos seus colaboradores.



Figura 11 - Dádiva de Sangue

Visita do Presidente do Núcleo Regional do Litoral Alentejano da QUERCUS na ETAR de Ribeira dos Moinhos

A AdSA recebeu dia 20 de julho, na sua sede e na ETAR de Ribeira dos Moinhos, a visita do Presidente do Núcleo Regional do Litoral Alentejano da QUERCUS.

Campanha de Angariação de bens para instituições sociais “Neste Natal vamos ser solidários”

À semelhança do ano anterior, os trabalhadores da AdSA deram continuidade ao projeto “vamos ajudar o próximo”, que consiste na angariação de bens, nomeadamente livros e brinquedos, para distribuir pelas instituições locais e assim ajudar quem mais precisa.

Porque existem pequenos gestos que valem mais que 1000 palavras!

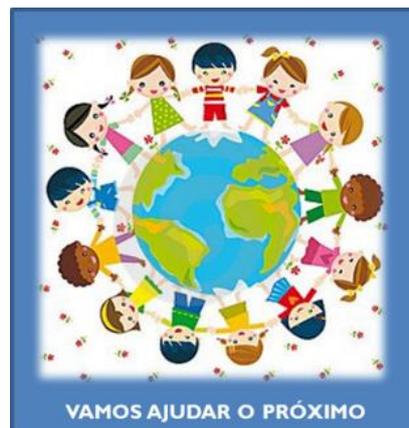


Figura 12 - Campanha "Neste Natal vamos ser solidários"

Festa Natal da AdSA

Realizou-se no dia 15 de dezembro o jantar de natal para os colaboradores da AdSA que decorreu com muita animação e alegria. Um convívio que nos permitirá recordar momentos animados de grande convívio entre colaboradores.



Figura 13 - Jantar de Natal Colaboradores

Realizou-se no dia 18 de dezembro a festa de Natal dedicada aos filhos dos trabalhadores com lanche e distribuição de presentes.



Figura 14 - Natal Crianças AdSA

B. Relatório de Gestão

I. Linhas Estratégicas

Orientações Estratégicas Gerais

A AdSA é uma empresa regulada, sendo sujeita a uma série de orientações estratégicas emanadas superiormente, quer pelo próprio Concedente (o Estado), através de regulamentação legal diversa ou pelo próprio contrato de concessão, quer por diretrizes da AdP, SGPS, S.A., acionista única. As principais orientações estratégicas resultam dos seguintes documentos:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de abril, que define o enquadramento geral da atuação do setor empresarial do Estado;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, aprova os princípios de bom governo das empresas do setor empresarial do Estado, determinando sobre a contratualização da prestação de serviço público, a qualidade de serviço, a política de recursos humanos e a promoção da igualdade, os encargos com pensões, a política de inovação e sustentabilidade, os sistemas de informação e o controlo de riscos e estabelecendo uma política de compras ecológicas; e,
- PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, e para os serviços de gestão de resíduos.

Orientações Estratégicas Específicas

Consistentemente com a missão de que está incumbida, com a visão que delineou e com os valores que defende a Administração da AdSA assume os seguintes compromissos:

- Promover e satisfazer os interesses dos clientes e demais Partes Interessadas, nos termos do Contrato de Concessão e outros contratos aplicáveis;
- Estabelecer e rever os objetivos da Qualidade e Ambiente, adequados à natureza das atividades, produtos e serviços da Empresa, atuando sempre de forma a prevenir a poluição ambiental e focalizando esforço na otimização do desempenho energético;
- Estabelecer e rever os objetivos da Segurança adequados à natureza e à escala dos perigos e riscos associados às atividades da Empresa, atuando sempre de forma a prevenir lesões, ferimentos e danos para a saúde, através da implementação de medidas coletivas e individuais;
- Disponibilizar os Recursos Humanos e Técnicos necessários ao cumprimento dos objetivos da AdSA e proporcionar-lhes uma formação regular e adequada ao desempenho das funções que lhe são atribuídas;
- Promover a segurança, bem-estar e satisfação dos colaboradores da Empresa em todos os aspetos profissionais e humanos;
- Procurar a satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela qualidade do serviço prestado, quer pela garantia do cumprimento dos requisitos legais laborais, sociais, fiscais e ambientais, incluindo relacionados com a gestão energética, em vigor;

- Sensibilizar os fornecedores no sentido da sua consciencialização e do seu comprometimento para a adesão aos requisitos da Responsabilidade Empresarial da AdSA;
- Orientar as suas práticas de gestão pelo princípio da Melhoria Contínua, e para o cumprimento dos requisitos normativos adotados, com persistente empenho na melhoria de eficácia do Sistema de Responsabilidade Empresarial.

2. Enquadramento

2.1. A Envolvente

Global

Apesar de todas as medidas de estímulo adotadas, sobretudo ao nível das políticas monetárias nos países mais desenvolvidos, o crescimento económico global desiluiu em 2015 comparativamente ao que era esperado há um ano atrás, mantendo-se anémico. O segundo semestre de 2015 evidenciou uma atividade económica global ténue, também como resultado dos problemas e desequilíbrios nas várias economias emergentes impulsionadoras da atividade económica global no passado. A título de referência, o Banco Mundial (BM) reviu recentemente para 3,1%, as suas previsões para o PIB global em 2015, refletindo, sobretudo, a fraca performance das maiores economias emergentes bem como o fraco crescimento registado nas principais economias desenvolvidas. A combinação da dimensão e a atual integração económica das maiores economias emergentes, como o Brasil, Federação Russa, Índia, China e África do Sul – com a a desaceleração simultânea destas economias teve efeitos colaterais significativos para o resto do mundo. Esta constatação assenta, fundamentalmente em três grande fatores: (i) o arrefecimento da economia chinesa, (ii) os baixos preços da energia e de outras commodities e (iii) um maior aperto das políticas monetárias dos Estados Unidos da América.

União Europeia

Em 2015, a economia europeia manteve-se suportada por um conjunto de fatores positivos, destacando-se, entre outros, o preço do petróleo, a taxa de câmbio do Euro e baixos custos financeiros. É com base no referido que se assistiu ao estímulo das exportações e do consumo privado. O investimento, contudo, manteve-se em níveis baixos, como consequência de políticas económicas incertas e em alguns países, da dívida excessiva. Estes fatores impossibilitaram uma inversão nos níveis de desemprego, fator crucial para a sustentabilidade da recuperação económica que se deseja. O PIB da Euroarea deverá fechar nos 1,6% em 2015 (1,9% na União Europeia), abaixo das previsões de há um ano atrás. A taxa de inflação deverá ser nula em 2015 e a taxa de desemprego deverá rondar os 10%. Está-se perante um conjunto de indicadores económicos desanimadores que refletem uma economia globalmente pouco sustentada na União Europeia. Este desempenho resulta quer dos fatores acima referidos, quer da indefinição de políticas económicas na União Europeia com impactos negativos na confiança, e consequentemente na procura e no investimento.

Portugal

A economia portuguesa deverá registar um crescimento de aproximadamente 1,5% (face aos 0,9% verificados em 2014), aquém de previsões recentes, mais otimistas. Efetivamente, o registo do primeiro semestre permitira acalentar expectativas de que o PIB pudesse acelerar a sua trajetória, o que não aconteceu. No segundo semestre do ano a economia estagnou, tendo a taxa de variação homóloga desacelerado. O investimento apresentou uma tendência equivalente, registando um comportamento volátil ao longo do ano.

No que respeita à balança comercial, o ano ficou marcado pelo excelente comportamento das exportações. As exportações de material de transporte, de bens industriais e de consumo registaram os contributos mais elevados num ano que ficou também marcado pela retoma das exportações de combustíveis refinados. Fruto de um esforço e aposta na diversificação, a análise por país de destino revela também uma resiliência significativa, na medida em que esta boa performance ocorre apesar da queda das exportações de bens para Angola. Por seu lado, as importações aceleraram uma vez mais, tornando o padrão de expansão menos equilibrado. Mais uma vez, este facto surpreendeu e justificou o ritmo de crescimento económico que deverá atingir os 1,5%, aquém dos 1,8% que algumas entidades chegaram a prever no decorrer do ano. O contributo das importações para o crescimento anual do PIB deverá ser o mais negativo desde 2010. As importações, em volume, deverão registar um aumento anual bem mais elevado, semelhante ao verificado no ano anterior (+7,2%), refletindo por um lado a retoma da procura interna, mas também o aumento da componente importada das exportações (nomeadamente exportações de combustíveis mas também de automóveis).

O saldo das Administrações Públicas situou-se em aproximadamente 4,8 mil milhões de euros negativos (corresponde a -3,6% do PIB, que compara com os -8,9% do PIB em igual período do ano passado, ou com -5,1% se excluirmos a capitalização do Novo Banco) nos primeiros 11 meses do ano. Ainda assim regista-se uma melhoria face ao período homólogo de cerca de 1,74 mil milhões de euros. Esta melhoria teve por base o efeito conjugado da diminuição da despesa (será de -1,9%, se refletirmos na queda da despesa, os subsídios à formação profissional, os gastos com pessoal e prestações de desemprego, bem como os juros. Estes, compensaram positivamente o acréscimo registado nas rubricas de investimento e de aquisição de bens e serviços) e um ligeiro aumento da receita (reflexo do aumento da receita fiscal, parcialmente compensado pela queda das restantes componentes). Estima-se que o saldo orçamental de 2015 supere os -4% do PIB, reflexo da operação de venda num contexto de resolução do BANIF, decidida no final do ano e cujo impacto nas contas do Estado deverá ascender a 2,25 mil milhões de euros (1,3% do PIB estimado em 2015). Deste valor, cerca de 1,776 mil milhões são aportados diretamente pelo Tesouro português e, aproximadamente 490 milhões através de um empréstimo ao Fundo de Resolução.

A taxa de inflação regressou a valores positivos em 2015 e, em termos médios, fechará o ano perto de 0,5%. Todavia, permanece em valores historicamente baixos, facto que se justifica, parcialmente, pelos efeitos da queda significativa dos preços do petróleo no mercado internacional. Tendo em conta o peso das componentes de combustíveis no cabaz do IPC (6,2%), o contributo para a taxa de inflação homóloga será próximo de -0,6 p.p.. Significa que a taxa de inflação em 2015 rondaria 1,1% em vez de 0,5% previstos sem o efeito da queda do petróleo.

A trajetória da taxa de desemprego em 2015 surpreendeu positivamente. Há um ano atrás antecipava-se que a taxa de desemprego alcançasse 14%. Todavia, segundo informação do INE, a taxa de desemprego alcançou 11,9% no terceiro trimestre do ano, sendo igual ao trimestre anterior. Em termos médios, e atendendo à sazonalidade que tipicamente implica piores desempenhos deste indicador nos trimestres em torno dos finais de ano, antecipa-se que a taxa de desemprego se situe em 12,6%.

Fonte: FMI world economic outlook; European Commission economic outlook; BPI Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; INE..

2.2. O Sector

A Água e Saneamento no Mundo

“A água é a fonte da vida, da saúde e dos meios de subsistência em todo o mundo. O fornecimento de água potável é uma das responsabilidades básicas dos governos nacionais locais, e a água impulsiona as decisões das empresas e, em muitos lugares, determina o ritmo da vida diária.” (Ban Ki-moon, 2015).”

O acesso aos serviços de água potável, saneamento e higiene, constitui um elemento fundamental para o bem-estar das comunidades e na saúde pública, tendo um impacto decisivo no nível de nutrição das mesmas. Com efeito, a subnutrição é causada por dietas inadequadas e/ou doenças, estando diretamente relacionada com fatores como a contaminação de água potável ou fracas condições de saneamento e hábitos de higiene.

Dada a importância desta matéria, o Conselho Consultivo da ONU para a Água e Saneamento (UNSGAB), recomendou uma revisão completa da maneira como a comunidade internacional lida com dois problemas socioeconómicos da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: a escassez de água e a insuficiência de saneamento. Simultaneamente identifica a escassez de água como principal risco mundial com impacto na sociedade (World Economic Forum, 2015) e prevê que a procura mundial pela água crescerá 55% entre 2000 e 2050 (OCDE, 2012).

Organizações internacionais e agências da ONU, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico e o Fórum Económico Mundial, centram grande parte das suas preocupações e recomendações em torno deste tema e identificam um conjunto de factos e dados, reveladores da importância do mesmo, como sejam:

- Cerca de 1,7 mil milhões de pessoas vivem em bacias fluviais onde o consumo de água supera sua reposição (Gleeson et al., 2012);
- Aproximadamente 10% da população mundial, ou seja, 663 milhões de habitantes, carece de fontes melhoradas de água potável, e estima-se que a população sem acesso a água potável chegue a 80% no meio rural (OMS/UNICEF JMP, 2015);
- O número de pessoas sem esse acesso é cada vez maior nas zonas urbanas e na África subsaariana, e pelo menos 1,8 mil milhões de habitantes utilizam uma fonte de água potável contaminada por fezes (Bain et al., 2014);
- Cerca de mais 700 milhões de pessoas deveriam ter acesso a saneamento básico para ser possível cumprir a meta relacionada com os ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milénio) até o final de 2015; e,
- Um em cada três habitantes, ou 2,4 mil milhões de pessoas, ainda carecem de melhores sistemas de saneamento, e uma em cada oito pessoas, ou 946 milhões de pessoas, defecam ao ar livre (OMS/UNICEF JMP, 2015).

Simultaneamente verifica-se:

- A perda estimada nos países em desenvolvimento por falta de acesso a fontes melhoradas de água e saneamento básico chega a 1,5% do produto interno bruto (PIB)

(OMS, 2012), enquanto a prioridade dada ao gasto público com água varia muito entre os países, desde menos de 0,5% a mais de 2% do PIB (World Bank, 2009 & Glaas, 2014); e,

- Os sistemas de tratamento de água, nos países desenvolvidos, são incapazes de cobrir mais de 1/3 dos seus gastos básicos de gestão e operação (amostra de 1700 unidades). (IBNET, 2014).

É, também pelos factos descritos que, entre outras recomendações, o UNSGAB propõe:

- Aumentar e melhorar os fluxos financeiros, dando maior prioridade aos setores da água e do saneamento, bem como à gestão dos recursos hídricos, nos orçamentos nacionais;
- Dar maior ênfase à realidade de que a escassez, a contaminação da água e a deterioração dos ecossistemas relacionados com ela são uma ameaça para o desenvolvimento global; e,
- Desenvolver políticas nacionais e planos-diretores para o saneamento, que incluam estimativas de gastos, prazos e planos de financiamento sustentável, para garantir que os planos de investimento de capital sejam coerentes com as fontes de financiamento externas e internas.

De resto, também a UNESCO propõe como objetivos globais de desenvolvimento sustentável no sector da água para 2030, os seguintes pontos:

- Acesso universal a água potável segura e saneamento para todos;
- Redução do uso de água na agricultura em 20 %, na indústria em 20 % e no uso doméstico em 15 % e aumento da produção de água em 50 % (a agricultura apresenta consumos de água na ordem dos 70 %, seguido da indústria com 18% e do uso doméstico com 12 %);
- Aumento de 50 % no número de países que adotam e implementam políticas e programas para o registo público dos direitos à água segundo a perspetiva IWRRM (Gestão Integrada dos Recursos Hídricos);
- Redução em 30 % da poluição na água nas principais fontes, através do aumento da recolha e tratamento de efluentes nas cidades em, pelo menos 80 %, aumento do tratamento de efluentes até, pelo menos 95 %, redução da poluição de fontes difusas em 30 % e tomada de medidas para redução de poluentes na fonte; e,
- Redução de 50 % nas perdas de vidas humanas e bens causados por acidentes relacionados com a água através da resiliência das nações.

A Água e Saneamento na Europa

Na Europa, a população capta, em média, cerca de 13% de toda a água doce renovável e acessível de massas de água naturais, incluindo águas superficiais e água subterrânea. O excesso de exploração continua a ser uma ameaça para os recursos de água doce na Europa (AEA, 2009).

A Garantia da Sustentabilidade Ambiental constitui o sétimo Objetivo de Desenvolvimento do Millennium em que uma das metas será a redução para metade, até 2015, da percentagem da população sem acesso permanente a água potável e a saneamento básico.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que o acesso a fontes de água melhoradas, o saneamento e o tratamento de águas residuais aumentou nas últimas duas décadas. No entanto, em muitos países da Europa ocidental, o progresso tem sido muito lento. Em dez países, mais de 50% da população rural não tem acesso a água de qualidade, o que resulta num aumento de problemas de saúde.

Os cenários de alterações climáticas preveem grandes modificações na precipitação anual e sazonal, no regime hidrológico, inundações, riscos de erosão costeira e qualidade da água, bem como na distribuição de espécies e ecossistemas. As alterações climáticas terão grande impacto na qualidade das fontes de água, nas infraestruturas e no tipo de tratamento necessário para cumprir com os níveis de qualidade adequados.

As políticas de gestão da água na Europa e na União Europeia (UE) têm vindo progressivamente a adaptar-se às alterações climáticas, de modo a procurar salvaguardar no futuro a saúde pública e os ecossistemas.

O estudo da OMS Visão 2030 avalia a influência das alterações climáticas na água potável e no saneamento a médio prazo e o que pode ser feito para maximizar a resiliência da qualidade da água potável e dos sistemas de saneamento.

Existem diversas políticas e documentos, no seio da UE relacionados com os problemas da gestão da água (e.g. Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas; Diretiva Quadro da Água, Diretiva Inundações) e outros mais relacionados com os impactos potenciais da água na saúde humana (e.g. Diretiva relativa à água para consumo humano e Diretiva Águas Balneares). A Diretiva Quadro da Água estabeleceu, em 2000, um enquadramento para a gestão, proteção e melhoria da qualidade dos recursos hídricos por toda a UE. Contudo, não foi possível alcançar, dentro do prazo previsto, o seu objetivo principal: “toda a água superficial e subterrânea em bom estado até 2015”.

Em 2010, os Estados Membros da UE publicaram 160 Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas destinados a proteger e a melhorar o ambiente aquático. Os planos cobriam o período 2009-2015 e um segundo conjunto de Planos de Gestão de Bacias Hidrográficas, a vigorar no período 2016-2021, cuja conclusão estava prevista para 2015. Estes últimos têm como principais desafios melhorar o estado químico das águas superficiais e subterrâneas, bem como melhorar a eficiência no uso da água e a adaptação às alterações climáticas.

O “*Plano destinado a preservar os recursos hídricos da Europa*”, apresentado pela Comissão em novembro de 2012, reitera a necessidade de colocar a gestão dos recursos hídricos da Europa numa perspetiva mais ampla, abordando todos os consumidores de água, bem como as interações da água com outros recursos, como o solo e a energia. É, pois, importante que todos os setores que utilizam recursos hídricos, como a indústria, a agricultura, o turismo, o desenvolvimento urbano e a produção de energia, sejam geridos de um modo sustentável.

Este plano destaca a importância de financiar projetos de gestão de água, mas com a condicionante de que as novas infraestruturas de abastecimento de água só devem ser construídas em última instância, uma vez esgotados os esforços para diminuir a procura e maximizar a eficiência.

A variabilidade nas taxas de perdas nas canalizações de água por toda a Europa – de menos de 10 % em alguns locais até mais de 40% noutras – também aponta para oportunidades de se conseguirem poupanças substanciais de água (AEA, 2012).

Uma revisão dos preços da água na Europa (AEA, 2013) concluiu que muitos Estados Membros estão longe do requisito da Diretiva Quadro da Água no sentido de recuperar os custos totais do abastecimento de serviços de água, incluindo os custos de recursos ambientais. Como evidência do referido são as tarifas de água para irrigação que, em especial, são muitas vezes altamente subsidiadas, facto que incentiva um uso ineficiente de água.

Adicionalmente e complementarmente, a Comissão Europeia propôs-se e propõe-se trabalhar com os Estados-Membros a fim de promover o cumprimento e estabelecer regimes de fiscalização mais eficazes para resolver problemas como o excesso de licenças e a captação ilegal.

Em resumo, o Plano para a Água determinou um conjunto de medidas para salvaguardar este recurso natural na Europa nos próximos anos, entre as quais se evidenciam: a tarifação da água (incluindo recuperação dos custos) para incentivar a eficiência; a redução do consumo de água; a redução de captações ilegais; a redução de perdas; e a reutilização da água e melhor cálculo dos custos e benefícios (juntamente com a tarifação da água).

O Sector em Portugal

O Sector do abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento económico e social do país, tanto pela capacidade de gerar atividade económica e, conseqüentemente de criar emprego e riqueza, como pela crescente melhoria que tem conferido às condições de vida da população. O sector tem evoluído substancialmente nos últimos anos, nomeadamente ao nível das entidades gestoras, das infraestruturas, e de forma muito decisiva e visível, ao nível qualidade da água e do serviço prestado à população.

Em 2014, 95 % dos alojamentos estavam cobertos com o serviço de abastecimento de água, 83% com o serviço de drenagem de águas residuais, sendo que 82 % incluíam o tratamento adequado dessas águas.

As entidades gestoras do sector em Portugal estão abrangidas por um quadro legal de gestão e da exploração dos sistemas multimunicipais e municipais. São considerados multimunicipais os sistemas de titularidade estatal que sirvam pelo menos dois municípios e exijam a intervenção do Estado, em função de razões de interesse nacional (empresas Grupo AdP), e sistemas municipais todos os outros, relativamente aos quais cabe aos municípios, isoladamente, através de associações de municípios ou em parceria com o Estado, definir o modo de organização e gestão (titularidade municipal).

Assim, quando a titularidade é estatal, o **modelo de gestão** pode ser: **direta** (não existe qualquer caso); **delegada** (apenas a EPAL); ou **concessionada** (cujo exemplo são os sistemas multimunicipais pertencentes ao Grupo AdP).

Quando a titularidade é municipal ou intermunicipal, temos também as mesmas formas de modelos de gestão: **direta** – serviços municipais, municipalizados ou intermunicipalizados ou associações de municípios; **delegada** – empresas com ou sem parceria com o Estado e Juntas de Freguesia ou associações de utilizadores; **concessionada** – parcerias público-privadas.

As entidades concessionárias (maioritariamente sistemas multimunicipais) abrangiam cerca de 71 % da população e 79 % do número de municípios abrangidos por entidades gestoras no mercado de abastecimento de água em alta. As entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água em alta em Portugal abrangem cerca de 7,1 milhões de pessoas. O Grupo AdP é responsável pelo abastecimento de 6,7 milhões de pessoas (94 %) em cerca de 192 municípios num total de 220.

Relativamente às entidades gestoras de serviços de saneamento de águas residuais em alta, cerca de 97 % da população abrangida é assegurada por entidades concessionárias (maioritariamente sistemas multimunicipais), respeitante a 91 % do número de municípios.

Ainda em 2014, o Grupo AdP obteve um volume de negócios de 626,2 milhões de euros o que representa 40 % do volume de negócios total do setor de água e saneamento.

O Sector em Portugal em 2015

Em abril de 2015 foi apresentado o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental no período 2014-2020. Com a designação: “PENSAAR 2020 — Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais”, que dá continuidade ao anteriormente estabelecido para o setor (PEAASAR I e II).

A gestão do PENSAAR 2020 está baseada num Quadro Estratégico, organizado em 5 eixos e 19 objetivos operacionais, para os quais foram definidos indicadores a serem monitorizados anualmente, e num Plano de Ação concebido através de um conjunto de 48 medidas suportadas por 135 ações que pretendem concretizar os objetivos operacionais. Este novo programa estará focalizado na gestão eficiente dos recursos e deverá centrar-se em temas como a reestruturação do setor, os recursos financeiros a mobilizar e a implementação do POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos).

A estratégia sectorial para o horizonte 2020, em articulação com um pacote de instrumentos financeiros alinhado com o crescimento verde e num quadro regulatório adequado, orienta a política pública de prestação de serviços de qualidade a um preço sustentável.

Em termos globais o sector é deficitário, sendo os custos 12 % superiores aos proveitos – o défice agrava-se para 35 % ao considerar a remuneração do capital. Face ao contexto do sector, existem desafios chave a lançar, destacando-se o equilíbrio tarifário, uma melhor regulação e a melhoria de eficiência. Para tal, encontram-se definidas duas linhas de atuação estratégica, que incluem as fusões em alta e as agregações verticais ou horizontais em baixa.

O ano de 2015 ficou marcado pela agregação de sistemas multimunicipais dos serviços de águas em alta. As novas entidades gestoras resultantes destas agregações (pertencentes ao Grupo AdP) são a Águas do Norte, a Águas do Centro Litoral e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Estas empresas fornecem serviços de águas em termos globais (abastecimento de água e saneamento de águas residuais) a cerca de 80 % da população portuguesa.

Com a reestruturação do sector das águas, pretendeu-se fazer face aos principais desafios com que o sector se depara, nomeadamente:

- Prosseguir com os investimentos necessários, estimados em valor superior a 3,7 mil milhões de euros até 2020;
- Aumentar a coesão social, através de uma harmonização tarifária em alta no território continental;
- Melhorar a regulação económica do sector, com uma entidade reguladora independente e fomentando a implementação de mecanismos de recuperação de custos (regulamento tarifário) e uma maior transparência na informação ao consumidor final (fatura detalhada); e,
- Gerir de forma mais eficiente, otimizando as operações do Grupo AdP e reduzindo gastos.

A agregação dos sistemas multimunicipais teve como pilares estruturais a harmonização tarifária, promovendo a equidade territorial e contribuindo, por via do alargamento da solidariedade regional e através de ganhos de eficiência, para a resolução dos problemas de sustentabilidade económica e financeira de entidades do setor, nomeadamente dos desvios de recuperação de gastos (ou défices tarifários).

2.3. A Regulação

O grupo Águas de Portugal (grupo AdP), através das suas empresas operacionais, exerce duas atividades reguladas - abastecimento público de água e saneamento de águas residuais -, que constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente.

A exploração e gestão dos sistemas de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais assenta nos princípios da prossecução do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva e da prevalência da gestão empresarial.

O grupo AdP atua nas atividades de alta, através dos sistemas multimunicipais e da EPAL, e nas atividades de baixa, através das parcerias Estado-Autarquias, da EPAL e da Águas de Santo André (AdSA), com modelos regulatórios diferenciados, sujeitos à intervenção da ERSAR (Entidade Reguladora do Serviços de Águas e Resíduos).

Durante o ano de 2015 verificaram-se alterações legislativas relevantes, que importa ter presentes pelo respetivo impacto na organização do sector.

A linha de atuação projetada pelo Governo no Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, assentava, designadamente, na promoção do equilíbrio tarifário, na resolução dos défices tarifários, na implementação de estratégias de integração vertical dos sistemas municipais e, em última análise, na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão, mantendo a natureza pública das respetivas concessionárias.

Durante o ano de 2014 e no primeiro semestre de 2015, finalizaram-se os estudos em curso com vista à reestruturação do sector para a concretização da estratégia traçada pelo Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho. Este processo culminou com a publicação dos Decretos-Lei n.º 92, 93 e 94/2015, de 29 de maio, que criaram, respetivamente, por agregação os sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento do Centro Litoral de Portugal (AdCL), do Norte de Portugal (AdN) e de Lisboa e Vale do Tejo (AdLVT) e atribuíram as respetivas concessões.

O sistema do Centro Litoral de Portugal resulta da extinção dos sistemas explorados pelas empresas Águas do Mondego, Simlis e Simria. O sistema do Norte de Portugal resulta da extinção dos sistemas explorados pelas empresas Águas do Douro e Paiva, Águas do Noroeste, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e Simdouro. O sistema de Lisboa e Vale do Tejo resulta da extinção dos sistemas explorados pelas empresas Águas do Centro, Águas do Centro Alentejo, Águas do Norte Alentejano, Águas do Oeste, Águas do Zêzere e Côa, Sanest, Simarsul e Simtejo.

O Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, atribuiu ainda à EPAL a gestão delegada do sistema de Lisboa e Vale do Tejo e, para a concretização do disposto no artigo 8.º da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, determinou, por alteração do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, a sujeição da EPAL às atribuições da ERSAR de regulação comportamental em matéria económica e aos regulamentos tarifários, salvaguardadas as especificidades do seu modelo de gestão.

O regime das parcerias Estado-Autarquias para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos, bem como a respetiva regulação, é efetuado nos termos da legislação aplicável, de que se destacam os Decretos-Leis n.º 90/2009, de 9 de abril, e 194/2009, de 20 de agosto, o disposto nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como nos regulamentos, nas disposições e nas recomendações aplicáveis aos sistemas de titularidade municipal emitidas pela ERSAR.

Iniciou-se em Abril de 2015 a exploração do sistema municipal de abastecimento de água e saneamento de águas residuais da Região do Noroeste, integrado verticalmente e explorado na Águas do Norte, que resulta da parceria Estado-Autarquias estabelecida com os municípios de Amarante, Arouca, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Fafe, Santo Tirso e Trofa.

Na última reunião do Conselho Consultivo da ERSAR, realizada em dezembro de 2014, a entidade reguladora apresentou uma proposta de regulamento tarifário dos serviços de águas. Na reunião de abril de 2015 do Conselho Consultivo da ERSAR, foi apresentada uma nova versão deste documento, que, nos termos dos artigos 37.º e 12.º, respetivamente, deverá ser ainda sujeito a parecer do Conselho Tarifário da ERSAR e sujeito a consulta pública, nos termos da lei. Durante o ano de 2015 não se verificaram mais desenvolvimentos sobre esta matéria, sendo expectável que venham a ocorrer durante o ano de 2016.

Regulação Económica

As atividades desenvolvidas pelas empresas operacionais do grupo AdP são reguladas pela ERSAR, nos termos dos respetivos estatutos, e pelo disposto nos diplomas e contrato de concessão que regem a respetiva atividade.

Águas de Santo André (AdSA)

A AdSA não constitui um sistema multimunicipal, não obstante a sua regulação ser efetuada nos mesmos termos destas empresas.

As tarifas praticadas pelos sistemas multimunicipais são aprovadas pela ERSAR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 5.º dos estatutos da entidade reguladora, e são calculadas com base nos encargos eficientes previstos nos contratos de concessão, aceites pela ERSAR para esse efeito, divididos pelas quantidades previsionais.

Nos termos do contrato de concessão são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais, incluindo as amortizações líquidas de subsídios ao investimento, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista.

Os contratos de concessão determinam que a remuneração acionista a recuperar por via tarifária seja estimada com base no valor dos capitais próprios e numa taxa equivalente às Obrigações do Tesouro a 10 anos acrescida de uma margem.

No entanto, ao contrário dos sistemas multimunicipais esta remuneração não é máxima, pelo que para esta empresa não se estimam quais desvios de recuperação de encargos.

Regulação da qualidade do serviço

Nos termos dos seus estatutos compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades.

Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água, no saneamento de águas residuais urbanas e na gestão de resíduos urbanos prestados pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a de indicadores desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de

avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em 2015 foi publicado e divulgado o Volume 3 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2013, referenciados a 31 de dezembro.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

Nos termos da legislação, a Águas de Santo André, S.A. está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos dos seus estatutos, compete à Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR), exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento de água.

No que concerne à qualidade da água para consumo humano, verifica-se que ao longo dos anos se têm mantido elevados padrões de qualidade de água produzida e fornecida pela Águas de Santo André, S.A..

A Águas de Santo André, S.A. nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, deve elaborar e submeter anualmente para aprovação da ERSAR, o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), cabendo àquela entidade efetuar as ações de fiscalização à respetiva implementação.

O PCQA de 2015 da AdSA foi submetido à ERSAR, tendo sido aprovado em 5 de dezembro de 2014.

No cumprimento da legislação em vigor a AdSA implementa o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo que nas situações de incumprimento dos valores paramétricos, se existissem, seriam comunicadas às respetivas entidades.

Em 2015, e no âmbito do PCQA aprovado, foram efetuadas 700 análises, 133 no sistema em alta e 567 no sistema em baixa, tendo sido cumpridos todos os valores paramétricos estabelecidos no Decreto-lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.

Anualmente, o grau de cumprimento das normas de qualidade de água para consumo humano no âmbito da implementação do PCQA aprovado, é também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP), volume 4.

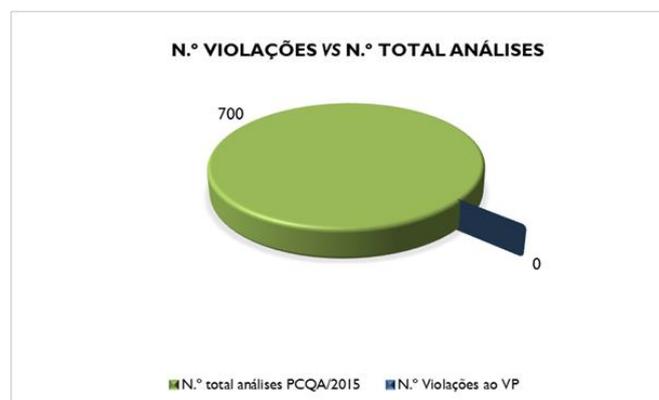


Figura 15 - Qualidade de água para consumo humano

Em 2004, a Organização Mundial da Saúde publicou as suas Recomendações para a Qualidade de Água para Consumo Humano (3ª Edição), onde se propõe uma abordagem de avaliação e gestão de riscos para o controlo da qualidade da água potável através de Planos de Segurança da Água (PSA). Neste ano, foi também publicada a Carta de Bona (Bonn Charter for Safe Drinking Water) por iniciativa da International Water Association (IWA).

Com o objetivo de fornecer água de elevada qualidade da confiança dos seus consumidores, desde 2014 que a Águas de Santo André, S.A. reconheceu no Plano de Segurança da Água (PSA) uma metodologia para assegurar a qualidade e a segurança no abastecimento público de água para consumo humano.

Desde 2011 que o grupo AdP, através de uma metodologia pormenorizada de gestão de risco, dispõe de um manual que capitalizando as experiências das empresas com PSA já implementados, incorpora as melhores práticas e as metodologias mais recentes de avaliação e gestão do risco e apoia a implementação destes princípios noutros sistemas de abastecimento de água.

Dando continuidade à sua estratégia, e em coordenação com a elaboração do PSA, a AdSA continua a desenvolver o trabalho necessário com vista a alcançar a certificação do seu Sistema de Segurança Alimentar (NP EN ISO 22000:2005) até meados de 2016.

Regulação das relações comerciais

Nos termos dos seus estatutos, compete à ERSAR regular as relações comerciais através da definição de regras de relacionamento entre as entidades gestoras em alta e em baixa e entre estas últimas e os respetivos utilizadores, nomeadamente, no que respeita às condições de acesso e contratação do serviço, medição, faturação, pagamento e cobrança e prestação de informação e resolução de litígios, regulamentando os respetivos regimes jurídicos e a proteção dos utilizadores de serviços públicos essenciais.

No âmbito das suas competências, foi emitida pela ERSAR, a Recomendação n.º 1/2010 relativa aos conteúdos que devem constar nas faturas dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos prestados aos utilizadores finais, pelas entidades gestoras que prestem esses serviços

Adicionalmente, com a publicação da Lei n.º 12/2014 de 6 de março que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, modificaram-se os regimes de faturação e contraordenacional das entidades gestoras de sistemas municipais.

O Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, determina que aquelas entidades gestoras são obrigadas, a partir de 1/março/2015, a cumprir com a emissão de faturas detalhadas aos clientes finais (utilizadores em baixa) que incluam a decomposição das componentes de custo que integram o serviço prestado a tais utilizadores, seja de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos.

A legislação da “fatura detalhada”, vincula as entidades gestoras de sistemas municipais à obrigação de transferirem 50 % do valor da fatura cobrada de cada um dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais ou de gestão de resíduos urbanos, para a entidade gestora do sistema multimunicipal ou intermunicipal e sempre limitado ao valor devido a essa entidade gestora, não podendo o produto da cobrança ser utilizado para qualquer outro fim.

Regulação ambiental

As entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos urbanos do grupo AdP estão também sujeitas à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras, emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

Para cobertura dos seus encargos a APA cobra a Taxa de Recursos Hídricos (TRH), que nos termos do Lei 82-D/2014, de 31 de dezembro, (Reforma da Fiscalidade Verde) passou a penalizar os sistemas com perdas em alta superiores a 5% e em baixa superiores a 20%, impedindo, a partir de 2016, que a TRH associada a esses volumes pudesse ser repercutida nos clientes e obrigando a que fosse suportada pelas entidades gestoras como incentivo à redução de perdas.

3. O Negócio

3.1. Introdução

O Sistema de Santo André

O sistema de Santo André abrange três vertentes: abastecimento de água, água residual e resíduos industriais.

Este sistema serve a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ainda, parcialmente, os municípios de Santiago do Cacém (cidade Nova de Santo André e costa de Santo André) e, pontualmente, sempre que solicitado, a cidade de Sines e Porto Covo.

3.2. Abastecimento de Água

Distribuição

Rede de água potável

A distribuição de água potável abrange duas zonas de abastecimento: a zona de Santo André e a Zona Industrial e Logística de Sines.

A distribuição em Santo André é efetuada a partir do reservatório, situado na sede da empresa, do qual a água é bombeada diretamente para a rede. Na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) a distribuição é feita a partir dos reservatórios situados em Monte Chãos, por gravidade.

Quadro 3 - Distribuição de Água Potável em Baixa

Água Potável	
Rede de distribuição (km)	93
Caudal médio diário distribuído (m³/dia)	4.541
Estações elevatórias	1
População servida (habitantes)	15.000

Rede de água industrial

Esta rede destina-se a distribuir água industrial às indústrias da ZILS, sendo efetuada por gravidade a partir de um reservatório situado em Monte Chãos, utilizando uma rede de distribuição própria e independente da de água potável, embora com traçados paralelos.

Quadro 4 - Distribuição de Água Industrial

Água Industrial	
Rede de distribuição (km)	17
Caudal médio diário distribuído (m³/dia)	37.599
Indústrias servidas (habitantes equivalente)	176.000

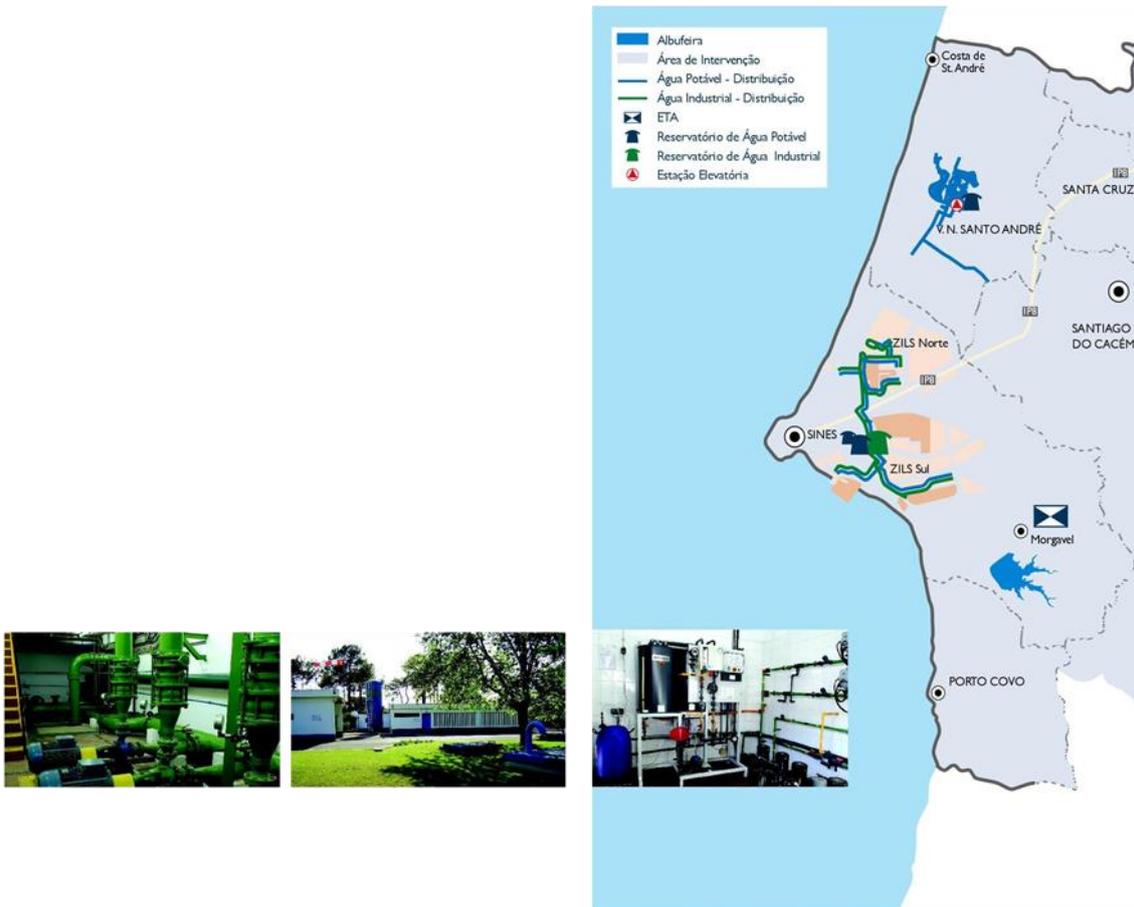


Figura 16 - Rede de Distribuição

Abastecimento

Sistema de Santo André

A captação é feita a norte de Vila Nova de Santo André, no designado sistema aquífero de Sines. Este sistema compreende um conjunto de cinco captações subterrâneas ativas. A água captada é bombeada por estações elevatórias para um reservatório em Santo André e outro em Monte Chãos.

Quadro 5 - Abastecimento de Água Potável em Alta

Sistema de Santo André	
Captações	5
Estação de tratamento de água	3
Adutoras (km)	26
Estações elevatórias	3
Capacidade de produção (m³/dia)	20.000
População servida (habitantes)	27.000

Sistema de Morgavel

Este sistema compreende a captação no Rio Sado, em Ermidas do Sado, seguido de uma adução com cerca de 40km até à Albufeira de Morgavel sendo água posteriormente transportada até ao reservatório em Monte Chãos (50.000 m³).

Quadro 6 - Abastecimento de Água Industrial

Sistema de Morgavel	
Captações	1
Estações de tratamento de água	1
Adução em conduta, canal e túnel (km)	39
Capacidade de produção (m ³ /dia)	130.000



Figura 17 - Rede de Abastecimento

3.3. Águas Residuais

O Sistema de saneamento de água residual de Santo André, compreende a recolha, transporte e tratamento de água residual industrial proveniente da Zona Industrial e Logística de Sines e da água residual urbana provenientes das cidades de Santo André, Sines e Santiago do Cacém.

As águas residuais são tratadas na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Ribeira de Moinhos, sendo depois descarregadas no mar, através de um emissário submarino com 2400 m de comprimento e a 40 m de profundidade.

Quadro 7 - Dados Águas Residuais

Água residual	
Rede de coletores (km)	41.44
Estações elevatórias (EE)	11
Estação para Injeção de oxigénio	1
Bacias de retenção	2
Estação de tratamento de águas residuais	1
Emissário submarino	1
Capacidade de tratamento (m³/dia)	43.000
Volume diário tratado (m³/dia)	16.414
Carga média removida (ton CQO/ano)	1801
População servida (população equivalente)	63.920



Figura 18 - Rede de Água Residual

3.4. Resíduos Industriais

Na vertente de resíduos industriais, a AdSA tem por atribuição receber os resíduos Industriais provenientes das indústrias situadas na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS) e ainda da estação de tratamento de águas residuais (ETAR) de Ribeira de Moinhos e da estação de tratamento de água (ETA) de Morgavel.

O aterro de resíduos industriais, com uma extensão total de 59 ha, contempla quatro zonas distintas de resíduos, uma zona de infraestruturas de apoio ao funcionamento do aterro e uma rede piezométrica, constituída por 13 piezómetros, para monitorização da qualidade das águas subterrâneas.

Zona de deposição de resíduos sólidos urbanos (RSU)

A zona destinada à deposição de RSU, cuja área de projeto é de 27.200 m², entrou em funcionamento em 1977, com a finalidade de servir os concelhos de Santiago do Cacém e Sines, tendo sido encerrado, em abril de 2000, após a entrada em funcionamento do aterro sanitário do sistema de resíduos sólidos do Litoral Alentejano, Aljustrel e Ferreira do Alentejo.

A AdSA, em 2011, procedeu à selagem e requalificação ambiental das Células de RSU.

Zona de deposição de resíduos sólidos industriais (RSI)

A zona destinada à deposição de RSI, constituída por dois alvéolos e com uma área total de deposição de 14.450 m², iniciou a sua utilização em 1994, tendo sido encerrada em 2008.

A AdSA, em 2011, procedeu à selagem e requalificação ambiental das células de RSI.

Zona de deposição temporária de lamas oleosas

Com o objetivo de armazenar temporariamente as lamas oleosas provenientes da ETAR de Ribeira dos Moinhos e das empresas situadas na ZILS, foram construídas 12 bacias, cujo funcionamento iniciou em 1982 e terminou em 2008.

Em 2015 foi concluída a resolução do passivo ambiental existente, através da prestação de serviços de Retirada das Lamas Confinadas no Aterro de Santo André, adjudicada ao consórcio EGEO/SISAV/Carmona/Lena Ambiente, tendo sido, desde o início do projeto e até setembro de 2015, concluídas as 12 bacias existentes. Foram retiradas 82.078,62 toneladas de resíduos (lamas oleosas) e 32.592,74 toneladas de solos saneados, tendo como destinos finais, respetivamente, os CIRVER SISAV e ECODEAL e o Aterro de Resíduos Não Perigosos da Lena Ambiente II. Este é um projeto cofinanciado pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e pelo Fundo de Intervenção Ambiental (FIA), tendo a AdSA recebido, em 2015, o valor global de € 450.339,40 que corresponde a reembolso do FIA.

Zona de deposição de resíduos não perigosos (RNP)

A AdSA, em 2010, procedeu à construção de uma célula para receção de resíduos não perigosos (RNP). Esta célula, constituída por dois alvéolos, tem como características técnicas principais:

- Capacidade anual para receção de RIB: 6.500 toneladas;
- Vida Útil Espectável: 16 a 23 anos (dependente dos quantitativos de resíduos a receber).

Tendo recebido o seu alvará de licença para a realização de operações de gestão de resíduos em maio de 2011, a AdSA retomou a atividade de receção de RNP em setembro de 2011.

3.5. Outros Negócios

Desde 2006, que têm sido apresentados à AdSA sucessivos pedidos de descarga de lixiviados, por invocada incapacidade das unidades de tratamento de lixiviados dos Aterros de Resíduos Sólidos Urbanos.

Para a execução desta prestação de serviços a AdSA solicitou autorização ao Concedente autorização para o exercício desta atividade de forma continuada, até um limite máximo de 5% do caudal médio afluente à ETAR, estando em vigor a autorização N° 48/2014/MAOTE, emitida pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia em junho de 2014.

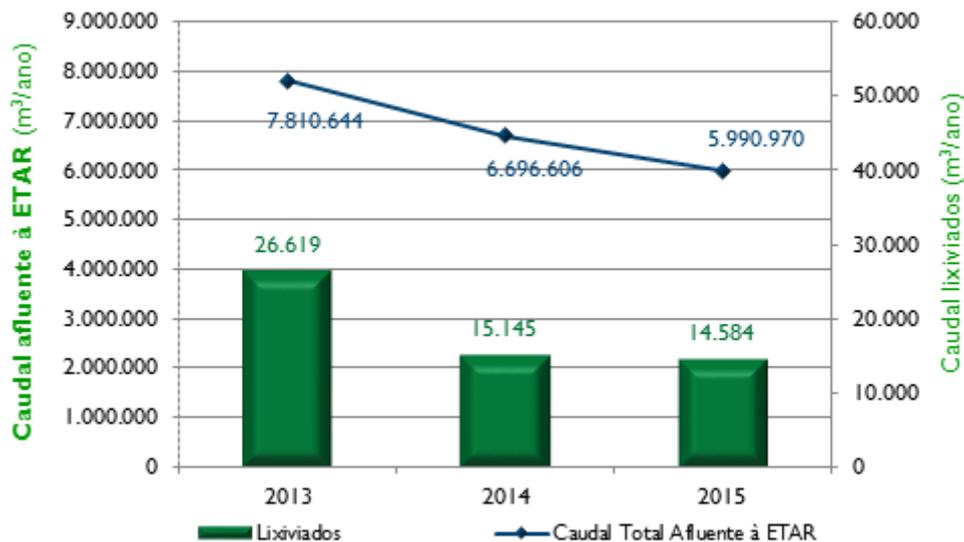


Figura 19 – Lixiviados

4. Sustentabilidade

4.1. Enquadramento

Prosseguimos em 2015, empenhados em continuar a contribuir de forma relevante para a promoção de um futuro sustentável, através da compatibilização de um crescimento económico com a responsabilidade ambiental, a justiça social e a qualidade de vida das populações de hoje e das gerações futuras.

O Grupo AdP, enquanto ator com função ativa na sociedade e no ambiente, está empenhado numa gestão adequada dos seus recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado, a melhores tarifas para a comunidade.

O Grupo AdP acredita que a sustentabilidade se consegue criando relações biunívocas - simbioses - com o ambiente, com os acionistas e colaboradores, com a comunidade e com as demais partes interessadas, com quem tem uma relação de estreita interdependência. A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP resulta da análise das orientações de gestão e da estratégia de negócio, do plano sectorial PENSAAR, da reflexão sobre as expectativas dos *stakeholders*, da consolidação das melhores práticas existentes, dos compromissos assumidos com a subscrição do Global Compact no âmbito das Nações Unidas e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A partir deste trabalho, identificaram-se os principais desafios do grupo em matéria de sustentabilidade e definiram-se os Princípios e Compromissos.

Durante o ano de 2015 o Grupo reviu a sua estratégia de sustentabilidade ajustando os princípios e compromissos e definindo novos objetivos e metas.

Estratégia de Sustentabilidade

Simbiose com Ambiente

Princípio: Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- Conservar e valorizar as massas de água
- Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Princípio: Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- Garantir a ecoeficiência do Grupo

Simbiose com os Acionistas e Clientes

Princípio: Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo
- Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável
- Princípio: Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida
- Compromissos:
- Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

Simbiose com os Colaboradores

Princípio: Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo

Compromissos:

- Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- Garantir a igualdade de oportunidades
- Garantir a segurança e saúde no trabalho
- Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

Simbiose com a Comunidade

Princípio: Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico.
- Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento.

Nos aspetos relevantes da atividade de 2015, destaca-se ainda a prossecução da política de desenvolvimento e melhoria contínua dos seus processos, no sentido da prestação de um serviço público de qualidade e da diversificação numa ótica de aumento da eficiência, para a qual contribuem fortemente as certificações dos sistemas de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social, e Energia numa lógica de transparência e credibilidade.

Ao nível da Responsabilidade Social, o Grupo manteve a aposta em políticas corporativas, nomeadamente dando continuidade ao programa de atribuição de bolsas de estudo com vista a contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem dos filhos dos seus colaboradores. Em 2015, foram atribuídas 20 bolsas de estudo de ensino superior no valor de 1.200 euros e 15 bolsas destinadas à educação especial no valor de 1.000 euros. De realçar que, no âmbito das bolsas de ensino superior atribuídas, sete representam uma renovação do apoio concedido em anos anteriores, incentivando a continuidade dos estudos.

Também de realçar a ação “Bootcamp em Empreendedorismo Social Águas de Portugal” dinamizada em parceria com o IES/SBS em que 40 colaboradores de todas as empresas do Grupo AdP, ligados à área da sustentabilidade e responsabilidade social, partiram para uma formação intensiva rumo ao Empreendedorismo Social. A iniciativa teve por objetivos promover o encontro e partilha entre estes e, simultaneamente, proporcionar um momento formativo com relevância para o desenvolvimento e implementação de novos projetos na área de responsabilidade social. Muitas foram as ideias partilhadas durante as 48 horas de formação, que culminaram com a apresentação de 10 projetos de empreendedorismo social, de diversas áreas como o ambiente, saúde, educação, cultura e desenvolvimento comunitário.

4.2. Stakeholders /Partes Interessadas



Figura 20 - Esquema de relações com partes interessadas

4.3. Gestão do Risco

A Águas de Santo André, S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

O processo de gestão do risco empresarial implementado na empresa, possibilita uma avaliação integrada do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, por forma a proteger os seus investimentos e ativos.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a qual apresentamos em baixo:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do grupo AdP, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Reportando diretamente ao conselho de administração da Águas de Portugal SGPS, SA, é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas de Santo André, sendo periodicamente apreciados pelo acionista maioritário (AdP SGPS, SA). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela Águas de Santo André e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

No seguimento das orientações emanadas pela tutela, ocorreu em 2015 a reestruturação do grupo AdP, com a extinção de várias empresas gestoras dos sistemas multimunicipais existentes e a criação de 3 novas empresas. Tendo por base a complexidade e criticidade do processo, foi entendimento da Administração da AdP SGPS, não proceder à avaliação do risco do Grupo AdP e respetivas empresas participadas para o ano em questão, processo que será retomado em 2016.

Em 2015 mantêm-se, genericamente, os principais riscos a que a Águas de Santo André, S.A. se encontrava exposta em 2014, nomeadamente:

- Risco 1 – Continuidade do negócio;
- Risco 2 – Segurança física e das instalações;
- Risco 3 – Perdas nos sistemas de abastecimento em alta;
- Risco 4 – Sustentabilidade ambiental e operacional;
- Risco 5 – Gestão de tesouraria; e
- Risco 6 – Gestão da saúde pública.

Subsequentemente serão retomadas as ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

4.4. Atividade Operacional

Infraestruturas

Estudos e Projetos

No respeitante ao desenvolvimento de estudos e projetos, em 2015 foram realizadas as seguintes atividades relativas ao sistema de águas residuais:

- Conclusão do Plano Diretor de Águas Residuais;
- Conclusão do projeto para a “Reabilitação da Estação Elevatória de extração de lamas da ETAR de Ribeira dos Moinhos”;
- Conclusão do projeto da cobertura do tanque de homogeneização da ETAR de Ribeira dos Moinhos;
- Conclusão do projeto do “Tanque de Receção e Regularização de Lixiviados e Fossas Sépticas”;
- Desenvolvimento do projeto de “Remodelação da etapa de desidratação de lamas da ETAR de Ribeira dos Moinhos” (antigo processo relativo à “Desodorização do edifício de desidratação de lamas”);
- Desenvolvimento do projeto para a execução de *bypass* entre ao ponto de recolha da Petrogal e a Bacia de Retenção da Estação Elevatória ZIP3;
- Desenvolvimento do projeto de duplicação da Bacia de Retenção da Estação Elevatória ZIP3; e,
- Desenvolvimento do projeto para a execução de “Nova conduta de água residual urbana entre a Caixa de Reunião da Barbuda e a ETAR da Ribeira dos Moinhos”.

Já no domínio do sistema de água potável foram desenvolvidos os seguintes estudos e projetos:

- Conclusão do Plano Diretor de Abastecimento de Água;
- Desenvolvimento do Plano de Segurança da Água, o qual se estima que esteja concluído no final do primeiro semestre de 2016.
- Conclusão do projeto de “Remodelação dos sistemas de neutralização de fugas de cloro da ETA dos Centro Operacional de Santo André (COSA) e do Centro Operacional de Monte Chãos (COMC)”;
- Conclusão do projeto de “Reabilitação dos reservatórios de água potável”; e,
- Desenvolvimento do projeto de substituição da conduta de distribuição de Água Potável no troço entre a esteira da Petrogal e o “Nó da Ford”.

No que concerne ao sistema de água industrial foram desenvolvidos os seguintes estudos e projetos:

- Conclusão do projeto de “Aquisição e Montagem de Grupos Eletrobomba na Captação de Morgavel, da Águas de Santo André, S.A.”; e,
- Desenvolvimento do projeto da duplicação da conduta adutora da ETA para o Centro Operacional Monte Chãos.

Estudos e projetos de caráter geral:

- Conclusão do projeto de “Pavimentação da Estrada Municipal de Santiago do Cacém na Zona de Abatimentos da Vala do Emissário”; e,

- Desenvolvimento do projeto para “Melhoramento e ampliação dos Balneários da Sede, ETAR de Ribeira dos Moinhos e ETA de Morgavel”.

Empreitadas

Em 2015 foram iniciadas ou concluídas as seguintes empreitadas:

- Execução da empreitada “Remodelação da obra-de-entrada da ETAR de Ribeira dos Moinhos”. A obra encontra-se concluída e teve um custo total de € 104.893,74.

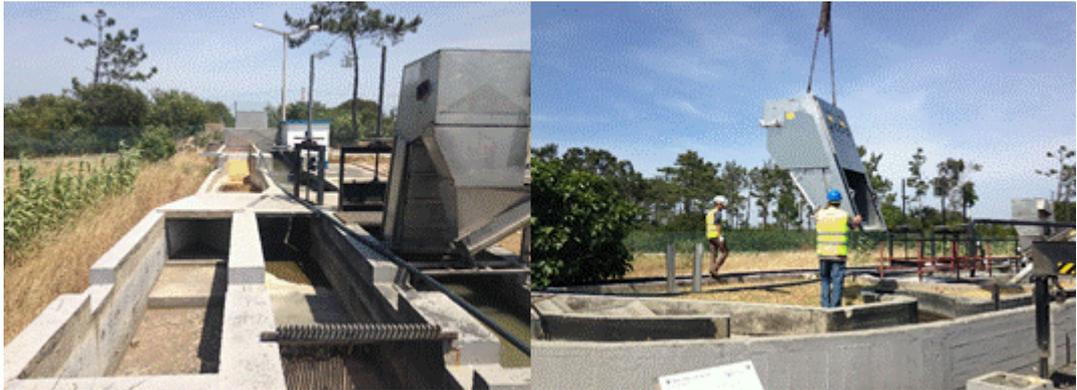


Figura 23 - Remodelação da obra-de-entrada da ETAR de Ribeira dos Moinhos

- Execução da empreitada “Controlo de Válvula Motorizada do Parque Central”.

Em 2015 foram iniciadas as seguintes empreitadas:

- Execução da empreitada “Adutora entre o Nó da Petrogal e a ZILS norte – Fase II”. A obra encontra-se em fase de conclusão (março de 2016) e terá um custo total de € 2.287.585,47.



Figura 24 - Adutora entre o Nó da Petrogal e a ZILS Norte

- Execução da empreitada “Reparação do Emissário Submarino da ETAR da Ribeira dos Moinhos”. A obra foi concluída em fevereiro de 2016 e teve um custo total de € 471.609,51.

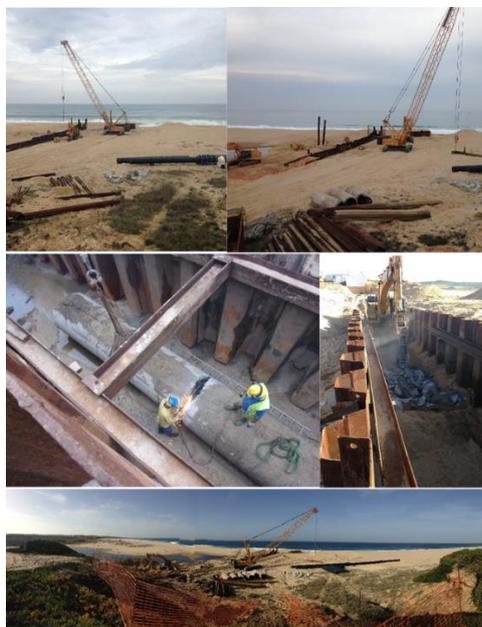


Figura 25 - Reparação do Emissário Submarino da ETAR da Ribeira dos Moinhos

- Execução da empreitada “Remodelação da Obra de Entrada do Emissário de Santiago do Cacém”. A obra encontra-se em fase de conclusão (março de 2016) e terá um custo total de € 232.649,78.



Figura 26 - Remodelação da Obra de Entrada do Emissário de Santiago do Cacém

- Execução da empreitada “Remodelação da Caixa de Reunião da Barbuda”. A obra encontra-se em fase de conclusão (março de 2016) e terá um custo total de € 240.981,68.



Figura 27 - Remodelação da Caixa de Reunião da Barbuda

- Execução da empreitada “Alteração do Depósito de Lamas Oleosas do TROG (Tanque de Remoção de Óleos e Gorduras) da ETAR de Ribeira dos Moinhos”. A obra encontra-se em fase de conclusão (março de 2016) e terá um custo total de € 70.508,16.



Figura 28 - Alteração do Depósito de Lamas Oleosas do TROG da ETAR de Ribeira dos Moinhos

- Execução da empreitada “Substituição das Comportas da ETAR de Ribeira dos Moinhos”. A obra ainda se encontra a decorrer e terá um custo total de € 151.719,00.



Figura 29 - Substituição das Comportas da ETAR de Ribeira dos Moinhos

- Execução da empreitada “Execução de Gradil, Varandins e Barreiras de Proteção na ETAR de Ribeira dos Moinhos”. A obra encontra-se em fase de conclusão e terá um preço total previsto de € 73.933,35.



Figura 30 - Execução de Gradil, Varandins e Barreiras de Proteção na ETAR de Ribeira dos Moinhos

- Execução da empreitada “Execução de Portões e Janelas no Edifício II da ETAR de Ribeira dos Moinhos. A obra encontra-se em fase de conclusão e terá um preço total previsto de € 49.439,72.

No respeitante ao lançamento de empreitadas relativas ao sistema de águas residuais, foram iniciados os seguintes procedimentos de contratação:

- Lançamento da empreitada para a “Caixa de Entrada da ETAR de Ribeira de Moinhos”. O valor base do procedimento é de € 100.000,00.
- Lançamento da empreitada para o “Tanque de Receção e Regularização de Lixiviados e Fossas Sépticas”, no final do primeiro semestre de 2015. O valor base do procedimento é de € 500.000,00.
- Lançamento da empreitada para a “Reabilitação da estação elevatória de extração de lamas da ETAR de Ribeira de Moinhos”. O valor base do procedimento é de € 85.000,00.

No respeitante ao lançamento de empreitadas relativas ao sistema de abastecimento de água potável, foram iniciados os seguintes procedimentos de contratação:

- Lançamento da empreitada para “Remodelação dos sistemas de neutralização de fugas de cloro da ETA dos Centro Operacional de Santo André (COSA) e do Centro Operacional de Monte Chãos (COMC)”. O valor base do procedimento é de € 150.000,00.
- Lançamento da empreitada para “Fecho da Malha da ZILS Norte - Ponto A”. O valor base do procedimento é de € 245.000,00.

No respeitante ao lançamento de prestações de serviços, foram iniciados os seguintes procedimentos de contratação, com um valor global aproximado de € 285.500,00:

- Prestação de Serviços para "Levantamentos Topográficos na Área de Concessão da Águas de Santo André";
- Prestação de Serviços para “Trabalhos Geológico-Geotécnicos na Área de Concessão da Águas de Santo André”;

- Prestação de Serviços para “Reabilitação dos Sistemas de Desinfecção por Cloro Gás de Água Potável (COSA e COMC)”;
- Prestação de Serviços para “Aquisição e Montagem de Equipamentos para a correção do fator de potência nas infraestruturas da Águas de Santo André ”; e,
- Prestação de Serviços para “Apoio à implementação do Acordo de Racionalização dos Consumos de Energia da AdSA”.

Manutenção

Projeto “Sistema de Gestão e Manutenção de Ativos”

Em 2015 concluiu-se o projeto “Sistema de Gestão de Manutenção de Ativos” que teve como principal objetivo a atualização do inventário físico, a reconciliação físico-contabilística dos ativos e a preparação de ficheiro para integração dos dados no módulo de gestão de ativos SAP que a AdSA utiliza.

Este projeto, durante o ano de 2015, desenvolveu-se de acordo com as seguintes fases:

- Atualização do Inventário Físico da AdSA com o resultado da inspeção física e do inventário de novos ativos, referentes a investimentos posteriores a abril de 2009, efetuado por equipas internas da AdP;
- Realização da Reconciliação Físico-Contabilística entre o módulo de imobilizado SAP, os autos de obra finais referentes aos novos investimentos realizados pela AdSA, posteriores a abril de 2009, e o resultado da inspeção física e do inventário de ativos efetuado por equipas internas da AdP;
- Preparação do Ficheiro para Integração dos Dados no *software* de gestão de imobilizado utilizado pela AdSA (SAP), com o resultado das fases de atualização do inventário físico e de reconciliação físico-contabilísticas realizadas; e,
- Atualização de novas localizações no sistema AQUAMAN (*software* de gestão da manutenção), respeitando a nova estrutura analítica e a localização dos ativos.

A conclusão deste projeto permitiu avançar para uma nova realidade de trabalho, passando agora a ser possível realizar a gestão dos ativos da AdSA.

Assim, já foi dado início à implementação de planos de manutenção aos ativos e não só às infraestruturas, já existe histórico individual por ativo, bem como registo de beneficiações e investimentos neste diretamente refletidas em SAP. As movimentações de ativos já têm atualização imediata em SAP bem como atualização do seu histórico.

Como consequência da conclusão deste projeto, a organização dos trabalhos passa agora a ser realizada através do sistema AQUAMAN, possibilitando monitorizar o estado do ativo face ao seu histórico, criar e implementar os planos de manutenção, bem como priorizar corretamente os investimentos a realizar.

Este projeto colocou a AdSA entre as empresas do grupo AdP mais avançadas no domínio da gestão de ativos.

Manutenção Preventiva

No seguimento da conclusão do projeto anterior foi necessário, no período de janeiro a setembro de 2015, suspender a utilização do sistema AQUAMAN. Esta paragem obrigou a um esforço adicional por parte da gestão da manutenção por forma a garantir o cumprimento dos planos de manutenção preventiva implementados.

A partir de setembro de 2015, o sistema AQUAMAN ficou devidamente parametrizado, com a nova estrutura analítica, as localizações de nível 8 e os ativos. Este processo permitiu criar condições para que o departamento de manutenção consiga trabalhar com o sistema AQUAMAN ao nível do ativo e assim definir objetivos e indicadores direcionados ao equipamento, criando condições para uma gestão eficiente dos ativos da empresa.

Deu-se também continuidade ao desenvolvimento e ativação de novos planos de trabalho iniciado em 2014, incluindo a atualização dos planos já existentes. Foi reorganizada a equipa da Direção de Operação, passando a realizar os planos de manutenção preventiva de primeiro nível. Estes eram até esta altura, na sua generalidade realizadas pela equipa de manutenção. Desta forma liberta-se a equipa de manutenção para outras atividades complementares e mais exigentes do ponto de vista técnico

Encontravam-se ativos e implementados até dezembro de 2014:

- 47 planos de trabalho; e,
- 22 planos de manutenção.

Desde final de 2014 até dezembro de 2015 foram desenvolvidos e ensaiados:

- 67 planos de trabalho;
- 113 planos de manutenção.

Foram registados em 2015 e já na nova estrutura analítica 9 ordens de trabalho de manutenção preventiva. É ainda possível verificar que em 2016, apenas nos 2 primeiros meses, já foram geradas 319 ordens de trabalho de manutenção preventiva.

Durante o ano de 2015 registaram-se 481 pedido de trabalho de manutenção corretiva. Durante o ano de 2016, até fevereiro, já foi possível verificar o registo de 157 pedidos de trabalho de manutenção corretiva.

A implementação deste projeto, para além de todos os benefícios antes descritos, exige uma utilização sistemática e correta, mas também permite um acompanhamento e conhecimento do estado dos trabalhos e dos ativos e dos recursos disponíveis, além de possibilitar um reporte periódico com um grande nível de detalhe. Em síntese, também neste domínio a gestão casuística deu lugar a uma gestão planeada.

Procedimentos de Compra

Deu-se continuidade ao trabalho que tem sido desenvolvido no lançamento de procedimentos de aquisição de bens e/ou serviços por concurso público e ajuste direto, tendo-se lançado no domínio da manutenção 10 concursos públicos e 5 ajustes diretos.

Operações de manutenção mais relevantes

Apresentam-se de seguida algumas operações de manutenção mais relevantes, dando-se nota da diversidade de intervenções realizadas.



Figura 31 - Manutenção Preventiva dos decantadores primários da ETAR de Ribeira dos Moinhos



Figura 32 - Reparação dos transportadores da desidratação de lamas da ETAR da Ribeira dos Moinhos



Figura 33 - Reparação da conduta adutora DN500 de Santo André para a Ribeira dos Moinhos



Figura 34 - Reparação da conduta adutora DN500 (troço aéreo) da Ribeira dos Moinhos para Monte Chãos

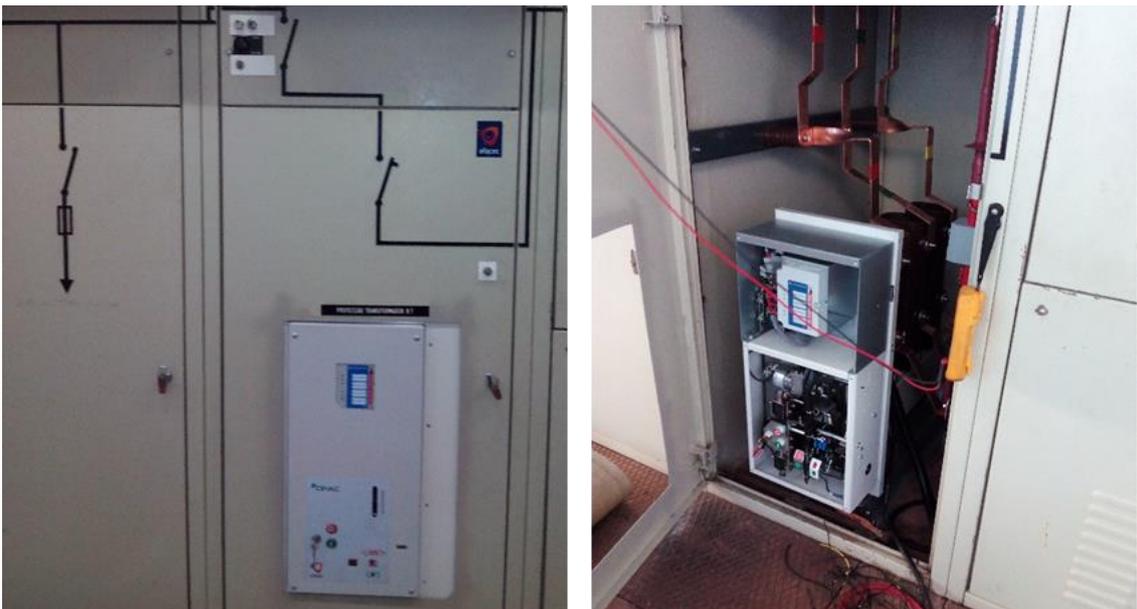


Figura 35 - Substituição do disjuntor de proteção do transformador de baixa tensão da Estação de Ermidas



Figura 36 - Reparação de 2 arejadores/misturadores do tanque de arejamento da ETAR de Ribeira de Moinhos



Figura 37 - Manutenção de bombas

Operação

Água Potável

O subsistema de Água Potável abrange toda a produção de água potável (captação, tratamento e armazenamento), para abastecimento em alta ao município de Sines (Bêbeda e Paiol) e ao município de Santiago do Cacém (Giz, Foros da Quinta e Brescos), e para distribuição às zonas de abastecimento de Santo André e da ZILS, com origem no Aquífero de Sines.

Captação subterrânea

Em 2013 foi estabelecido, com a APA, o Contrato de Concessão relativo à utilização dos recursos hídricos para captação de água subterrânea do domínio público do estado no sistema aquífero de Sines, destinado ao abastecimento público do sistema de abastecimento de Santo André.

Em abril de 2015 foi publicada em Diário da Republica a Portaria n.º 119/2015, que aprovou a delimitação dos perímetros de proteção das captações subterrâneas da AdSA. Os perímetros de proteção têm como objetivo prevenir, reduzir e controlar a poluição das águas subterrâneas por forma a manter o bom estado químico e quantitativo, com que foi classificada esta massa de água no âmbito do plano de gestão da Região Hidrográfica do Sado e do Mira.

Relativamente ao ano 2015, foi captado o volume total de 1.865.697 m³.

Este volume foi captado de forma variada ao longo do ano, verificando-se em agosto o maior valor captado, de cerca de 200.232 m³, e em fevereiro, o valor mais baixo na ordem dos 115.543 m³.

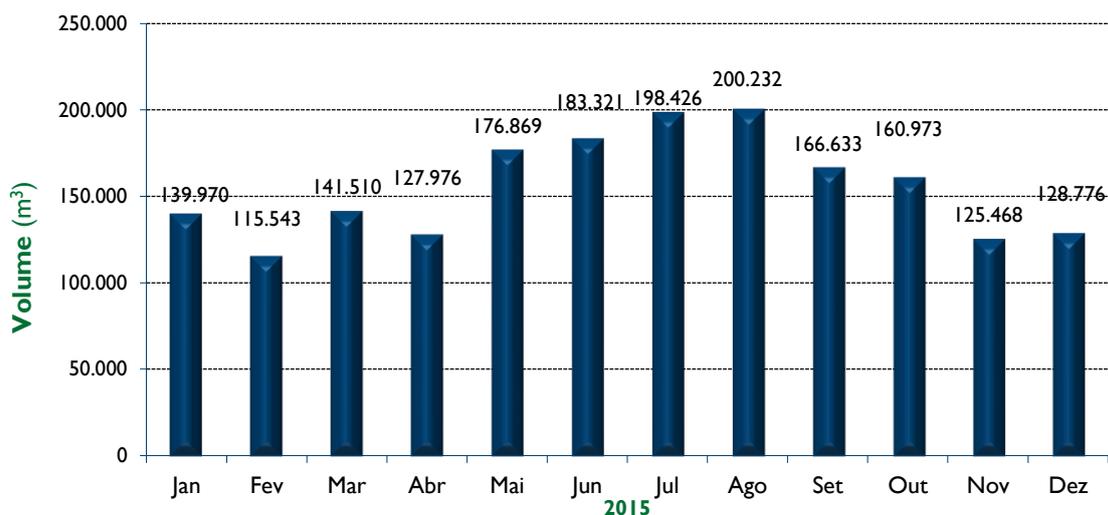


Figura 38 - Produção mensal das captações de Água Subterrânea

Numa análise plurianual verifica-se um aumento do volume relativamente ao captado em 2014, para valores consonantes com os dos anos anteriores. Este facto deve-se ao aumento generalizado por parte dos clientes urbanos e indústrias.

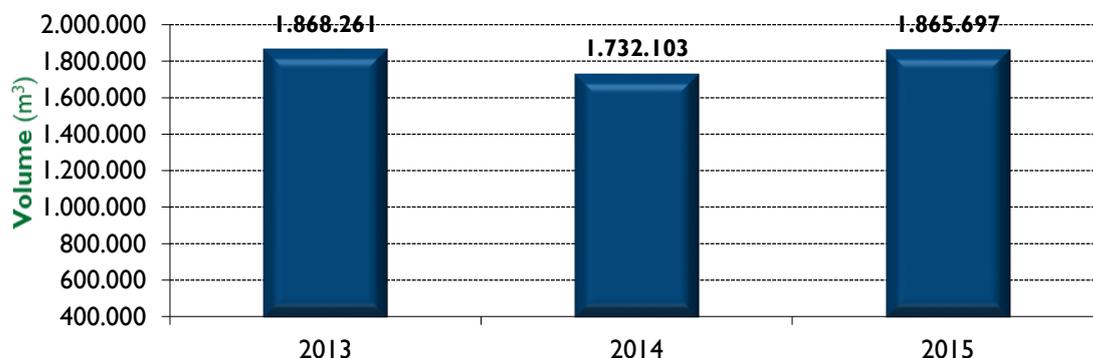


Figura 39 - Água subterrânea captada no período de 2013 a 2015

Em 2015, no âmbito do contrato de concessão estabelecido, a qualidade da água na origem foi monitorizada ao abrigo do respetivo plano de monitorização, tendo-se efetuado um total de 600

determinações analíticas, nas cinco captações ativas e em cinco de reserva. Esta monitorização incluiu amostragens semestrais, em abril e em outubro, com rotinas de análise semestrais e anuais, o que permitiu avaliar as características qualitativas da água captada.

Na figura seguinte, indicam-se os 42 parâmetros analisados em cada uma das dez captações:

Quadro 8 - Número de determinações analíticas efetuadas por captação subterrânea em 2015

Captações Subterrâneas 2015		
Características	Parâmetro	N.º Análises/Ano
Condições Térmicas	Temperatura	2
Condições de Oxigenação	Carbono Orgânico Total	2
	Oxigénio dissolvido	2
	Oxigénio dissolvido	2
Salinidade	Condutividade	2
Estado de acidificação	pH	2
	Alcalinidade	2
	Dureza Total	2
Nutrientes	Azoto Amoniacal	2
	Nitratos	2
	Nitritos	2
	Fósforo Total	2
	Fosfatos (Ortofosfatos)	2
Microbiologia	Coliformes totais	2
	Coliformes fecais	2
	Escherichia coli	2
	Estreptococos fecais	2
	Salmonelas	2
Substâncias prioritárias	Cádmio dissolvido	1
	Chumbo dissolvido	1
	Mercúrio dissolvido	1
Outros poluentes	Cobre dissolvido	1
	Ferro dissolvido	1
	Manganês dissolvido	1
	Zinco dissolvido	1
	Arsénio dissolvido	1
	Crómio dissolvido	1
	Bário dissolvido	1
	Boro dissolvido	1
	Sulfatos	1
	Cloretos	1
	Cianeto livre	1
	ClO-C40	1
	BETEX	1
	Tricloroetileno	1
	Tetracloroetileno	1
	Sódio	1
	Cálcio	1
Magnésio	1	
Potássio	1	
Bicarbonatos	1	
Brometos	1	

A análise dos valores anuais indica que a qualidade da água subterrânea captada se mantém dentro dos valores normais estabelecidos pelo diploma legal em vigor, Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto, ou seja, todos os parâmetros analisados se encontram dentro dos limites legais.

Produção e Abastecimento

A água produzida nas ETA de Santo André e de Monte Chãos é armazenada nos reservatórios de Santo André e de Monte Chãos, respetivamente, e posteriormente entregue nos pontos de distribuição da cidade de Vila Nova de Santo André e na ZILS.

Quadro 9 - Pontos de entrega de água para consumo humano e respetivos caudais abastecidos

Ponto de Entrega	Caudais (m ³)
Centro Operacional de Santo André	1.213.512
Centro Operacional de Monte Chãos	440.438
Suburbanos Santo André	120.496
ByPass (adução/distribuição) e transvaze para Sistema de água industrial	46.606
Total fornecido	1.865.697

No tocante ao sistema de abastecimento em alta verificam-se perdas de 2,39 %.

Distribuição

No quadro abaixo apresentam-se os volumes da água produzida bem como a água fornecida e as respetivas perdas.

Quadro 10 - Volumes de água produzida e fornecida

	2013	2014	2015
Água produzida (m³)	1.631.602	1.548.576	1.657.519
Água fornecida (m³)	1.397.859	1.194.284	1.259.984
Perdas na Distribuição (%)	21	23	24

A manutenção do valor de perdas verificado em 2015 deve-se ao facto de ainda ter havido ainda bastantes roturas na rede de distribuição de Vila Nova de Santo André. Este valor será substancialmente reduzido nos próximos meses, uma vez que está em curso um plano de substituição dos troços que frequentemente apresentam roturas. De acordo com o plano em questão está prevista a redução de perdas para valores abaixo dos recomendados. Esta variação do valor das perdas verificada em 2015 deve-se ainda a um aumento do número de roturas

ocorridas na condução de distribuição de água à ZILS. Este troço de rede com cerca de 5 km de comprimento será substituído estando presentemente a ser elaborado o respetivo projeto de execução.

A qualidade da água distribuída é controlada através do Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), aprovado pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR), de acordo com a legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 306/07, de 27 de agosto).

No cumprimento do PCQA, aprovado para o ano de 2015, a AdSA efetuou através de um laboratório acreditado pelo IPAC as 700 determinações (em alta e em baixa) que asseguraram o cumprimento dos valores paramétricos estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 306/07, de 27 de agosto, não se tendo verificado qualquer incumprimento aos valores paramétricos definidos, o que corresponde a um cumprimento de 100,00 % da qualidade de água fornecida pela AdSA.

Paralelamente ao PCQA, a AdSA desenvolveu um outro plano complementar, constituído por amostras recolhidas nos seus pontos de entrega, tendo realizado 1.845 determinações não obrigatórias, as quais cumpriram na íntegra, todos os VP (valores paramétricos) estabelecidos no Decreto-Lei n.º 306/07, de 27 de agosto. No conjunto destes dois Planos, foram realizadas 2.545 determinações analíticas, um número que triplica o obrigatório, de acordo com o referido PCQA.

Água Industrial

O subsistema de abastecimento de Água Industrial abrange as atividades de captação da água superficial no Rio Sado, através da Estação Elevatória de Ermidas do Sado, a sua condução através do sistema conduta-canal-túnel à Albufeira de Morgavel, e posterior bombagem para produção de água industrial na ETA de Morgavel. Posteriormente a água é aduzida e armazenada no Centro Operacional de Monte Chãos, de onde é feita a distribuição de água industrial à ZILS. Este centro é igualmente responsável pela distribuição de água potável para a mesma zona.

Captação

O subsistema de abastecimento de Água Industrial inicia-se na captação de Ermidas do Sado, de onde é bombeado nos meses em que há disponibilidade na origem, em termos de qualidade e quantidade. Na figura seguinte apresentam-se os caudais captados em 2015.

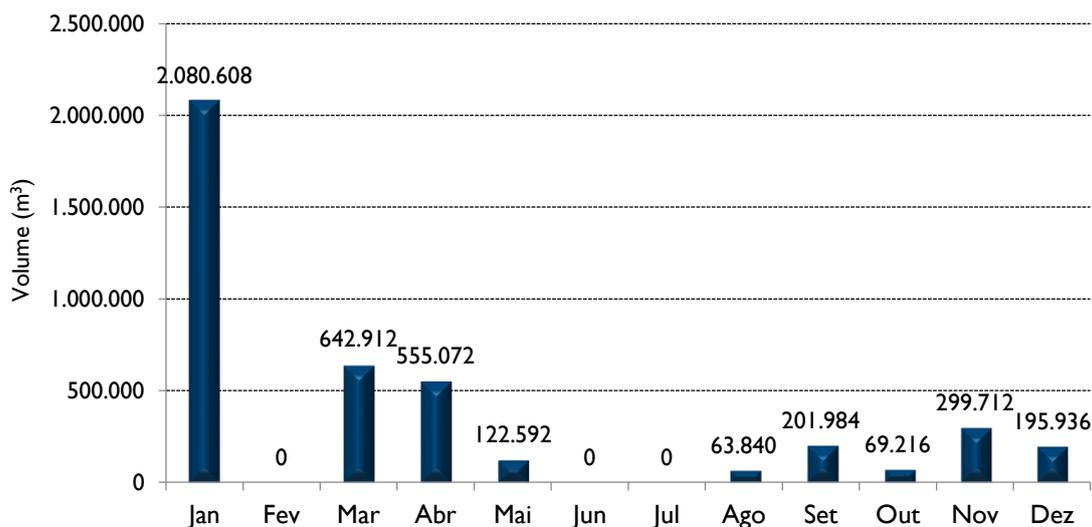


Figura 40 - Volumes captados no Rio Sado em 2015

Os reduzidos caudais bombeados na quase totalidade dos meses do ano justificam-se pela indisponibilidade hídrica na origem. Durante o ano de 2015 a pluviosidade foi reduzida, o que impossibilitou a captação de volumes significativos, tendo o nível e respetivo volume da albufeira ficado abaixo do normal.

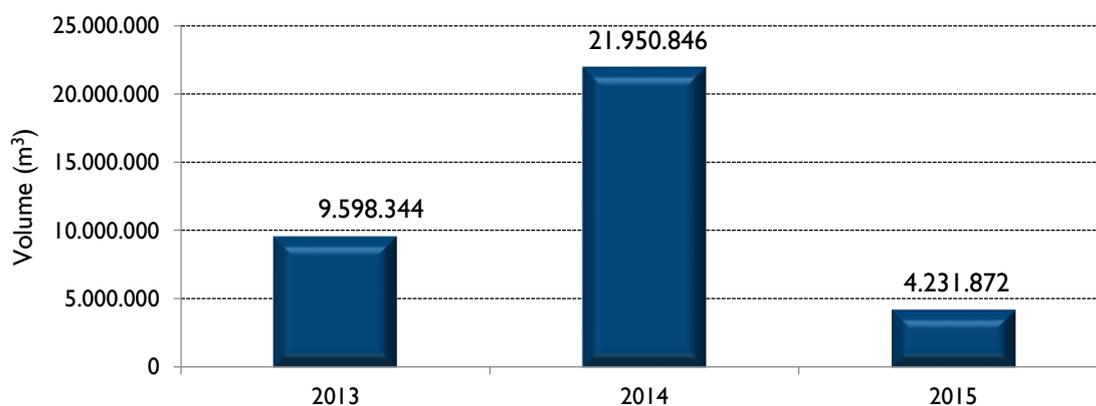


Figura 41 - Volume de água captada na EE Ermidas do Sado

A figura seguinte apresenta a evolução do volume de água na Albufeira de Morgavel, ao longo dos últimos 3 anos.

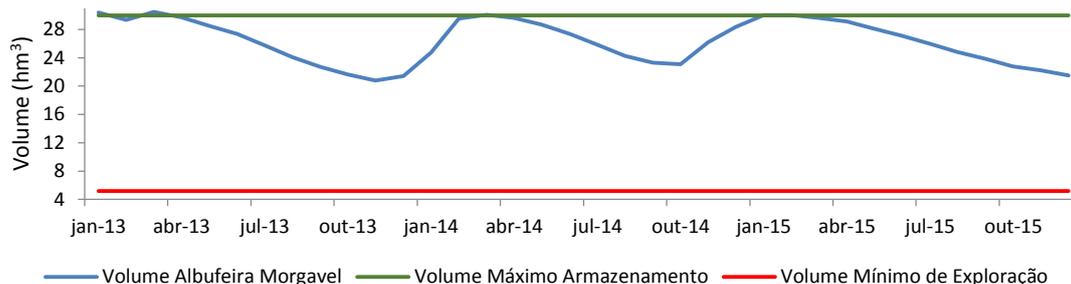


Figura 42 - Volume armazenado na albufeira de Morgavel no período de 2013 a 2015

No final do ano de 2014 foi possível repor os níveis de água armazenada na albufeira de Morgavel. A 31 de dezembro de 2015 a albufeira apresentava o nível 63,88 m o que corresponde a um volume de 21,51 hm³ e de 65,62 % da sua capacidade utilizável. O regime de exploração da albufeira de Morgavel tem por objetivo assegurar um volume útil de armazenamento nunca inferior aos consumos previstos para o ano seguinte.

Produção

Durante o ano de 2015 foram produzidos na ETA de Morgavel cerca de 13,7 hm³ de água industrial, destinada aos clientes da ZILS.

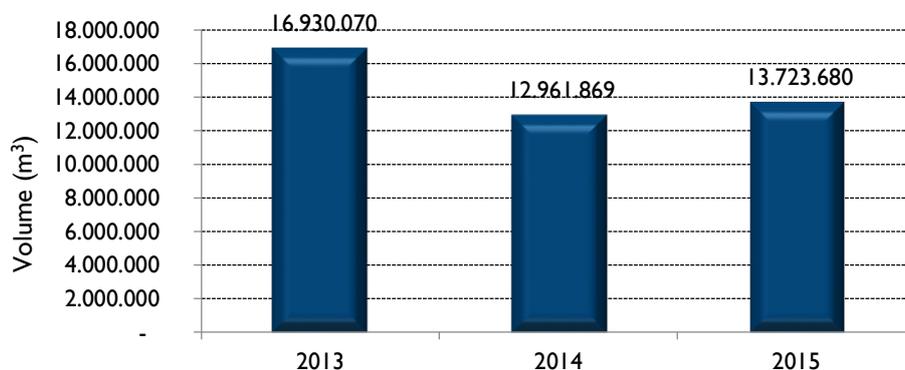


Figura 43 - Volumes produzidos na ETA Morgavel

Distribuição

O Centro Operacional de Monte Chãos é responsável pelo abastecimento de água industrial à ZILS, abrangendo 15 clientes. A água distribuída provém essencialmente da água produzida na ETA de Morgavel, à qual acresce, em pequena percentagem, a água proveniente do Centro de produção de Santo André sempre que necessário.

O total de água industrial distribuída em Monte Chãos foi de 13,5 hm³. Verificou-se em 2015 um acréscimo do volume distribuído de cerca de 0,8 hm³, essencialmente devido ao aumento dos consumos dos principais clientes industriais.

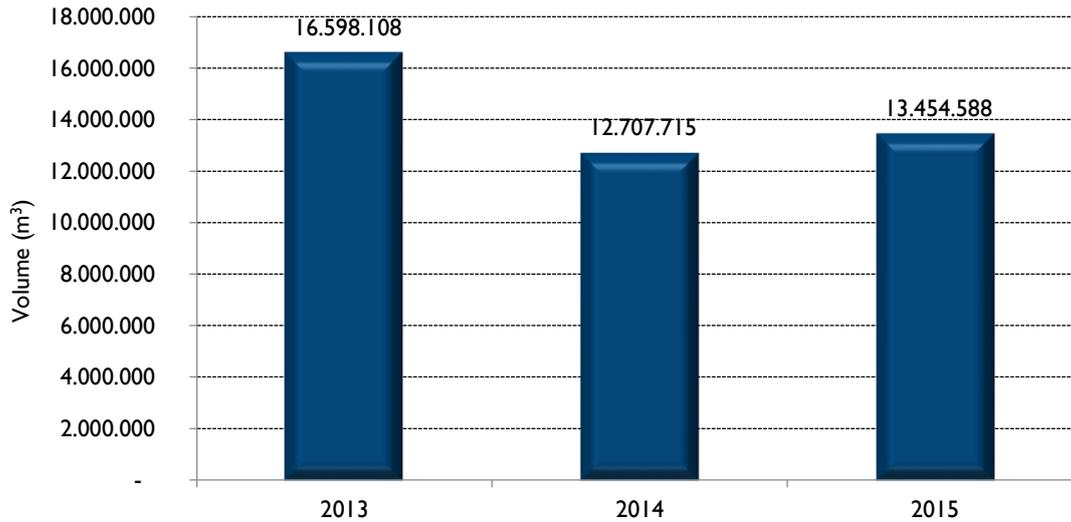


Figura 44 - Volumes distribuídos em Monte Chãos

A qualidade da água distribuída às indústrias da ZILS é controlada através de um Plano de Controlo Interno. De acordo com este plano, a AdSA efetuou através de um laboratório acreditado pelo IPAC, 228 determinações correspondentes a 19 parâmetros. Por forma a monitorizar a qualidade da água industrial ao longo do processo de tratamento, é efetuado diariamente, um controlo analítico aos parâmetros turvação, pH, Alumínio e Oxidabilidade, num total de 1.688 análises, que garantem o controlo da qualidade da água industrial a fornecer aos clientes industriais. A qualidade da água industrial distribuída satisfaz os requisitos estabelecidos pelos clientes industriais.

Água Residual

A atividade do subsistema de Água Residual abrange as atividades de recolha, tratamento e rejeição de água residual urbana e industrial, e ainda a receção e rejeição de água residual salina. São ainda rececionados diretamente na ETAR de Ribeira dos Moinhos lixiviados provenientes de vários Aterros de Resíduos Não Perigosos, atividade acessória e complementar devidamente autorizada pelo Concedente, e ainda águas residuais provenientes de fossas sépticas.

Recolha

No quadro seguinte é possível observar a evolução dos caudais recolhidos e transportados pelo subsistema desde 2013. Os caudais são apresentados de acordo com a sua proveniência: água residual urbana, água residual industrial, lixiviados e água residual salina.

Quadro 11 - Volume de água residual recolhida (2013-2015)

Tipologia de Água Residual	2013	2014	2015
Água Residual Urbana (ARU)	1.720.717	1.818.115	1.491.601
Água Residual Industrial (ARI)	6.073.591	4.792.563	4.376.964
Lixiviados	26.619	15.145	14.584
Água Residual Salina (ARS)	2.351.612	1.080.156	1.186.437
Total	10.172.538	7.705.979	7.069.585

Em 2015, registou-se um decréscimo de 8 % do volume total de água residual recolhida, relativamente a 2014, que é justificado pela suspensão da atividade de uma dos principais utilizadores industriais do sistema.

Os volumes recolhidos apresentam a seguinte distribuição, conforme a sua origem:

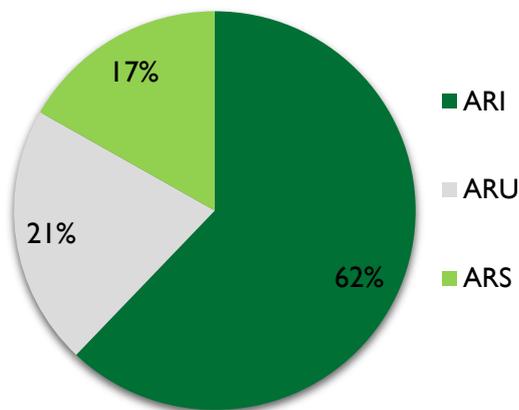


Figura 45 - Distribuição dos volumes recolhidos em função da tipologia de água residual, em 2015

A qualidade das águas residuais industriais e salinas admitidas no subsistema são regidas pelo Regulamento de Recolha e Tratamento de Água Residual Industrial do Sistema de Santo André (RARISA), aprovado pelo Concedente em abril de 2007. No que respeita à água residual urbana é aplicável o Regulamento Geral de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Sistema de Santo André (RGESA).

A água residual salina é recolhida e rejeitada diretamente no emissário submarino, uma vez que as suas características qualitativas não exigem o seu tratamento prévio.

Tratamento

No que respeita aos caudais afluentes à ETAR de Ribeira dos Moinhos, apresenta-se na figura seguinte a evolução registada desde 2013.

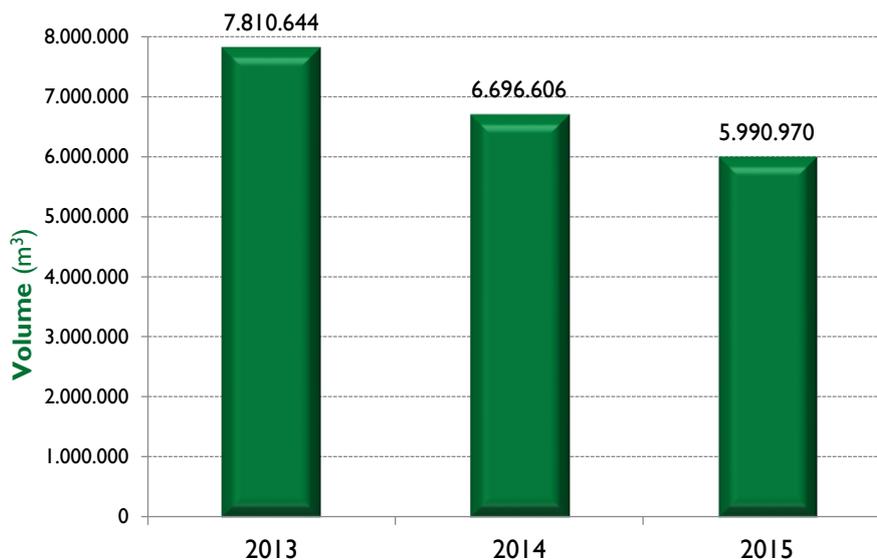


Figura 46 - Volumes afluentes à ETAR no período de 2013 a 2015

Em 2015, registou-se um decréscimo de cerca de 11 % no volume total afluente à ETAR, relativamente a 2013 que, conforme já referido anteriormente, é justificado pela suspensão da atividade de um dos principais utilizadores industriais do sistema.

As condições de descarga da água residual tratada na ETAR de Ribeira dos Moinhos são estabelecidas pela licença de utilização dos recursos hídricos para descarga de águas residuais N°081/REJ/RG/2011, emitida pela APA/ARH do Alentejo em 2011, e válida pelo período de 10 anos. No final de 2014, a APA/ARH do Alentejo concedeu uma derrogação temporária, por 30 meses, relativamente às condições de descarga definidas na licença de descarga para os parâmetros CQO e CBO5, de forma a que a AdSA possa, neste período, executar os investimentos necessários para promover um incremento na eficiência de tratamento da ETAR.

Com o objetivo de monitorizar a água residual tratada na ETAR de Ribeira dos Moinhos é executado um plano analítico de acordo com o estipulado na licença de descarga acima referida, onde se encontram definidos os parâmetros a analisar, frequências e valores limite de emissão a respeitar pela água residual tratada, antes de esta ser rejeitada no meio hídrico.

Para suportar o controlo de processo da ETAR, é ainda executado um extenso plano de controlo analítico, através do laboratório de processo da ETAR.

De acordo com a metodologia de cálculo da ERSAR para o indicador de desempenho AR15 – Cumprimento dos parâmetros de descarga temos que, para 100 % da população equivalente servida pela ETAR de Ribeira dos Moinhos o tratamento é satisfatório (cumprimento de 100% dos valores limite de emissão ou percentagem de remoção). A figura seguinte apresenta a evolução da população equivalente com tratamento satisfatório e a respetiva taxa de cumprimento dos parâmetros de descarga, no período de 2013 a 2015.

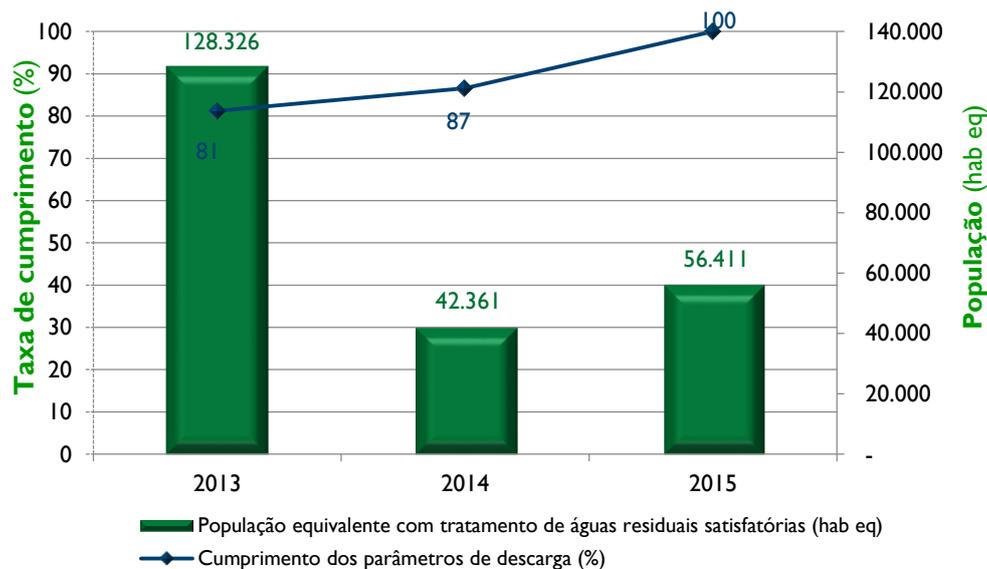


Figura 47 - Cumprimento dos parâmetros de descarga

Resíduos Industriais

O subsistema de Resíduos Industriais abrange todas as atividades referentes à recepção e confinamento de resíduos industriais não perigosos.

Confinamento de Resíduos

Durante o ano de 2015 entraram na instalação RESIM – Gestão de Resíduos Industriais de Santo André, 3.530 toneladas de resíduos não perigosos, dos quais 31,26 % correspondem a resíduos internos produzidos nas várias instalações da AdSA e 68,74 % de clientes externos.

Na figura seguinte apresenta-se a evolução dos resíduos confinados no RESIM no período 2013 a 2015.

O aumento verificado no ano de 2015 relativamente a 2014 deve-se ao desmantelamento de uma unidade industrial que cessou a sua atividade e cujos resíduos foram depositados no aterro.

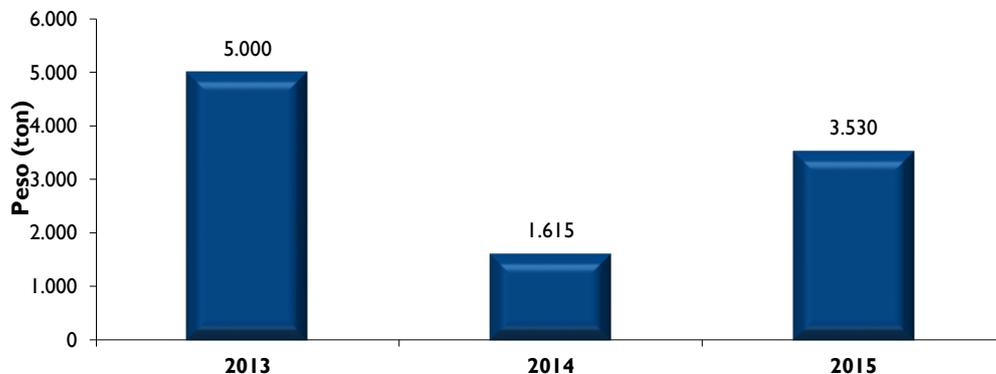


Figura 48 - Evolução dos Resíduos Recebidos de 2013 a 2015

Monitorização Ambiental

No âmbito da monitorização ambiental, a AdSA procedeu em 2015 ao controlo dos lixiviados do aterro, águas residuais, águas subterrâneas, emissões gasosas, dados meteorológicos e controlo de enchimento e assentamentos do aterro, de acordo com a legislação em vigor – Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto – e documentos de referência – Alvará de Licença para a Realização de Operações de Gestão de Resíduos N.º 06/2011/CCDR-ALENTEJO e Licença Ambiental n.º 370/2010.

A AdSA, na qualidade de entidade exploradora, elaborou e implementou o seu plano de monitorização, quer para a fase de exploração, quer para a fase de pós-encerramento.

Sistema de Sustentabilidade Empresarial

Qualidade e Ambiente

Num outro contexto, a AdSA é, desde 2011, uma empresa certificada nos Sistemas de Gestão de Qualidade (NP EN ISO 9001:2008) e de Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001:2012) pela APCER - Associação Portuguesa de Certificação, no âmbito dos sistemas de abastecimento de água para consumo humano, água para produção industrial e receção e destino final de resíduos industriais, tendo, até à presente data, garantido a manutenção destas certificações.

Durante 2015 foi desenvolvido um trabalho significativo ao nível da Certificação de vários Sistemas de Gestão como se passa a descrever.

Em auditoria de acompanhamento realizada pela APCER em abril de 2015, a AdSA manteve a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade pela norma NP EN ISO 9001:2008 e do Sistema de Gestão do Ambiente pela norma NP EN ISO 14001:2012, com a extensão a todas as atividades da empresa para ambas as normas, ou seja, incluindo também o Sistema de Água Residual.

Segurança

Na mesma data e em auditoria de concessão realizada pela APCER, a AdSA obteve a certificação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho pelas normas OHSAS 18001:2007/NP 4397:2008, também extensível a todas as atividades da empresa.

Relativamente à área de Segurança e Higiene no Trabalho (SHT) foram desenvolvidos e aprovados os Planos de Segurança Internos para as principais Instalações da AdSA, pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), a saber:

- Plano de Segurança Interno da Sede;
- Plano de Segurança Interno da ETAR de Ribeira de Moinhos;
- Plano de Segurança Interno da ETA de Morgavel;
- Plano de Segurança Interno do RESIM.

Estes Planos englobam o planeamento de prevenção e de emergência na perspetiva da proteção de pessoas, das instalações e do ambiente.

A AdSA, de uma forma sólida e progressiva, tem vindo a aumentar o seu nível de exigência e de responsabilidade em matéria de segurança, o que tem permitido à empresa munir-se de ferramentas para agir em caso de emergência interna e acautelando os efeitos na envolvente externa.

Ainda na área de SHT foram lançados concursos com importância significativa para o cumprimento quer de disposições legais, quer medidas de prevenção e segurança para as instalações:

- Prestação de Serviços para estudo/avaliação dos Agentes Biológicos (microbiológicos) e Agentes Químicos;
- Aquisição de Serviços de "Conselheiro de Segurança da AdSA";
- Prestação de Serviços "Organização dos Serviços Externos de Segurança e Higiene do Trabalho";
- Prestação de Serviços para a "Aquisição de Sinalização de Trânsito Temporária";
- Aquisição Estudos/Avaliação a Vibrações, Iluminância e Radiações; e,
- Fornecimento de Equipamento de Proteção.

No respeitante ao lançamento de prestações de serviços, foram iniciados os seguintes procedimentos de contratação:

- Aquisição de Serviço de Medicina e Saúde no Trabalho;
- Aquisição de Sinalética de Segurança;
- Aquisição e Manutenção dos Sistemas de Segurança Contra Incêndios da AdSA;
- Aquisição e montagem de Sistema Automação Detecção Incêndios.

Dos concursos referidos, destaca-se, pela sua importância na saúde, proteção e segurança dos trabalhadores da Águas de Santo André, os estudos/avaliação dos Agentes Biológicos (microbiológicos) e Agentes Químicos, e respetiva interpretação e análise dos resultados, realizado pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA).

Ainda decorrente da prestação de serviços relativa à Organização dos Serviços Externos de Segurança e Higiene do Trabalho, a AdSA, tem acompanhado, na generalidade, as atividades de operação e manutenção de risco elevado, promovendo ações de sensibilização e de formação, atividades de coordenação de segurança em obra e empreitadas, e atividades de risco especial associadas a prestações de serviços.

Energia

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 71/2008, de 15 de abril, que regula o Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia, e da Portaria n.º 519/2008, de 25 de junho, que define os requisitos mínimos de habilitação e experiência profissional a observar na credenciação dos técnicos e entidades, foram definidas regras com o objetivo de racionalizar os consumos das instalações consideradas consumidoras intensivas de energia.

Assim, foi realizado o acompanhamento da implementação das medidas de racionalização energética indicadas no Plano de Racionalização do Consumo de Energia (PREn) e aprovado pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) da captação de Ermidas do Sado e da ETAR de Ribeira dos Moinhos, que já tinham sido identificadas como consumidoras intensivas de energia. Os Relatórios de Execução e Progresso foram apresentados à ADENE até ao dia 30 de abril de 2015.

Foi executada auditoria energética à ETA de Morgavel, realizada no âmbito das obrigações legais decorrentes da exploração de instalações consumidoras de energia, tendo o relatório sido submetido no ano de 2014. O Relatório de Execução e Progresso será apresentados à ADENE até ao dia 30 de abril de 2016.

Medidas para redução do consumo de energia

No ano de 2015 foram concretizadas medidas que promoveram a redução do consumo energético com metas e objetivos bem definidos.

Responsabilidade Social

Paralelamente, e também com o objetivo da certificação do seu Sistema de Gestão de Responsabilidade Social, a AdSA desenvolveu, ao longo do ano de 2015, as seguintes atividades: a nomeação de duas equipas, uma para assuntos relacionados com o desempenho social e outra para representante de trabalhadores; a revisão da Política Empresarial, do Manual de Funções do SSE, dos Requisitos legais no âmbito da Responsabilidade Social e dos Requisitos do SSE para aquisição de bens e serviços, com a inclusão da Responsabilidade Social; a elaboração do Manual de Responsabilidade Social, de documentação diversa e da Matriz de Avaliação de Riscos; a criação de um Canal de Comunicação, através de conta de *email* – responsabilidadesocial.adsa@adp.pt; e a formação/sensibilização aos colaboradores da empresa. Deste trabalho resultou, em dezembro de 2015, a certificação do Sistema de Gestão de Responsabilidade Social pela norma SA 8000:2008.

Segurança Alimentar

Com o objetivo da certificação do Sistema de Gestão da Segurança Alimentar (NP EN ISO 22000:2005), para o produto água potável, que se prevê obter no primeiro semestre de 2016, a AdSA desenvolveu, em 2015, algumas atividades, designadamente: a nomeação de uma equipa para assuntos relacionados com a gestão da segurança alimentar e a realização de uma Auditoria de Diagnóstico, na qual foram analisados todos os requisitos desta norma e verificado o estado de implementação da mesma na AdSA.

Comercial

Evolução do Volume de Vendas

No que respeita à evolução do volume de vendas em todas as áreas de negócio, à exceção da água residual urbana, regista-se um aumento de atividade de 2014 para 2015.

No que se refere à Água Industrial esta mantém a posição da atividade com maior peso no volume total da empresa, registando um ligeiro crescimento em relação ao ano de 2014, justificado essencialmente pela breve retoma de atividade do cliente Artlant nos meses de outubro e novembro de 2015.

No que respeita à atividade de água residual, salina e industrial, esta regista um incremento em relação a 2014 que resulta fundamentalmente do aumento das cargas poluentes afluentes ao Sistema da AdSA, provenientes das unidades de industriais da Artlant e da Petrogal.

No que se refere à área de Água Potável, em Alta esta regista um crescimento em relação aos níveis registados no ano de 2014, justificado pelo fornecimento extraordinário à cidade de Sines a pedido da Câmara Municipal de Sines, e por um incremento de cerca de 25 % de fornecimento de água à Câmara Municipal de Santiago do Cacém, no ponto de entrega do GIZ. Em Baixa regista um crescimento de cerca de 5 %.

A área de água residual urbana registou um decréscimo assinalável (17 %) em relação ao ano de 2014, justificado fundamentalmente pelo caudal afluyente proveniente da cidade de Sines.

A área de resíduos industriais regista em relação ao ano anterior uma duplicação das toneladas rececionadas, justificada pelo desmantelamento da fábrica da Carbogal, cuja atividade terminou no último trimestre do ano de 2015.

Quadro 12 - Volumes faturados por área de negócio

Produto / Serviço	Volumes Faturados (m ³ ou ton)				Distribuição por Produto / Serviço (%)			
	2013	2014	2015	Média	2013	2014	2015	Média
Água Industrial	16 389 094	12 707 332	13 454 511	14 183 646	59	59	62	60
Água Residual Industrial e Lixiviados	6 085 226	4 790 696	4 384 175	5 086 699	22	22	20	21
Água Residual Urbana	1 720 717	1 818 115	1 491 601	1 676 811	6	8	7	7
Água Residual Salina	2 351 612	1 080 156	1 186 417	1 539 395	8	5	5	6
Água Potável em Baixa	1 128 348	1 016 939	1 065 046	1 070 111	4	5	5	5
Água Potável em Alta	205 060	206 327	249 130	220 172	1	1	1	1
Resíduos Industriais Banais	2 198	1 155	2 426	1 926	0	0	0	0
Total ...	27 882 256	21 620 719	21 833 305	23 778 760	100	100	100	100

Quadro 13 - Valores faturados por área de negócio

Produto / Serviço	Valores Faturados (€)				Distribuição por Produto / Serviço (%)			
	2013	2014	2015	Média	2013	2014	2015	Média
Água Industrial	6 468 276	5 370 393	5 686 544	5 841 738	43	51	51	48
Água Residual Industrial e Lixiviados	6 314 716	3 081 605	3 313 157	4 236 493	42	29	30	35
Água Residual Urbana	696 160	737 428	604 993	679 527	5	7	6	5
Água Residual Salina	169 101	94 398	104 357	122 619	1	1	1	1
Água Potável em Baixa	1 118 826	1 044 295	1 132 717	1 098 613	7	10	10	9
Água Potável em Alta	87 969	88 627	106 272	94 289	1	1	1	1
Resíduos Industriais Banais	96 151	50 283	100 786	82 406	1	1	1	1
Total ...	14 951 200	10 467 027	11 048 826	12 155 684	100	100	100	100

4.5. Gestão do Capital Humano

Os colaboradores da AdSA são um fator decisivo para o sucesso da empresa. É por este motivo que se continua a apostar em políticas e práticas de gestão de recursos humanos que promovam a aquisição das competências necessárias à realização dos seus objetivos estratégicos e ao desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores.

Gestão do Desempenho

O Processo de Avaliação de Desempenho é aplicável a todos os colaboradores da empresa e tem como objetivo gerir e desenvolver os contributos individuais, por forma a garantir o alinhamento do desempenho destes com a estratégia e os objetivos da empresa.

Este processo visa a implementação de planos de desenvolvimento ajustados às necessidades de cada colaborador e na promoção da excelência através da melhoria contínua.

Formação e Desenvolvimento

Corporizando a cultura de melhoria contínua inscrita na estratégia do Grupo, a AdSA entende que é fundamental dotar os seus colaboradores com as competências necessárias, que lhes permitam realizar todo o seu potencial, contribuindo assim para o aumento dos níveis de eficácia e dos resultados obtidos.

Anualmente é elaborado um plano de formação que visa dar resposta às necessidades formativas identificadas.

Caracterização dos Recursos Humanos da Empresa a 31 de dezembro de 2015

Em 31 de dezembro de 2015, a empresa contava com 63 colaboradores. As suas idades variavam entre os 26 e os 65 anos de idade, sendo a média de 42 anos, conforme se pode verificar no quadro e figura seguintes.

Figura 49 - Distribuição de RH por Nível Etário

Distribuição de RH por Nível Etário				
26-35	36-45	46-55	56-65	>65
13	33	10	6	0

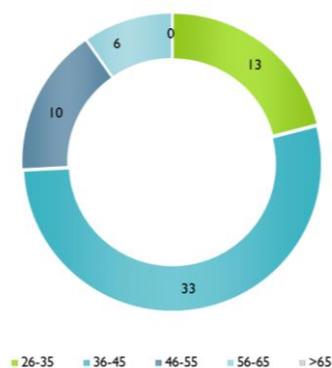


Figura 50 - Idade Média de RH no triénio

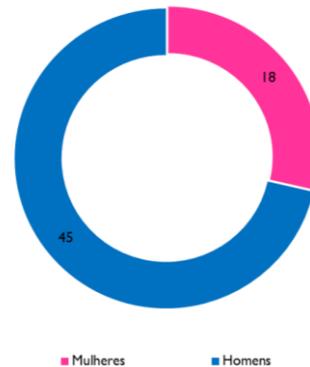
Idade Média de RH no triénio 2013-2015		
2013	2014	2015
40	41	42



No quadro e figura seguintes apresenta-se a distribuição dos colaboradores da AdSA por género.

Figura 51 - Distribuição de RH por Género

Distribuição RH por género		
	Mulheres	Homens
Distribuição RH por género	18	45



Dos 63 colaboradores existentes, 27 % têm habilitações ao nível do ensino superior e 41 % ao nível do ensino secundário.

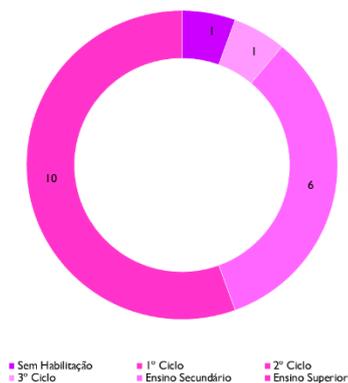
No quadro e figura seguintes apresenta-se a distribuição dos colaboradores da AdSA por nível de habilitação literária e por género.

Quadro 14 - Distribuição de RH por Habilitações Literárias

Distribuição de RH por Habilitações Literárias

	Sem Habilitação	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Superior
Habilitações Literárias - Mulheres	1			1	6	10
Habilitações Literárias - Homens		1	1	16	20	7

Distribuição de RH por Habilitações Literárias - Mulheres



Distribuição de RH por Habilitações Literárias - Homens

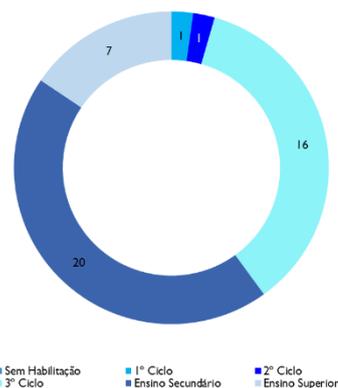
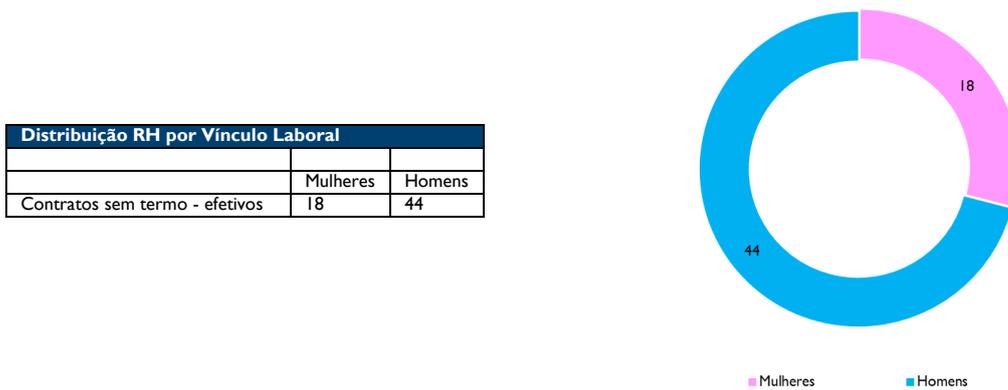


Figura 52 - Distribuição de RH por Habilitações Literárias

No quadro e figura seguinte apresenta-se a distribuição dos colaboradores da AdSA por vínculo laboral e por género.

Figura 53 - Distribuição de RH por Vínculo Laboral e Género



4.6. Financeira

O exercício de 2015 foi encerrado com um resultado líquido positivo de € 5.116.688, cuja decomposição se evidencia nos quadros que se seguem, referentes a rendimentos, gastos e resultados.

i. Rendimentos

Os rendimentos atingiram, no ano de 2015 o valor de € 18.488.392.

Quadro 15 - Rendimentos e ganhos

Rendimentos e Ganhos	2013	2014	2015
	IFRS	IFRS	IFRS
Vendas	8 901 236	8 674 555,15	9 068 449
Prestação de Serviços	7 653 569	4 941 676,46	5 289 643
Trabalhos para a própria empresa	-	-	-
Rendimentos Suplementares	298 174	211 766	161 183
Provisões e Reversões do Exercício	905 065	123 743	1 241 444
Subsídios ao investimento	2 053 703	2 066 350	2 155 435
Outros rendimentos e ganhos	175 208	166 097	189 552
Rendimentos e ganhos financeiros	566 399	308 756	382 685
Total de Rendimentos	20 553 353	16 492 944	18 488 392

Ver nota 18, 22, 27, 30 e 32 constantes na parte C – Contas do Exercício de 2015.

ii. **Gastos**

Os gastos atingiram, no ano de 2015 o valor de € 11.366.322.

Quadro 16 - Gastos

Gastos	2013	2014	2015
	IFRS	IFRS	IFRS
Custo das vendas / variação de inventários	226 529	175 683	214 275
Fornecimentos e Serviços externos	4 552 159	3 964 501	3 652 247
Gastos com Pessoal	2 097 467	2 025 741	1 809 041
Amortizações	4 065 306	4 074 025	4 063 318
Provisões e reversões do exercício	420 592	517 362	0
Imparidades de dívidas a receber e de inventários	981 539	996 306	1 216 579
Outros gastos e perdas	199 323	169 270	221 151
Gastos e perdas financeiras	206 089	242 292	189 711
Total de Gastos	12 749 005	12 165 181	11 366 322

Ver nota 23, 24, 25, 26, 28, 29 e 31 constantes na parte C – Contas do Exercício de 2015.

iii. **Resultados**

O resultado líquido do exercício, no ano de 2015 é de € 5.116.688.

Quadro 17 - Resultados

	2013	2014	2015
	IFRS	IFRS	IFRS
Resultados Operacionais	7 444 039	4 261 300	6 929 096
Resultados Financeiros	360 309	66 463	192 974
Resultados Antes de Impostos	7 804 348	4 327 763	7 122 070
Imposto sobre o Rendimento	-2 970 450	-1 885 022	-1 955 083
Impostos Diferidos	302 011	140 008	-50 299
Resultado Líquido do Exercício	5 135 909	2 582 750	5 116 688

A variação nos resultados operacionais deve-se essencialmente ao aumento no volume de negócios e reversão de provisões bem como na redução dos gastos operacionais. (ver nota 22, 24, 25 e 27 constantes na parte C – Contas do Exercício de 2015).

iv. Ativo

O total do ativo, no ano de 2015 atingiu o valor de € 80.783.117.

Quadro 18 - Ativo

Ativo	2013	2014	2015
	IFRS	IFRS	IFRS
Ativos intangíveis	60 261 192	54 973 864	54 613 763
Ativos fixos tangíveis	256 164	254 890	188 113
Investimentos financeiros	2 957 753	371 327	380 356
Ativos por impostos diferidos	4 397 590	4 140 704	3 976 185
Inventários	234 704	226 871	223 880
Clientes	2 664 162	2 786 356	2 886 552
Estado e outros entes públicos	17 222	107 149	62 072
Outras contas a receber	5 637 803	7 022 368	9 733 147
Caixa e depósitos bancários	5 652 517	9 012 868	8 719 048
Total do ativos	82 079 106	78 896 396	80 783 117

A principal variação é ao nível da rubrica “outras contas a receber” que se deve ao reconhecimento em acréscimo de rendimentos dos volume mínimos contratualizados com o cliente Artlant.

v. Capital Próprio

Quadro 19 - Capital Próprio

Capital Próprio	2013	2014	2015
	IFRS	IFRS	IFRS
Capital realizado	1 000 000	1 000 000	1 000 000
Reservas legais	271 578	271 578	271 578
Resultados transitados	10 043 555	15 061 335	17 557 109
Resultado líquido do exercício	5 135 909	2 582 750	5 116 688
Total do capital próprio	16 451 042	18 915 662	23 945 374

O capital próprio, no ano de 2015 atingiu o valor de € 23.954.374.

vi. Passivo

O passivo, no ano de 2015 atingiu o valor de € 56.837.742.

Quadro 20 - Passivo

Passivo	2013	2014	2015
	IFRS	IFRS	IFRS
Provisões	1 174 674	1 568 293	326 849
Passivos por impostos diferidos	2 338 630	1 941 736	1 827 516
Outras contas a pagar	6 062 590	5 825 697	5 535 987
Subsídios ao investimento	37 194 274	35 127 924	33 061 574
Amortização do investimento Futuro	11 732 552	9 993 628	10 795 194
Fornecedores	1 004 234	1 273 981	1 424 907
Estado e outros entes públicos	721 205	738 843	414 474
Accionistas	1 507 534	0	308 655
Outras contas a pagar	3 892 370	3 510 632	3 142 587
Total do passivo	65 628 064	59 980 734	56 837 742

4.7. Eventos Posteriores ao Fecho

Facto bastante relevante no ano de 2015 e com impacto na atividade da AdSA, foi o desenvolvimento do Plano Especial de Revitalização da Artlant, esperando-se que 2016 seja o ano de reinício da atividade normal daquela unidade industrial.

4.8. Cumprimento das Orientações legais

A AdSA deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam.

Quadro 21 - Cumprimento das orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	NA		
Objetivos de Gestão	X				Ver Quadro 24
Gestão do Risco Financeiro			X		
Limites de Crescimento de Endividamento			X		
Evolução do PMP a fornecedores	X				
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			X		
Recomendações do acionista na aprovação de contas			X		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 82-B/2014	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 2.º da Lei 75/2014	X			5.167	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			3.444	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 75º da Lei n.º 82-B/2014			X		
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 2.º da Lei 75/2014	X				
Proibição de valorização remuneratória, nos termos do art.º 38.º da Lei 82-B/2014	X				
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	X				
Reembolso de despesas de representação pessoal	X				
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X				
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
Auditorias do Tribunal de Contas	X				
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X				
Parque Automóvel					
N.º de viaturas		33			
Gastos com viaturas		178.211			
Gastos operacionais das empresas públicas, nos termos do artigo 61º da Lei 82-B/2014	X				
Redução de trabalhadores, nos termos art.º 60.º da Lei 82-B/2014					
N.º de Trabalhadores			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS
N.º de Cargos Dirigentes			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 125º da Lei 82-B/2014)			X		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS

Objetivos de gestão (artigo 38º do DL nº 133/2013 de 3 de Outubro)

Os objetivos de Gestão fixados para a AdSA, para o triénio 2013-2015, pelo acionista na Assembleia Geral de 12 de março de 2015, bem como os resultados obtidos encontram-se listados no quadro seguinte:

Quadro 22 - Indicadores e Objetivos de Gestão

Indicadores de gestão: objetivos 2015			
INDICADORES		Valor Fixado ¹	Valor Atingido ²
Indicadores de Eficiência			
<i>(Contribuir para o cumprimento das obrigações legais e contratuais, das orientações das tutelas sectorial e financeira e às recomendações do regulador)</i>			
1.	Plano de Redução de Custos	(%) PRG 2014 > 44,6% - Não atingido	87,7%
Indicadores Financeiros - Rentabilidade e Crescimento			
<i>(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira)</i>			
2.	Degradação da Tesouraria de Exploração	(%) DTE ≤ 90,0% - superado	-583,3%
3.	ROCE	(%) ROCE < 28,6% - não atingido	6,9%
4.	Margem EBITDA	(%) 75,0% ≤ [ME 2014 / ME 2013] ≤ 100,0% - atingido	106,98%
Indicadores de Ambiente			
<i>(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objectivos racionais no domínio do ambiente)</i>			
5.	Qualidade da Água	(%) [QAR 2014 / QAR 2013] ³ 99,75% - superado	100,1%
6.	Qualidade das Águas Residuais	(%) [QAR 2014 / QAR 2013] > 100,0% - superado	115,5%
Indicadores de Reporte - Cumprimento de Reporte			
<i>(Desenvolvimento da cultura do grupo na empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)</i>			
7.	Orientações Corporativas	(%) GCOC = 100% atingido	na
8.	Cumprimento dos Prazos de Reporte (dias)	(dias) atraso < -1 dias - superado	- 3
Valor de Atingimento Final			2,7 (Superado)

Valor Fixado¹ - Valor fixado pela Assembleia Geral de 12 de março de 2015.

Valor Atingido² - Valor alcançado no exercício de 2015, devidamente auditado

Gestão do risco financeiro (Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro)

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS.

Evolução do prazo médio de pagamento RCM n.º 34/2008, de 22 fevereiro; Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos

PMP	2015				2014				Var. (%) 4.ºT 2015/ 4.ºT 2014
	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	
Prazo	94	90	65	52	81	78	101	102	-49%

Recomendações do acionista

Não foram efetuadas recomendações por parte do acionista.

Determinações sobre remunerações

Ver quadro 24, do cumprimento das orientações legais.

Suspensão do pagamento de complemento de pensões

Não aplicável.

Determinações sobre o artigo 32º do Estatuto do Gestor Público

Ver quadro 24, do cumprimento das orientações legais.

Despesas documentadas

Não aplicável.

Relatório sobre Remunerações

Em cumprimento do previsto no n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a Águas de Santo André, S.A. promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, inserido no seu relatório anual de contas, a informação sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.

A informação relativa ao ano de 2015 é apresentada no capítulo do Capital Humano do presente Relatório.

Compras; contratação pública; medidas de racionalização de política de aprovisionamento de bens e serviços

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade. Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes.

De entre o universo das categorias contratadas é de destacar a energia elétrica, com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão, Baixa Tensão Normal e Baixa Tensão Especial, onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas, que têm produzido excelentes resultados ao nível da centralização de aquisições.

Outra das categorias relevantes é a relativa à contratação da carteira de seguros do Grupo, adaptada à realidade e às necessidades de um conjunto muito vasto de empresas, com grande número de instalações e com riscos específicos decorrentes da sua atividade, que no contrato agregado são diluídos em resultado da diversificação operada. Neste campo, a solução agregada para a cobertura da responsabilidade ambiental constitui um bom exemplo das vantagens decorrentes da contratação centralizada.

Na sua atividade a Direção de Compras Centralizadas da AdP Serviços, tramita anualmente um vasto conjunto de procedimentos de contratação pública, estudando o mercado e recorrendo às soluções mais eficientes e adaptadas a cada categoria desenvolvendo as ferramentas e metodologias subsequentes para a captura de valor, destacando-se, no presente ano, o desenvolvimento de procedimentos de contratação de viaturas em regime de AOV, de Energia em Alta Tensão, Média Tensão e Baixa Tensão Especial, Serviços de Vigilância e Segurança, Reagentes, Economato, Contratação de Seguros Patrimoniais e Acidentes de Trabalho para o Grupo AdP, entre outros.

Relatório Anual de Prevenção da Corrupção

Dando cumprimento ao previsto no n.º1 do artigo n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdSA procede à avaliação anual do PGRCIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo n.º2 da Lei n.º54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

De igual forma, por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º2 do n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da AdSA e remetido à Unidade Técnica (UTAM), pese embora até 2014 tal não tenha sido possível concretizar, por este organismo não se encontrar em funcionamento.

Medidas de redução de gastos operacionais

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgada no relatório de gestão da AdP SGPS.

Do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme previsto no artigo 123º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro. Em caso de ter sido autorizada exceção, deverá ser indicado o Despacho autorizador, assim como a data de entrega da receita do Estado do montante de juros auferido em incumprimento da UTE.

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam, da prestação de serviços técnicos de administração e gestão,

constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente como objetivo final o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada. Nesse sentido:

- acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- encetou negociações logo em 1997 com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, tendo vindo a culminar com a concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- apoiou a montagem de uma linha de apoio aos financiamentos do setor dos resíduos sólidos junto do BEI, no montante total de 145 milhões de euros, destinados a financiar parcialmente os investimentos da última fase;
- dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007, a 15 e 20 anos, num total de 600 milhões de euros; e,
- iniciou contactos com entidades externas para colocação de dívida de longo prazo, com o objetivo de preparação do mercado para a colocação futura deste tipo de dívida para financiamento das necessidades do Grupo.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais na componente relativa ao investimento e fundo de maneiio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado, até ao presente, ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas existentes ao nível dos sistemas do interior. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido ao Grupo manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes permanentes de tesouraria junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., mantendo os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas junto do sistema financeiro, de forma a servir de garantia da continuação dos

apoios por parte dos bancos, tendo pedido para tal, e nos termos da lei, autorização às tutelas para a dispensa parcial de cumprimento para esta componente dos excedentes não permanentes, autorização essa concedida em termos anuais, e que foi concedida para 2015.

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do Grupo AdP são desenvolvidas pela AdP SGPS, no âmbito do seu objeto social, procurando a holding criar os meios necessários para fazer face às necessidades das sociedades que constam do seu portefólio, tendo sempre presente o objetivo de manter o equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas participadas. Os excedentes permanentes de tesouraria foram aplicados junto do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, mantendo-se os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas. Para este efeito foi solicitada pela AdP SGPS, nos termos do artigo 124.º, n.º I, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a dispensa do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado (PUTE). Esta dispensa foi, nos termos da referida lei, conferida às empresas do Grupo AdP através do Despacho nº834/2015 emitido pela Senhora Secretária de Estado do Tesouro

Recomendações no âmbito de auditorias do Tribunal de Contas

Para o ano de 2015, não existem recomendações no âmbito de auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas, para além das que já foram divulgadas nos Relatórios e Contas de anos anteriores.

Quadro com informação a constar no site do SEE

A divulgação desta informação é efetuada ao nível da AdP SGPS.

5. Perspetivas Futuras

A atividade a desenvolver em 2016 passa, naturalmente, pela continuidade da implementação da estratégia da empresa com vista a desenvolver, a médio e longo prazo, um conjunto de investimentos que permitam prestar serviços de elevada qualidade e garantir a sustentabilidade ambiental, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso da região.

Com o Plano Diretor de Abastecimento de Água e o Plano Diretor de Águas Residuais concluídos e o Plano de Segurança da Água com conclusão prevista até ao fim do primeiro semestre de 2016, a empresa passará a dispor de planos de investimentos físicos e financeiros, priorizados de acordo com análises de risco e, por conseguinte, calendarizados ao longo do restante período da concessão.

Neste contexto, torna-se premente a atualização do EVEF para permitir ajustar os investimentos a realizar de forma otimizada.

Todos os estudos, projetos e empreitadas iniciadas em 2015 e ainda não concluídos merecerão um acompanhamento cuidado com vista ao cumprimento dos prazos e dos orçamentos estipulados.

De igual forma, a operação dos diversos subsistemas será mantida com eficácia e eficiência, visando proporcionar um serviço de elevada qualidade com satisfação plena dos clientes, bem como garantir a proteção e valorização ambiental.

2016 será também mais um ano em que a empresa dedicará especial atenção a uma melhoria dos processos de planeamento, gestão e controlo, seja através de uma revisitação a todos os processos existentes, seja na sua operacionalização quando esta, até ao momento, se tenha mostrado incipiente, e ministrando formação sempre que isso se torne necessário.

Em 2016, será ainda prestada particular atenção ao desenvolvimento dos sistemas de informação, incluindo monitorização, telemetria e telegestão, bem como ao processo de certificação Segurança Alimentar.

Também a educação e a sensibilização ambiental farão parte das preocupações da empresa que, neste âmbito, em parceria com as Câmaras Municipais de Santiago do Cacém e de Sines, irá promover um ciclo de sessões e visitas dirigido à população escolar destes dois concelhos.

6. Considerações Finais

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2015, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

O Concedente, na pessoa de Sua Excelência o Ministro do Ambiente;

O acionista Águas de Portugal, SGPS, S.A.;

Os Organismos e Serviços Oficiais, como sejam a Câmara Municipal de Santiago do Cacém, a Câmara Municipal de Sines, a Junta de Freguesia de Santo André, a Agência Portuguesa do Ambiente, nomeadamente à sua Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, a Capitania do Porto de Sines, a Administração Regional de Saúde do Alentejo Litoral, o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, a Aicep Global Parques e a Administração do Porto de Sines;

Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;

Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração, em particular, os grandes clientes industriais;

O Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento das atividades da empresa;

Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral;

Os Colaboradores de AdSA, pelo seu notável sentido de serviço e de missão, sem o qual o desempenho da sociedade não poderia ter sido o que foi; e,

À semelhança do ano transato, em 2015 a AdSA contou com a colaboração da Direção de Engenharia da AdP Serviços, cabendo aqui um agradecimento especial aos seus dirigentes e técnicos pelo empenho, interesse e espírito de abertura que sempre demonstraram, mas fundamentalmente devido ao elevado profissionalismo e profundo conhecimento das matérias envolvidas. Idêntico agradecimento é merecido à Direção de Serviços de Informação da AdP Serviços.

7. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no Artigo 25º dos Estatutos da AdSA, propõe este Conselho de Administração que o Resultado Líquido positivo de € 5.116.688,02 tenha a seguinte distribuição:

- € 69.809,62 – para distribuição de dividendos ao acionista (OT10 anos + três pontos percentuais);
- € 5.046.878,40 – para Resultados Transitados.

O Conselho de Administração propõe também nos termos do disposto no Artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, a redução do valor da Reserva Legal no montante de € 71.577,86 para Resultados Transitados.

8. Anexo ao Relatório

O Capital Social ascende a € 1.000.000, representado por 200.000 ações da Classe A, com o valor nominal de 5 Euros cada, detido a 100 % por AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Nos termos do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2015:

- A sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a sociedade e os seus administradores; e,
- A sociedade não tem qualquer sucursal.

9. Relatório dos Administradores não Executivos



RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO

1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação do administrador com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho do mesmo, durante o exercício de 2015.

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o estatuto do gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho do administrador executivo.

3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global do administrador executivo, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Vila Nova de Santo André, 18 de fevereiro de 2016

Os Administradores Não Executivos


Joaquim Marques Ferreira


João Manuel da Silva Costa

AdSA – Águas de Santo André, S.A.

Cerca da Água • Rua dos Cravos • 7500-130 Vila Nova de Santo André
Tel.: +351 269 708 240 • fax: +351 269 708 269 • e-mail: geraladsa@adsa.pt • www.adsa.pt

O Conselho de Administração,

Joaquim Marques Ferreira
(Presidente)

Manuel Augusto Ruano Lacerda
(Administrador Executivo)

João Manuel da Silva Costa
(Vogal)

Vila Nova de Santo André, 29 fevereiro de 2016

C. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2015

I. Contas Individuais

Nos termos da Lei e dos estatutos vem o Conselho de Administração da AdSA, submeter à apreciação da Assembleia Geral desta empresa as Contas do Exercício do ano de 2015.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da Posição Financeira;
- Demonstração de Resultados e do Rendimento Integral;
- Demonstração das Alterações do Capital Próprio; e,
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Constituem, também, elementos do Relatório as Notas às Demonstrações Financeiras.

No final do presente Relatório encontram-se à disposição do acionista os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Fiscal Único; e,
- Certificação Legal de Contas.

Demonstração da posição financeira

Quadro 23 - Demonstração da posição financeira

		31.12.2015	31.12.2014
		IFRS	IFRS
Ativos não correntes			
Ativos intangíveis	6	54 613 763	54 973 864
Ativos fixos tangíveis	6	188 113	254 890
Investimentos financeiros	7	380 356	371 327
Ativos por impostos diferidos	8	3 976 185	4 140 704
Total dos Ativos não correntes		59 158 417	59 740 785
Ativos correntes			
Inventários	9	223 880	226 871
Clientes	10	2 886 552	2 786 356
Estado e outros entes públicos	11	62 072	107 149
Outras ativos correntes	12	9 733 147	7 022 368
Caixa e depósitos bancários	13	8 719 048	9 012 868
Total dos Ativos correntes		21 624 699	19 155 611
Total do ativo		80 783 117	78 896 396
Capital próprio			
Capital realizado	14	1 000 000	1 000 000
Reservas legais	14	271 578	271 578
Resultados transitados	14	17 557 109	15 061 335
Resultado líquido do exercício	14	5 116 688	2 582 750
Total do capital próprio		23 945 374	18 915 662
Passivos não correntes			
Provisões	15	326 849	1 568 293
Passivos por impostos diferidos	8	1 827 516	1 941 736
Outras passivos correntes	16	5 535 987	5 825 697
Subsídios ao investimento	18	33 061 574	35 127 924
Acréscimos de gastos para investimentos contratuais	17	10 795 194	9 993 628
Total dos passivos não correntes		51 547 120	54 457 278
Passivos correntes			
Fornecedores	19	1 424 907	1 273 981
Estado e outros entes públicos	11	414 474	738 843
Acionistas	20	308 655	0
Outras passivos correntes	20	3 142 587	3 510 632
Total dos passivos correntes		5 290 622	5 523 456
Total do passivo		56 837 742	59 980 734
Total do passivo e do capital próprio		80 783 117	78 896 396

Demonstração de Resultados e do Rendimento Integral

Quadro 24 - Demonstração de Resultados e do Rendimento Integral

	Notas	31.12.2015 IFRS	31.12.2014 IFRS
Vendas	22	9 068 449	8 674 555
Prestações de serviços	22	5 289 643	4 941 676
Volume de negócios		14 358 093	13 616 232
Custo das vendas/variação dos inventários	23	-214 275	-175 683
Margem bruta		14 143 818	13 440 549
Fornecimentos e serviços externos	24	-3 652 247	-3 964 501
Gastos com pessoal	25	-1 809 041	-2 025 741
Gastos de depreciação e de amortização	26	-4 063 318	-4 074 025
Provisões e reversões do exercício	27	1 241 444	-393 619
Imparidade de dívidas a receber e de inventários	28	-1 216 579	-996 306
Subsídios ao investimento	18	2 155 435	2 066 350
Outros gastos e perdas	29	-221 151	-169 270
Outros rendimentos e ganhos	30	350 735	377 863
Resultados operacionais		6 929 096	4 261 300
Gastos financeiros	31	-189 711	-242 292
Rendimentos financeiros	32	382 685	308 756
Resultados financeiros		192 974	66 463
Resultados antes de impostos		7 122 070	4 327 763
Imposto do exercício	21	-1 955 083	-1 885 022
Imposto diferido	8 e 21	-50 299	140 008
Resultado líquido do exercício		5 116 688	2 582 750
Rendimento Integral		5 116 688	2 582 750
Resultado por acção (básico e diluído)	14	25,58	12,91
Rendimento Integral por acção (básico e diluído)	14	25,58	12,91

Demonstração das Alterações do Capital Próprio

Quadro 25 - Alterações do capital próprio

	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2013	IFRS 1 000 000	271 578	10 043 555	5 135 909	16 451 042
Aplicação do res. líquido do exercício			5 017 780	-5 017 780	0
Distribuição de dividendos ao Acionista				-118 130	-118 130
Resultado líquido do exercício				2 582 750	2 582 750
Saldo a 31 de dezembro de 2014	IFRS 1 000 000	271 578	15 061 335	2 582 750	18 915 662
Aplicação do res. líquido do exercício			2 495 774	-2 495 774	0
Distribuição de dividendos ao Acionista				-86 976	-86 976
Resultado líquido do exercício				5 116 688	5 116 688
Saldo a 31 de dezembro de 2015	IFRS 1 000 000	271 578	17 557 109	5 116 688	23 945 374

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Quadro 26 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

	31.12.2015	31.12.2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	11 347 561	11 783 351
Pagamentos a fornecedores	-5 297 506	-7 020 845
Pagamentos ao pessoal	-993 451	-1 099 833
Pagamento de IRC	-1 643 420	-3 005 806
Outros recebimentos/pagamentos	-1 404 225	-2 169 812
	2 008 959	-1 512 944
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos de investimentos financeiros	0	2 700 000
Recebimentos de ativos fixos tangíveis	0	0
Recebimentos de ativos intangíveis	0	0
Recebimentos de Juros e rendimentos similares	9 025	22 860
Pagamentos de investimentos financeiros	-9 029	-113 574
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	0	0
Pagamentos de ativos intangíveis	-2 749 056	-585 363
	-2 749 060	2 023 923
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	0	0
Recebimentos de realizações de capital	0	0
Outros recebimentos	544 001	3 977 998
Pagamentos de empréstimos obtidos	0	0
Pagamentos de juros e gastos similares	0	0
Pagamentos de dividendos	-86 976	-1 128 626
Outros pagamentos	0	0
	457 025	2 849 372
Varição de caixa e seus equivalentes	-283 077	3 360 351
Caixa e seus equivalentes no início do período	9 012 868	5 652 517
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8 719 048	9 012 868
	-293 820	3 360 351

A variação constante na rubrica “Outros recebimentos/pagamentos” deve-se ao recebimento de IRC referente a 2014 no valor de € 686.222,34.

A rubrica “Pagamento de ativos intangíveis” regista um aumento face ao período homólogo, devido à execução física e financeira dos investimentos da AdSA.

O valor constante na rubrica “Outros recebimentos” deve-se à continuidade da resolução do passivo ambiental existente, através da prestação de serviços de Retirada das Lamas Confinadas no Aterro de Santo André, adjudicada ao consórcio EGEO/SISAV/Carmona/Lena Ambiente, foram, desde o início do projeto e até final de 2015, concluídas as 12 bacias existentes, tendo sido retiradas 82.078,62 ton de resíduos (lamas oleosas) e 32.592,74 ton de solos saneados, tendo como destinos finais, respetivamente, os CIRVER SISAV e ECODEAL e o Aterro de Resíduos Não Perigosos da Lena Ambiente II. A conclusão deste projeto, foi em 2015, projeto cofinanciado pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) e pelo Fundo de Intervenção Ambiental (FIA), tendo a AdSA recebido, em 2015, o valor global de € 450.339,40 que corresponde a reembolso do FIA.

Decomposição de caixa e seus equivalentes

Quadro 27 - Decomposição de caixa e seus equivalentes

	31.12.2015	31.12.2014
Caixa	4 019	4 340
Depósitos à ordem	8 715 029	9 008 528
Depósitos a prazo	0	0
	8 719 048	9 012 868
Descobertos bancários	0	0
	8 719 048	9 012 868

Notas às demonstrações financeiras

I.1. Atividade económica da Águas de Santo André, S.A.

I.1.1. Introdução

A Águas de Santo André, S.A. (adiante designada também por AdSA) foi constituída em 25 de maio de 2001, tendo a sua sede social na Cerca da Água, Rua dos Cravos. A AdSA tem como atividade principal a exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André.

I.1.2. Atividade

Água de Santo André, S.A. é uma sociedade anónima, constituída pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, com um capital social de € 1.000.000, realizados a 100 %.

A sociedade tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos estatutos, a "...exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André." Tendo por base o contrato de concessão celebrado com o Estado Português, à sociedade é atribuída, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da conceção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, pelo prazo de 30 anos.

1.1.3. Acionistas

A AdSA tem como acionista único a Águas de Portugal, SGPS, S.A., com sede na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700 - 421 Lisboa, que detém uma participação correspondente a 100 % do capital.

1.1.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 29 de fevereiro de 2016.

1.2. Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras das Águas de Santo André, S.A. foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (U.E.). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respetivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram preparadas em conformidade com as IFRS tal como adotadas pela U.E. até 31 de dezembro de 2015.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Águas de Santo André, S.A. na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2015, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2014.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor, e que a Águas de Santo André, S.A. ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na nota 2.1.1.

1.2.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AdSA, foram preparadas segundo o princípio da continuidade das operações e do princípio do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

1.2.1.1. Novas normas e alterações de políticas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contábilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015

O conjunto das novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2015, são as seguintes:

Adoção da IFRIC 21 Taxas (Regulamento n.º 634/2014, de 13 de junho de 2014); esta interpretação diz respeito à contabilização de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa caso esse passivo seja abrangido pela IAS 37. Diz igualmente respeito à contabilização de um passivo pelo pagamento de uma taxa cujo calendário e montante são conhecidos. Contudo, esta interpretação não diz respeito à contabilização dos custos decorrentes do reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa. As entidades deverão aplicar outras normas para determinar se o reconhecimento de um passivo correspondente ao pagamento de uma taxa dá origem a um ativo ou a uma despesa, não estando igualmente abrangidas: a) saídas de recursos abrangidas pelo âmbito de aplicação de outras normas (como por exemplo os impostos sobre o rendimento, que são do âmbito da IAS 12 Impostos sobre o rendimento); e b) coimas ou outras sanções aplicadas por infração da legislação. A interpretação esclarece que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa quando a atividade que desencadeia pagamento ocorre, tal conforme identificada pela legislação pertinente. Para uma taxa que é desencadeada ao atingir um limiar mínimo, esta interpretação clarifica que nenhuma responsabilidade deve ser antecipada antes do limite mínimo especificado ser atingido. Uma entidade deve aplicar, no relatório financeiro intercalar, os mesmos princípios de reconhecimento de taxas que aplica nas demonstrações financeiras anuais, sendo requerida aplicação retrospectiva.

Melhoramentos anuais: ciclo de 2011-2013 (Regulamento n.º 1361/2014, de 19 de dezembro de 2014); os melhoramentos incluem emendas a três normas internacionais de contabilidade, como segue:

IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Exceções do âmbito para acordos conjuntos; as emendas clarificam que a IFRS 3 não se aplica à contabilização da formação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

IFRS 13 Mensuração pelo justo valor – Âmbito do parágrafo 52 (exceção de “portfolio”); no contexto da exceção de mensuração do justo valor exposta no parágrafo 48, as emendas clarificam que as referências a ativos financeiros e passivos financeiros nos parágrafos 48-51 e 53-56 devem entender-se como aplicáveis a todos os contratos abrangidos e contabilizados de acordo com a IAS 39, quer preencham ou não as definições de ativos financeiros ou de passivos financeiros que constam da IAS 32.

IAS 40 Propriedades de investimento – Inter-relação IAS 40 e IFRS 13; As emendas requerem que uma entidade utilize as orientações da IAS 40 e da IFRS 3 para a contabilização da propriedade de investimento (ou negócio), não introduzindo um novo tratamento contábilístico. Estas emendas têm por objetivo clarificar que deverá ser aplicado um

juízo na determinação sobre se uma transação configura: (i) uma aquisição de um ativo (um grupo de ativos) que deverá ser contabilizada de acordo com a IAS 40, ou (ii) uma concentração de atividades que deverá ser contabilizada de acordo com a IFRS 3.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016

Melhoramentos anuais: ciclo de 2010-2012 (Regulamento n.º 2015/28, de 17 de dezembro de 2014); os melhoramentos incluem emendas a oito normas internacionais de contabilidade, como segue:

IFRS 2 Pagamento com Base em Ações – Definições de condições de aquisição; as emendas enaltecem a definição atual de condições de aquisição (“vesting conditions”) por meio da adição de definições separadas para condições de desempenho e para condições de aquisição. As emendas também vêm clarificar as definições dos dois tipos de condições de aquisição (vesting) e de não aquisição (non-vesting).

IFRS 3 Concentrações de Atividades Empresariais – Contabilização da retribuição contingente; as emendas pretendem clarificar que: (i) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser mensurada pelo justo valor à data do reconhecimento inicial; (ii) o parágrafo 40 da IFRS 3 requer que a retribuição contingente que seja um instrumento financeiro deverá ser apresentada como capital próprio ou como passivo em conformidade com a IAS 32; e (iii) toda a retribuição contingente, independentemente da sua natureza, deverá ser subsequentemente mensurada ao justo valor através dos lucros ou prejuízos. Decorrentes das emendas à IFRS 3 são também emendadas a IAS 37, IAS 39 e IFRS 9.

IFRS 8 Segmentos Operacionais; as emendas vêm clarificar os requisitos de: (i) divulgação de juízos de valor dos órgãos de gestão na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais; e (ii) apresentação de reconciliação do total dos ativos dos segmentos relatáveis com os ativos da entidade.

IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis – Modelo de revalorização: as emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos tangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas – Serviços de pessoal-chave da gerência; as emendas alargam o conceito de entidade que é relacionada com uma entidade relatora a: entidades, ou qualquer membro de um grupo em que se inserem, que fornecem serviços de pessoal-chave da gerência à entidade relatora ou à sua empresa-mãe e adicionam requisitos de divulgação relacionados com prestação de serviços de pessoal-chave da gerência prestados por uma entidade de gestão.

IAS 38 Ativos intangíveis – Modelo de valorização; as emendas clarificam o tratamento a aplicar aos ativos intangíveis (bruto e depreciações acumuladas) à data da revalorização.

IAS 19 Benefícios dos Empregados (Regulamento n.º 2015/29, de 17 de dezembro de 2014); as emendas clarificam a orientação para as entidades na atribuição de contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço e requerem que as entidades atribuam as contribuições associadas aos serviços de acordo com o parágrafo 70, ou seja, utilizando a fórmula de contribuição do plano ou um método linear. Adicionalmente, as emendas

acrescentam em apêndice um guia de aplicação para as contribuições dos empregados ou de partes terceiras. Estas emendas visam a redução de complexidade por via da introdução de um expediente prático que permite a uma entidade reconhecer as contribuições dos empregados ou de partes terceiras associados ao serviço que são independentes do número de anos de serviço, como uma redução do custo do serviço, no período em que o serviço associado é prestado.

Agricultura – Plantas destinadas à produção: Emendas à IAS 16 e à IAS 41 (Regulamento n.º 2015/2113, de 23 de novembro de 2015); as emendas à IAS 16 e à IAS 41 vêm determinar que as plantas exclusivamente utilizadas para o cultivo de produtos ao longo de vários períodos, designadas de plantas destinadas à produção, passam a ser contabilizadas da mesma forma que os ativos fixos tangíveis de acordo com a IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis, uma vez que a sua exploração é semelhante à das atividades industriais.

Emendas à IFRS 11 Acordos Conjuntos (Regulamento n.º 2015/2173, de 24 de novembro de 2015); as emendas fornecem novas orientações sobre o tratamento contabilístico das aquisições de interesses em operações conjuntas cujas atividades constituem atividades empresariais, nomeadamente referindo que quando uma entidade adquire um interesse numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial, na aceção da IFRS 3, deve aplicar de forma proporcional à sua parte, todos os princípios de contabilização das concentrações de atividades empresariais definidos na IFRS 3 e noutras IFRS, que não entrem em conflito com a IFRS 11, e deve apresentar as informações nelas exigidas em relação às concentrações de atividades empresariais. Tal aplica-se à aquisição tanto do interesse inicial como de interesses adicionais numa operação conjunta cuja atividade constitui uma atividade empresarial.

Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização: Emendas à IAS 16 e à IAS 38 (Regulamento n.º 2015/2231, de 2 de dezembro de 2015); a emenda à IAS 16 vem clarificar que não é adequada a utilização de um método de depreciação de um ativo fixo tangível baseado nos proveitos gerados por uma atividade. Por outro lado, a emenda à IAS 38 vem clarificar que só em circunstâncias muito limitadas é que é possível ultrapassar a presunção de que um método de amortização de um ativo intangível baseado nos proveitos gerados pela atividade é inadequado.

Melhoramentos anuais: ciclo 2012-2014 (Regulamento n.º 2015/2343, de 15 de dezembro de 2015), os melhoramentos incluem emendas a cinco normas internacionais de contabilidade, como segue:

IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e unidade operacionais descontinuadas – As emendas vêm clarificar que se uma entidade reclassificar um ativo ou grupo para alienação diretamente de detido para venda para detido para distribuição aos proprietários, ou diretamente de detido para distribuição aos proprietários para detido para venda, a alteração na classificação passa a ser considerada uma continuação do plano inicial de alienação.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações – Vem clarificar que as emendas introduzidas através do documento Divulgações – Compensação entre Ativos Financeiros e

Passivos Financeiros (Emendas à IFRS 7), devem ser aplicadas aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. As entidades devem apresentar as divulgações exigidas por essas emendas retroativamente. Vem ainda clarificar que quando uma entidade transfere um ativo financeiro, pode reter o direito ao serviço (de dívida) ao ativo financeiro em troca de comissões incluídas, por exemplo, num contrato por serviço. A entidade avalia o contrato por serviço para decidir se a entidade mantém um envolvimento continuado em resultado desse contrato para efeito dos requisitos de divulgação.

IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro - As emendas a esta Norma estão diretamente relacionadas com as emendas efetuadas à IFRS 7 anteriormente referidas.

IAS 19 Benefícios dos Empregados – As emendas vêm clarificar que para as moedas (passa a ser independente do país) para as quais não haja um mercado ativo em obrigações de alta qualidade de empresas, devem ser usados os rendimentos de mercado (no fim do período de relato) em obrigações governamentais expressas nessa moeda.

IAS 34 Relato Financeiro Intercalar – As emendas vêm clarificar que as divulgações evidenciadas no parágrafo 16-A da IAS 34 devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada às demonstrações financeiras intercalares, em outras demonstrações que estejam disponíveis aos utentes das demonstrações financeiras nas mesmas condições e na mesma altura que as demonstrações financeiras intercalares. Se os utentes das demonstrações financeiras intercalares não têm acesso à informação incluída por referência cruzada nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar está incompleto.

Iniciativa de divulgação: Emendas à IAS 1 (Regulamento n.º 2015/2406, de 18 de dezembro de 2015); as alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras visam melhorar a eficácia da divulgação e incentivar as empresas a aplicarem o seu julgamento profissional na determinação das informações a divulgar nas suas demonstrações financeiras aquando da aplicação da IAS 1.

Método da Equivalência Patrimonial no âmbito das Demonstrações Financeiras Separadas: Emendas à IAS 27 (Regulamento n.º 2015/2441, de 19 de dezembro de 2015); as alterações à IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas consistem em permitir que as entidades possam utilizar o método da equivalência patrimonial, tal como descrito na IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, para contabilizar os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas suas demonstrações financeiras separadas.

As alterações e emendas nas normas acima referidas ou não são aplicáveis ou não é expectável que da sua adoção resulte qualquer efeito relevante nas demonstrações financeiras.

I.2.2. Conversão cambial

I.2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdSA, estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AdSA e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

I.2.2.2. Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em “Outras reservas”, consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Águas de Santo André, S.A. de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

I.2.3. Atividade concessionada e regulada

I.2.3.1. Introdução

A Águas de Santo André, S.A. desenvolve a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade da empresa está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como do respetivo orçamento anual. Com a alteração dos estatutos da ERSAR, operada pela Lei 10/2014, de 6 de março, as tarifas aplicadas aos serviços prestados aos utilizadores passaram a ser aprovadas pela entidade reguladora, tendo deixado de estar sujeitas a qualquer intervenção por parte do Concedente.

A Águas de Santo André, S.A. está ainda sujeita à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

I.2.3.2. Enquadramento – atividade concessionada (IFRIC 12)

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a Águas de Santo André, S.A. presta dois tipos de serviços: o de construção,

modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nas IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito. Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18.

Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evita o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Quadro 28 - Concessão, prazo e indexante

Água, Saneamento e Resíduos	Concessão/Parceria	Prazo	Período	Remuneração Acionista	
				Taxa*	Incidência
Águas de Santo André, SA	Concessão	30 anos	2001-2031	5,49%	C.Social+Res.Legal

* OT 10 anos + 3%

1.2.3.3. Classificação da infraestrutura

Atendendo à tipologia do contrato de concessão da Águas de Santo André, S.A., nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, a Águas de Santo André, S.A. como concessionária do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha, tratamento e destino final de resíduos sólidos, classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

1.2.3.4. Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão. Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Quadro 29 - Investimento do Contrato de Concessão

Total do investimento do contrato de concessão	Número de anos do contrato de concessão	Total do investimento da concessão revisto	Número de anos da concessão	Taxa média de amortização do ano de 2015
		(último EVEF submetido)	(último EVEF submetido)	
43 962 525	30	43 962 525	30	3,33%

Foram excluídos do quadro acima os valores relativos ao património integrado do ex-INAG, cujo montante ascende a € 76.374.102, apesar destes investimentos constarem do direito de utilização de infraestruturas, na medida em que as referidas infraestruturas foram cedidas pelo ex-INAG/APA sem contrapartida onerosa, razão pela qual estão evidenciadas no ativo e no passivo da empresa por igual montante.

Atualmente o EVEF em vigor é o de 2001, pretendendo a AdSA elaborar um novo EVEF de acordo com a clarificação do posicionamento institucional da AdSA, do foco na sua vocação para uma empresa de serviços ambientais para a região, assumindo definitivamente a vocação para os fins para estiveram na base da sua criação.

1.2.3.5. Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da Águas de Santo André, S.A., os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente. Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

1.2.3.6. Valor Residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros – valor a receber.

1.2.3.7. Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O redito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 à Águas de Santo André, S.A. é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

1.2.4. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

1.2.4.1. Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota [1.2.3.3](#)

1.2.4.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço. Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados. A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

1.2.4.3. Outros Ativos Intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de software para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do software. Os custos de implementação do software reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de 3 a 6 anos. Os sistemas corporativos e transacionais de

grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos. Não aplicável à AdSA.

I.2.5. Ativos e passivos financeiros

I.2.5.1. Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros das Águas de Santo André, S.A. são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – trade date) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Águas de Santo André, S.A. classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) empréstimos e contas a receber; ii) investimentos detidos até à maturidade; iii) investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

1.2.5.1.1. Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: (i) ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no abastecimento de água às populações abrangidas, em qualidade e quantidade, e a recolha e tratamento das águas residuais das áreas abrangidas, bem como satisfazer as necessidades das indústrias localizadas na ZILS, relativamente a água potável, água industrial, água residual e resíduos industriais e sobre os quais não existe intenção de negociar; e (ii) investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, para que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Águas de Santo André, S.A. não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

1.2.5.1.2. Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Águas de Santo André, S.A. tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

1.2.5.1.3. Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: (i) os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

1.2.5.1.4. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a empresa não tem intenção de manter por tempo indeterminado; (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas. São apresentados como ativos não correntes, exceto se houver a intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

Após o reconhecimento individual os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a gastos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda, sendo as respetivas variações de justo valor reconhecidas diretamente no capital próprio, na rubrica de “Reserva de justo valor”, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. No caso dos instrumentos de capital um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do gasto é determinante para determinar a existência de imparidade.

Os instrumentos de capital que não sejam participações em empresas filiais, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a IAS 39. Caso não exista valor de mercado, estes ativos são mantidos ao custo de aquisição, sujeitos a testes de imparidade.

1.2.5.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: (i) passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; (ii) outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos e Fornecedores e outras contas a pagar.

1.2.5.2.1. Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do período.

1.2.5.2.2. Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

1.2.6. Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda ou de serviços prestados pela Águas de Santo André, S.A. no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

1.2.7. Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

1.2.8. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Dívidas a instituições de crédito – curto prazo”, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

I.2.9. Imparidade

I.2.9.1. Imparidade de ativos financeiros

A empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Cientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que a Águas de Santo André, S.A. não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: (i) análise de incumprimento; (ii) dificuldades financeiras do devedor; (iii) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subseqüentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

I.2.9.2. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Águas de Santo André, S.A. são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. As

perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

1.2.10. Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

1.2.11. Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

1.2.12. Subsídio do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas de Santo André, S.A. cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

1.2.13. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Águas de Santo André, S.A. divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

1.2.14. Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em “Outras reservas” consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

1.2.15. Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.3 a Águas de Santo André, S.A. apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo Concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

1.2.15.1. Prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em “alta” – Saneamento

O rédito é reconhecido com base em: (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada - Serviços em “alta” - Tratamento e valorização de resíduos - indiferenciados

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada - Serviços em “baixa” e em “alta” – Abastecimento de Água

O rédito é reconhecido com base em consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do aluguer se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

1.2.15.2. Vendas de bens

Atividade regulada - Serviços em “alta” e em “baixa” – Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em: (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade regulada - Serviços em “baixa” - Parcerias

O rédito é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado à capacidade de débito do contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

1.2.15.3. Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

Quando uma conta a receber é ajustada por imparidade, a Águas de Santo André, S.A. reduz o seu valor contabilístico para o seu valor recuperável, no entanto os cash flows futuros estimados continuam a ser descontados à taxa de juro efetiva inicial (antes da imparidade) e a regularização do desconto a ser considerado como um rendimento de juros.

1.2.16. Trabalhos para a própria empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável. Não aplicável à AdSA.

1.2.17. Gastos e Perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

1.2.18. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

1.3. Políticas de gestão de risco

1.3.1. Fatores de risco

As atividades da Águas de Santo André, S.A. estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

I.3.2. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A Águas de Santo André, S.A. está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

O risco de crédito relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (fornecimento de água, saneamento, resíduos e outros) é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado.

Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

O grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. O Conselho de Administração da Águas de Santo André, S.A. e da AdP, SGPS encontram-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios.

Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Águas de Santo André, S.A. continua a entender que sobre parte desses saldos existem à data indicadores que conduzem ao reconhecimento de perdas por imparidade, com exceção dos saldos para os quais foram consideradas as potenciais perdas por imparidade, que não existem indicadores que conduzam ao reconhecimento de outras perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas de Santo André, S.A. ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2015, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Quadro 30 - Ativos financeiros bancários e Rating

Ativos financeiros bancários	31.12.2015	31.12.2014
Depósitos à ordem	8 715 029	9 008 528
Depósitos prazo	0	0
Fundo de renovação do equipamento	0	0
Fundo de reconstrução do capital	380 356	371 327
	9 095 385	9 379 855

Rating	31.12.2015	Montante
P-1 (Moody's)	Prime - 1	8 715 029
P-2 (Moody's)	Ba2	380 356
		9 095 385

I.3.3. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida fluante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas de Santo André, S.A. pretende assegurar a flexibilidade da dívida fluante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Águas de Santo André, S.A. efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas de Santo André, S.A. por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

Quadro 31 - Fluxos de caixa contratuais

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	1 424 907	2 394 230	3 141 758
	1 424 907	2 394 230	3 141 758

A empresa não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo.

I.3.4. Risco de fluxo de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

Não aplicável à AdSA.

I.3.5. Risco de capital

Não aplicável à AdSA.

I.3.6. Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, o Grupo tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador, procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos nas empresas decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

Em 6 de março, foi publicada a Lei n.º 10/2014, que aprovou os novos Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Esta publicação vem no decurso da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR viu aumentada a sua independência de atuação (artigo 2.º), expandido o universo de entidades sujeitas a regulação (artigo 4.º) e reforçados os seus poderes e atribuições sobre as entidades reguladas (artigos 5.º, 9.º, 10.º e

11.º). Em face das alterações em concretização nos sectores das águas e dos resíduos, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas. É expectativa do Grupo que, com este reforço de poderes da ERSAR, o sector integre uma agenda consentânea com a fase de desenvolvimento em que se encontra, colocando-se o enfoque na sustentabilidade de forma integrada, nas vertentes económica, social e ambiental.

I.4. Estimativas e Julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Águas de Santo André, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

I.4.1. Provisões

A Águas de Santo André, SA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Águas de Santo André, S.A. é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se de ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

I.4.2. Ativos intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

I.4.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas de Santo André, S.A.

tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Águas de Santo André, S.A.. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Águas de Santo André, S.A. os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da Águas de Santo André, S.A., que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas de Santo André, S.A. não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, exceção feita às imparidades sobre as contas a receber registadas anualmente. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Águas de Santo André, S.A..

I.4.4. Provisões par impostos sobre o rendimento

A AdSA, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

I.4.5. Recuperação Artlant

A AdSA nas suas relações comerciais com o cliente Artlant PTA, S.A., viu suspensa a sua atividade operacional em 2014, tendo-se no mesmo ano iniciado um Plano Especial de Revitalização (PER), homologado em julho de 2015 com um haircut de 30%, aplicável sobre a faturação emitida a 31 de julho de 2014 no valor de € 1.019.611,76 com a aplicação de juros de mora de 1% + Euribor.

Em 2015, a AdSA recebeu a primeira prestação no valor de € 104.561,19.

O Conselho de Administração entende, nesta data, ser espectável que através da execução do PER serão criadas as condições necessárias que assegurem a continuidade das operações daquela empresa, e o conseqüente exercício dos restantes direitos contratuais que emergem do contrato e respetiva adenda, de fornecimento, tratamento, e descarga de água industrial, água residual industrial e água salina.

I.5. Instrumentos financeiros por categoria

Quadro 32 - Instrumentos Financeiros por categoria

	Empréstimos e contas a receber	Ativos e Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2015
Ativos intangíveis	-	-	0	54 613 763	54 613 763
Ativos fixos tangíveis	-	-	0	188 113	188 113
Propriedades de investimento	-	-	0	0	0
Investimentos financeiros	380 356	-	380 356	0	380 356
Impostos diferidos ativos	-	-	0	3 976 185	3 976 185
Clientes e outros ativos não correntes	-	-	0	0	0
Inventários	-	-	0	223 880	223 880
Clientes	2 886 552	-	2 886 552	0	2 886 552
Estado e outros entes públicos	-	62 072	62 072	0	62 072
Outros ativos correntes	9 733 147	-	9 733 147	0	9 733 147
Caixa e seus equivalentes	8 719 048	-	8 719 048	0	8 719 048
Total do ativo	21 719 103	62 072	62 072	59 001 941	80 783 117
Provisões	-	326 849	326 849	0	326 849
Responsabilidades com pensões	-	-	0	0	0
Empréstimos não correntes	-	-	0	0	0
Impostos diferidos passivos	-	-	0	1827 516	1827 516
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	5 535 987	5 535 987	0	5 535 987
Acréscimos de custos do investimento contratual	-	-	0	10 795 194	10 795 194
Subsídios ao investimento	-	-	0	33 061 574	33 061 574
Empréstimos correntes	-	-	0	0	0
Fornecedores	-	1424 907	1424 907	0	1424 907
Outros passivos correntes	-	3 142 587	3 142 587	0	3 142 587
Acionistas	-	308 655	308 655	0	308 655
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	0	0	0
Estado e outros entes públicos	-	414 474	414 474	0	414 474
Total do passivo	0	11 153 458	11 153 458	45 684 284	56 837 742

I.6. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

I.6.1. Ativos fixos tangíveis

Quadro 33 - Ativos fixos tangíveis

	31.12.2015	31.12.2014
Despesas de desenvolvimento	-	-
Ativos Tangíveis	188 113	254 890
	188 113	254 890

I.6.2. Ativos intangíveis

Quadro 34 - Ativos Intangíveis

	31.12.2015	31.12.2014
Propriedade industrial e outros direitos	-	-
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI)	54 613 763	54 973 864
	54 613 763	54 973 864

I.6.3. Movimentos do período

Quadro 35 - Movimentos de ativos

Valor Bruto	31.12.2014	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer	31.12.2015
Despesas de desenvolvimento	74 740	-	-	-	-74 740	0
Ativos Tangíveis	307 898	380	-	-	-52 425	255 853
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI)	96 429 359	2 834 494	-	-	127 164	99 391 017
	96 811 996	2 834 874	0	0	0	99 646 870
Amortizações acumuladas	31.12.2014	Aumentos	Abates	Alienaç.	Transfer	31.12.2015
Despesas de desenvolvimento	-32 387	0	-	-	32 387	0
Ativos Tangíveis	-53 008	-17 128	-	-	2 395	-67 741
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI)	-41 497 847	-3 244 625	-	-	-34 782	-44 777 254
	-41 583 242	-3 261 752	0	0	0	-44 844 995
Valor líquido	55 228 754	-426 878	0	0	0	54 801 876

As transferências evidenciadas acima, respeitam ao resultado da inventariação física dos ativos da empresa.

I.7. Investimentos financeiros

Quadro 36 - Investimentos financeiros

	31.12.2015	31.12.2014
Fundo de renovação	0	0
Fundo de reconstituição	380 356	371 327
	380 356	371 327

Ao abrigo do Contrato de Concessão, a Águas de Santo André, S.A. ficou obrigada a entregar em cada ano, o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um fundo de reconstituição de capital.

I.8. Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos e passivos podem ser analisados como se segue:

Quadro 37 - Impostos diferidos

	31.12.2014	Correcções	Dotação	Utilização	31.12.2015
Taxa de IRC	21%	0%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	4%	0%	4%	4%	4%
Activos por Impostos Diferidos					
Provisões					
Provisões - riscos e encargos	1 538 293	0	0	-1 241 444	296 849
Prejuízos					
IFRIC 12					
IFRIC 12- (transição) - Investimento futuro	9 481 377	0	0	-285 521	9 195 856
IFRIC 12- (transição) - amortização contabilística vs fiscal					
IFRIC 12- (exercício) - amortização contabilística vs fiscal	317 269	0	0	-18 663	298 606
IFRIC 12- (exercício) - Investimento contratual	5 319 154	0	883 846	0	6 203 000
Base de incidência	16 656 093	0	883 846	-1 545 628	15 994 312
IRC	3 497 780	0	185 608	-324 582	3 358 805
Derrama	642 925	0	34 116	-59 661	617 380
Imposto diferido ativo reconhecido	4 140 704	0	219 724	-384 243	3 976 185
Taxa de IRC	21%	0%	21%	21%	21%
Taxa de Derrama	4%	0%	4%	4%	4%
Passivos por impostos diferidos					
IFRIC 12					
IFRIC 12- (transição) - Investimento futuro	7 810 683	0	0	-459 452	7 351 231
IFRIC 12- (transição) - amortização contabilística vs fiscal	0	0	0	0	0
Base de incidência	7 810 683	0	0	-459 452	7 351 231
IRC	1 640 243	0	0	-96 485	1 543 758
Derrama	301 492	0	0	-17 735	283 758
Imposto diferido passivo reconhecido	1 941 736	0	0	-114 220	1 827 516

A Águas de Santo André, S.A. procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos resultantes da provisão para outros riscos e encargos para suprir os gastos com o destino final das lamas próprias e de processos judiciais em curso. Também são reconhecidos impostos diferidos ativos relativos aos acréscimos de gastos para Investimentos Contratuais. Por outro lado, a AdSA reconhece como diferenças temporárias os valores relativos a amortizações e acréscimos de gastos de investimentos contratuais não realizados, cujo critério de reconhecimento de gastos e rendimentos é distinto do aceite fiscalmente.

No exercício de 2015, os movimentos reportam-se essencialmente ao reconhecimento do imposto diferido ativo, relativo ao investimento contratual previsto e não realizado, ao desreconhecimento dos ativos e passivos relacionados com o ajustamento da transição de amortizações.

1.9. Inventários

Quadro 38 - Inventários

	31.12.2015	31.12.2014
Matérias-primas		0
Materiais diversos	273 880	276 871
Perdas por Imparidade	-50 000	-50 000
	223 880	226 871

I.10. Clientes

Quadro 39 - Clientes

	31.12.2015	31.12.2014
Clientes municípios	1 56 595	402 623
Clientes outros	2 729 957	2 383 733
	2 886 552	2 786 356

Atendendo ao prazo de vencimento das dívidas (2 anos) a Águas de Santo André, S.A. tem vindo a desencadear os mecanismos legais que asseguram a recuperabilidade dos valores em causa, nomeadamente através da interposição de ações judiciais contra os respetivos clientes.

I.10.1. Clientes – municípios

Quadro 40 - Clientes - municípios

	31.12.2015	31.12.2014
Clientes municípios	3 126 170	1 545 888
Clientes municípios TRH	8 925	9 700
Clientes municípios injunções	5 404 459	6 351 775
Clientes municípios acordos	0	0
Perdas por imparidade	-8 382 960	-7 504 741
	156 595	402 623

Atendendo ao facto de alguns clientes Municípios não se encontrarem a aceitar a faturação emitida pela AdSA no âmbito da prestação de serviços realizada, têm vindo a ser acionados pela empresa os mecanismos legais que visam assegurar a recuperabilidade dos montantes faturados, nomeadamente através dos respetivos processos de injunção e/ou Ações Administrativas Comuns em Processo Ordinário que se encontram divulgados na nota 35. Ainda que atendendo às ações interpostas, o Conselho de Administração entendeu, à semelhança de anos anteriores, reconhecer perdas por imparidade sobre alguns dos saldos a receber dos Municípios.

I.10.2. Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente)

Quadro 41 - Clientes - município - total da dívida

	31.12.2015	31.12.2014
Clientes municípios correntes	8 539 555	7 907 364
Perdas por imparidade	-8 382 960	-7 504 741
	156 595	402 623

1.10.3. Clientes – municípios – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Quadro 42 - Total da dívida por vencimento dos municípios

	Vencido até 2013	Vencido até 2014	Vencido até 2015	Total vencido	Não vencido	Total
Município de Santiago do Cacem	290	3 320	52 115	55 724	41 074	96 798
Município de Sines	31 911	10 426	16 588	58 925	871	59 797
	32 201	13 745	68 704	114 650	41 945	156 595

1.10.4. Clientes – outros – total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Quadro 43 - Total da dívida por vencimento (outros)

	Vencido até 2013	Vencido até 2014	Vencido até 2015	Total vencido	Não vencido	Total
Cientes Outros	19 973	9 458	1 148 968	1 178 400	1 551 557	2 729 957
	19 973	9 458	1 148 968	1 178 400	1 551 557	2 729 957

1.11. Estado e outros entes públicos

Quadro 44 - Estado e outros entes públicos

	31.12.2015	31.12.2014
IVA a receber	62 072	107 149
Outros	0	0
EOEP activos	62 072	107 149
IVA a pagar	0	0
Retenções	-17 841	-53 795
Retenções - Segurança social	-34 670	-68 811
Outras tributações - TRH	-361 962	-616 237
Outros	0	0
EOEP passivos	-414 474	-738 843
	-352 402	-631 694

I.12. Outros ativos correntes

Quadro 45 - Outros ativos correntes

	31.12.2015	31.12.2014
Adiantamentos a fornecedores	0	0
Outros devedores	3 677	93 905
Empresas do Grupo	0	641 698
Acréscimos de rendimentos	9 585 933	6 185 736
Diferimentos de gastos	143 537	101 029
	9 733 147	7 022 368

Nos acréscimos de rendimentos encontra-se a estimativa dos valores mínimos garantidos a faturar relativos ao contrato celebrado com o cliente Artlant e rendimentos financeiros decorrentes de aplicações financeiras, nomeadamente o Fundo de Reconstituição de Capital Social.

I.13. Caixa e bancos

Quadro 46 - Caixa e bancos

	31.12.2015	31.12.2014
Caixa	4 019	4 340
Depósitos à ordem	8 715 029	9 008 528
Depósitos a prazo	0	0
	8 719 048	9 012 868

I.14. Capital

Quadro 47 - Capital Social

		Capital subscrito	Capital realizado	Capital subscrito	Capital realizado
		31.12.2015	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2014
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	100%	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000
	100%	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000

O capital social da empresa é composto por 200.000 ações da classe A, com o valor nominal de 5 Euros cada.

I.14.1. Resultado por ação

Quadro 48 - Resultado por ação

	31.12.2015	31.12.2014
Resultado líquido	5 116 688	2 582 750
Número médio de ações (5,00Eur/cada)	200 000	200 000
Resultado por ação	26	13

I.14.2. Movimento do período

Quadro 49 - Movimentos por período do capital social

	31.12.2014	Afect. Res. Líquido	Dividendos	Res. Líquido	31.12.2015
Reservas e outros ajustamentos	271 578	-	-	-	271 578
Resultados transitados	15 061 335	2 495 774	0	-	17 557 109
Resultado líquido do exercício	2 582 750	-2 495 774	-86 976	5 116 688	5 116 688
	17 915 662	0	-86 976	5 116 688	22 945 374

A Assembleia Geral de acionistas de 12 de março de 2015 aprovou as contas da empresa tendo deliberado a aplicação do RLE em resultados transitados (€ 2.495.773,80) e a distribuição de dividendos (€ 86.975,93).

I.15. Provisões

Quadro 50 - Provisões

	31.12.2015	31.12.2014
Provisões - outros - Lamas	0	724 082
Provisões - outros - Contingências Fiscais	30 000	30 000
Provisões - outros - Fornecedores	108 110	108 110
Provisões - outros - Diversos	188 739	706 102
	326 849	1 568 293

I.15.1. Movimentos por período

Quadro 51 - Movimentos por período das provisões

	31.12.2014	Aumentos	Diminuições	Reversões	31.12.2015
Provisões - outros - Lamas	724 082	0	0	-724 082	0
Provisões - outros - Contingências Fiscais	30 000	0	0	0	30 000
Provisões - outros - Fornecedores	108 110	0	0	0	108 110
Provisões - outros - Diversos	706 102	0	0	-517 362	188 739
	1 568 293	0,00	0	-1 241 444	326 849

O movimento do ano da rubrica de provisões para outros riscos e encargos refere-se à reversão da provisão relativa à conclusão da resolução do passivo ambiental, no valor de € 724.081,76 e à reversão da provisão relativa ao haircut de 30%, previsto no PER do cliente Artlant, no valor de € 517.362,31 relativa ao ano de 2014, em que se aguardava a homologação do PER, tendo em 2015 sido reconhecida uma perda por imparidade no montante de € 305.883,53.

I.16. Fornecedores e outros passivos não correntes

Quadro 52 - Fornecedores e outros passivos não correntes

	31.12.2015	31.12.2014
Fornecedores de investimentos	5 535 987	5 825 697
	5 535 987	5 825 697

A Águas de Santo André, S.A. ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio, tem a obrigação de efetuar um pagamento mensal ao INAG/APA, de € 39.903, durante o prazo da concessão. A 31 de dezembro de 2015, encontra-se registado em passivo não corrente o montante de € 5.535.987, o qual se encontra mensurado pelo método do custo amortizado.

I.17. Acréscimos de gastos de investimento contratual

Quadro 53 - Acréscimos de gastos de investimento contratual

	31.12.2015	31.12.2014
Acréscimos de gastos de investimento contratual	10 795 194	9 993 628
	10 795 194	9 993 628

O valor desta rubrica corresponde à aplicação da taxa de amortização sobre o investimento da concessão previsto mas ainda não realizado. Para além do acréscimo de gastos para investimento futuro reconhecido no exercício de 2015, pelo valor de € 883.846,33.

I.18. Subsídio ao investimento

Quadro 54 - Integração de património

	31.12.2015	31.12.2014
Integração de património	33 061 574	35 127 924
	33 061 574	35 127 924

I.18.1. Movimentos do período

Quadro 55 - Movimentos do período de integração de património

	31.12.2014	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2015
Integração de património	35 127 924	-2 066 350	-	-	33 061 574
	37 194 274	-2 066 350	0	0	33 061 574

O montante de € 2.066.350 diz respeito ao reconhecimento em rendimentos do exercício dos valores associados à integração de património.

I.19. Fornecedores correntes

Quadro 56 - Fornecedores Correntes

	31.12.2015	31.12.2014
Fornecedores de investimentos	419 905	277 964
Fornecedores gerais	910 447	834 220
Fornecedores empresas do Grupo	92 074	159 290
Fornecedores facturas em receção e conferência	2 480	2 507
	1 424 907	1 273 981

I.20. Outros passivos correntes

Quadro 57 - Outros passivos correntes

	31.12.2015	31.12.2014
Acréscimos com férias e subsídio de férias	211 538	211 833
Empresas do Grupo	308 655	0
Outros acréscimos e diferimentos	2 437 673	2 895 451
Outros credores	493 376	403 348
	3 451 241	3 510 632

A variação verificada na rubrica Empresas do Grupo, deve-se à estimativa de imposto a pagar, uma vez que a AdSA integra o regime especial de tributação do grupo de sociedades da AdP, SGPS.

I.21. Imposto sobre o rendimento

Quadro 58 - Imposto sobre o rendimento

	31.12.2015	31.12.2014
Imposto corrente	1 955 083	1 885 022
Pagamentos por conta	1 510 205	2 256 987
Pagamento adicional por conta	133 215	262 113
Retenções	3 008	7 620
Estimativa de imposto	308 655	-641 698

A estimativa de imposto a pagar de 2015, não consta no balanço na rubrica de imposto sobre o rendimento do exercício mas sim na rubrica de outros passivos correntes uma vez que a AdSA faz parte do grupo de sociedades da AdP, SGPS, SA.

I.21.1. Imposto do exercício – corrente e diferido

Quadro 59 - Imposto do Exercício

	31.12.2015	31.12.2014
Imposto corrente	-1 955 083	-1 885 022
Imposto diferido	-50 299	140 008
	-2 005 382	-1 745 013

I.21.2. Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

Quadro 60 - Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

	31.12.2015	31.12.2014
Resultado antes de impostos	7 122 070	4 327 763
Variações patrimoniais positivas	459 452	541 569
	1) 7 581 522,18	4 869 331,82
Acréscimos		
Amortização exercício investimento futuro	883 846	858 214
Provisões	0	517 362
Perdas por imparidade	897 001	996 306
outros	19 670	130 622
Deduções		
Reversão de provisão para outros riscos e encargos	1 526 965	123 743
Outros	63 413	257 639
	2)	2 121 121
Lucro Tributável	1) + 2)	6 990 453
Imposto à taxa normal + derrama: 22,5%	1 753 124	1 712 661
Derrama estadual	194 583	164 714
Tributação autónoma	7 376	7 647
Total do imposto	1 955 083	1 885 022
Total do imposto IFRS	1 955 083	1 885 022
Taxa efetiva de imposto	26,86%	26,86%

As variações patrimoniais positivas resultam essencialmente da não-aceitação pela administração fiscal dos acréscimos de gastos para investimentos contratuais não realizados à data de 31 de dezembro de 2010, cujo reconhecimento se encontra a ser diferido pelo número de anos remanescente da concessão.

Relativamente aos outros acréscimos e deduções estão consideradas as provisões não dedutíveis relativas às dívidas dos Municípios no montante de € 897.001, a reversão provisão para outros riscos e encargos no valor de € 1.241.444 e os acréscimos de gastos do investimento contratual não realizado no valor de € 883.846.

Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão

No dia 31 de dezembro de 2012 foi aprovada a Lei nº 66-B/2012, onde no seu artigo 255.º, onde se introduziu um regime transitório nos contratos de concessão de sistemas Multimunicipais, aditando para o efeito ao Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de julho, o artigo 5.º-A.

De acordo com o disposto neste artigo 5.º-A, para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado até à entrada em vigor do Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de julho, o prazo de regularização dos efeitos nos capitais próprios decorrentes na adoção pela primeira vez da NCRF, corresponde aos períodos de tributação remanescentes do contrato de concessão em vigor no final de cada exercício.

De acordo ainda com o disposto no n.º 2 do artigo 5.º-A esta alteração ao regime transitório prevista no artigo 5.º do Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de julho, tem natureza interpretativa, logo retroativa.

1.21.3. Prejuízos fiscais

Não existem perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados, existem diferenças temporárias dedutíveis relativamente as quais existem ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço.

1.22. Vendas e prestação de serviços

1.22.1. Vendas

Quadro 61 - Vendas

	31.12.2015	31.12.2014
Vendas	9 068 449	8 674 555
	9 068 449	8 674 555

A variação deve-se essencialmente ao fornecimento extraordinário de água para consumo humano à cidade de Sines a pedido da Câmara Municipal de Sines, e ao aumento do fornecimento de água à Câmara Municipal de Santiago do Cacém, no ponto de entrega do GIZ.

1.22.2. Prestação de serviços

Quadro 62 - Prestações de serviços

	31.12.2015	31.12.2014
Prestação de serviços a municípios	503 096	603 680
Prestação de serviços a particulares	4 786 547	4 337 997
	5 289 643	4 941 676

A variação é justificada fundamentalmente pela qualidade do efluente recebido com a consequente faturação em classes mais elevadas e faturação dos agravamentos/penalizações.

A área de resíduos industriais também regista em relação ao ano anterior uma duplicação das toneladas rececionadas, justificada pelo desmantelamento da fábrica da Carbogal, cuja atividade terminou no último trimestre do ano de 2015.

I.23. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Quadro 63 - Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	31.12.2015	31.12.2014
CMVMC - Mercadorias	-	-
CMVMC – Matérias-primas	135 350	124 755
CMVMC - Matérias subsidiárias	6 022	5 695
CMVMC - Diversos	72 902	45 233
	214 275	175 683
TPE	0	0
	214 275	175 683

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas compreende todos os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e sua condição, designadamente contadores, material hidráulico, tubagem e outros.

I.24. Fornecimentos e serviços externos

Quadro 64 - Fornecimentos e serviços externos

	31.12.2015	31.12.2014
Trabalhos especializados	1 787 091	1 681 650
Energia	693 453	996 102
Comunicação	198 452	202 770
Conservação e Reparação	412 589	299 053
Rendas e Alugueres	174 121	140 632
Seguros	101 665	115 984
Outros FSE's	254 818	479 507
Correções relativas a exercícios anteriores	30 059	52 803
	3 652 247	3 968 502
FSE's capitalizados	0	-4 001
	3 652 247	3 964 501

Relativamente à variação das rubricas “Trabalhos especializados” e “Outros FSE”, deve-se fundamentalmente à reclassificação dos gastos com apoio jurídico de FSE (honorários) para Trabalhos especializados (Assessoria Jurídica).

Verifica-se também uma redução de gastos em eletricidade, motivado pela diminuição do caudal captado para reposição dos níveis da albufeira de Morgavel.

I.25. Gastos com pessoal

Quadro 65 - Gastos com pessoal

	31.12.2015	31.12.2014
Remunerações	1 411 484	1 534 979
Encargos sociais sobre remunerações	323 973	327 838
Outros custos com pessoal	91 572	168 638
Correcções relativas a exercícios anteriores	-17 988	-5 713
	1 809 041	2 025 741
Gastos com pessoal capitalizados	0	0
	1 809 041	2 025 741

A variação em gastos com pessoal deve-se à integração de um prestador de serviços como colaborador da empresa, acrescido de indemnização por despedimento em 2014 e à saída de 3 colaboradores e entrada de 1 colaborador em 2015.

I.25.1. Quadro de pessoal

Quadro 66 - Quadro de pessoal

Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2015	31.12.2014
Órgãos sociais	3	3
Trabalhadores efectivos e outros	62	65
	65	68

Número de colaboradores a 31 de Dezembro	31.12.2015	31.12.2014
Órgãos sociais	3	3
Trabalhadores efectivos e outros	62	64
	65	67

I.26. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

Quadro 67 - Depreciações, amortizações e reversões do exercício

	31.12.2015	31.12.2014
Depreciação de propriedades de investimento	-	-
Amortizações de ativos tangíveis	17 128	19 523
Amortizações de ativos intangíveis	3 162 344	3 196 288
Acréscimos de custos do investimento contratual	883 846	858 214
Reversões de amortizações de ativos intangíveis	-	-
	4 063 318	4 074 025

I.27. Provisões e reversões do exercício

Quadro 68 - Provisões e reversões do exercício

	31.12.2015	31.12.2014
Provisões para riscos e encargos	-	-
Provisões Outras	0	517 362
	0	517 362
Reversões de provisões para processos judiciais	-	-
Reversões de provisões para riscos e encargos	1 241 444	123 743
	1 241 444	123 743
	1 241 444	-393 619

A variação na rubrica de provisões e reversões do exercício deve-se à reversão da provisão relativa à conclusão da resolução do passivo ambiental, no valor de € 724.081,76 e à reversão da provisão relativa ao *haircut* de 30%, previsto no PER do cliente Artlant, no valor de € 517.362,31, relativa ao ano de 2014, em que se aguardava a homologação do PER, tendo em 2015 sido reconhecida uma perda por imparidade no montante de € 305.883,53.

I.28. Perdas por imparidade e reversões do exercício

Quadro 69 - Perdas por imparidade e reversões do exercício

	31.12.2015	31.12.2014
Perdas por imparidade de clientes	1 216 579	996 306
Perdas por imparidade de outros devedores	-	-
	1 216 579	996 306
Reversões de perdas por imparidade	-	-
	-	-
	1 216 579	996 306

A variação verificada deve-se ao reconhecimento da perda por imparidade relativa ao *haircut* de 30%, resultado da homologação do PER do cliente Artlant, no valor de € 305.883,53 em 2015. Ver nota 27.

I.29. Outros gastos operacionais

Quadro 70 - Outros gastos operacionais

	31.12.2015	31.12.2014
Impostos	63 875	66 504
Perdas em inventários	6 463	6 133
Donativos	7 500	1 000
Outros gastos operacionais	143 312	95 633
	221 151	169 270

I.30. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Quadro 71 - Outros rendimentos e ganhos operacionais

	31.12.2015	31.12.2014
Rendimentos suplementares	161 183	211 766
Subsídios à exploração	0	0
Outros rendimentos e ganhos operacionais	145 027	140 633
Correções relativas a exercícios anteriores	44 525	25 464
	350 735	377 863

Os rendimentos suplementares dizem respeito à receção de lixiviados.

I.31. Gastos financeiros

Quadro 72 - Gastos Financeiros

	31.12.2015	31.12.2014
Juros suportados	189 410	197 612
Comissões bancárias	302	302
Outros gastos financeiros	0	44 379
	189 711	242 292
Gastos financeiros capitalizados	0	0
	189 711	242 292

I.32. Rendimentos financeiros

Quadro 73 - Rendimentos Financeiros

	31.12.2015	31.12.2014
Juros de mora - Atraso de pagamento de clientes	371 149	347 343
Juros obtidos - Depósitos bancários	11 536	26 981
Outros juros	0	3 677
Correções relativas a exercícios anteriores	0	-69 245
	382 685	308 756

I.33. Saldos e transações com entidades relacionadas

Quadro 74 - Saldos e transações com entidades relacionadas 2014

Ano 2014	AdP Serviços, SA	Aquasis, SA	Simarsul, SA	EPAL, SA	EGF, SA	Águas Públicas do Alentejo, SA	AdP Energias, SA	Empresa mãe AdP SGPS, SA	Municípios accionista	Órgãos Gestão
Rendimentos	-	-	-	0	-	156 084	-9 574	-	-	-
Rédito	-	-	-	-	-	156 084	-9 574	3 677	-	-
Dividendos atribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos	-301 242	-10 596	0	-20 313	0	-	-	-440 980	-	-
Gastos com pessoal	-3 338	-	-	-1 100	-	-	-	-32 493	-	-
Outros gastos	-297 905	-10 596	-	-19 213	-	-	-	-408 487	-	-
Balço										
Ativos	87 295	-	-	-	-	34 328	-	-	-	-
Clientes	-	-	-	-	-	2 637	-	-	-	-
Ativos intangíveis	86 215	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos a Reconhecer	1 080	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores	-	-	-	-	-	31 691	-	3 677	-	-
Passivos	-93 803	-	-	-4 341	0	-	-432	-127 952	-	-
Fornecedores	-29 124	-	-	-2 736	-	-	-432	-126 998	-	-
Acrescimos de Gastos	-50 854	-	-	-1 605	-	-	-	-954	-	-
Outros credores	-13 825	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 75 - Saldos e transações com entidades relacionadas 2015

Ano 2015	AdP Serviços, SA	Aquasis, SA	Simarsul, SA	EPAL, SA	EGF, SA	Águas Públicas do Alentejo, SA	AdP Energias, SA	Empresa mãe AdP SGPS, SA	Municípios accionista	Órgãos Gestão
Rendimentos	-	-	-	-	-	124 643	-17 413	-	-	-
Rédito	-	-	-	-	-	124 643	-17 413	3 677	-	-
Dividendos atribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos	-341 314	0	0	-23 696	0	-	-	-441 047	-	-
Gastos com pessoal	-	-	-	-130	-	-	-	-11 704	-	-
Outros gastos	-341 314	-	-	-23 566	-	-	-	-429 343	-	-
Balço										
Ativos	123 829	-	-	-	-	32 167	-	-	-	-
Clientes	-	-	-	-	-	32 167	-	-	-	-
Ativos intangíveis	123 829	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos a Reconhecer	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores	-	-	-	-	-	-	-	3 677	-	-
Passivos	-93 429	-	-	-3 742	0	-	-1 025	-359 862	-	-
Fornecedores	-54 779	-	-	-2 133	-	-	-1 025	-51 309	-	-
Acrescimos de Gastos	-38 651	-	-	-1 609	-	-	-	102	-	-
Outros credores	-	-	-	-	-	-	-	-308 655	-	-

I.34. Compromissos

A Empresa possui assumidos os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balço apresentado:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem € 35.180.215, que atualizados à taxa de inflação perfazem € 43.962.525, dos quais € 22.961.481,45 já se encontram realizados (DUI € 19.565.330,46 e em curso € 3.396.150,99).

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, que ascende a € 5.812.525 destacam-se os seguintes:

Quadro 76 - Principais Compromissos Assumidos

Fornecedor	Descrição	Valores Por Faturar (€)
ECODEAL-GESTÃO RESÍDUOS INDUSTRIAIS, S.A.	Gestão de Resíduos	1 213 910
IBERDROLA CLIENTES PORTUGAL, LDA	Energia	864 013
OLIVEIRAS, S.A.	Empreitada na Adutora entre o Nó da Petrogal e a ZILS Norte	682 763
LIMPERSADO, S.A.	Prestação de serviços de limpezas industriais	332 873
OLIVEIRAS, S.A.	Empreitada de Substituição das Comportas na ETAR de Ribeira dos Moinhos	151 719
MENDES & IRMÃOS, S.A.	Materiais de Stock	144 587
RUI & CANDEIAS, LDA	Prestação de Serviços de Canalização	99 444
		3 489 309

I.35. Ativos e passivos contingentes

I.35.1. Garantias prestadas

Garantia bancária n.º 0731.005245.193, sobre o Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 10.000 a favor da SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A. para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes do contrato da empreitada “Remodelação da capacidade de transporte de efluentes industriais entre a EE ZIP3 e a ETAR de Ribeira de Moinhos”;

Garantia bancária n.º 0731.005246.993, sobre o Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 10.000 a favor da SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes do contrato da empreitada “Abastecimento de água industrial à Refinaria da Petrogal – Lanço F/Sines-Santo André”;

Garantia bancária n.º 9140.042006.993, sobre o Banco Caixa Geral de Depósitos, no valor de € 10.000 a favor da SPER – Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A., para o cumprimento de obrigações contratuais emergentes do contrato da empreitada “Travessia Adutora no IP8 entre o Nó da Petrogal e a ZILS Norte”;

Garantia bancária n.º 288-43.000040-7, sobre a Caixa Económica Montepio Geral, no valor de € 238.770 a favor da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, para o cumprimento das condições impostas na licença da operação de deposição de resíduos no Aterro de resíduos não perigosos (Resíduos industriais) de Santo André.

I.35.2. Processos Judiciais

A Empresa tem ações a correr em tribunal já devidamente contestadas:

Quadro 77 - Ações a correr em tribunal

Nº de Processo	Entidade	Valor da Ação	A favor da empresa	Contra a empresa
101/09.8BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	87 605,44	x	
232/09.6BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	101 426,85	x	
429/09.9BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	109 719,44	x	
171/10.8BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	127 518,02	x	
397/10.4BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	142 910,18	x	
133/11.6BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	119 666,74	x	
294/11.6BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	122 884,32	x	
35/12.0BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	102 231,80	x	
215/12.9BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	73 396,36	x	
420/12.8BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	148 215,56	x	
155/13.4BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	104 017,49	x	
329/13.8BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	86 889,20	x	
334/14.7BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	114 234,59	x	
525/14.0BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	114 254,35	x	
69/14.0BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	116 987,92	x	
102/09.8BEBJA	Câmara Municipal de Sines	128 450,69	x	
231/09.8BEBJA	Câmara Municipal de Sines	359 200,72	x	
428/09.0BEBJA	Câmara Municipal de Sines	247 082,83	x	
172/10.6BEBJA	Câmara Municipal de Sines	206 619,09	x	
396/10.6BEBJA	Câmara Municipal de Sines	301 566,34	x	
189/13.9BEBJA	Câmara Municipal de Sines	986 300,83	x	
134/11.6BEBJA	Câmara Municipal de Sines	228 237,26	x	
34/12.2BEBJA	Câmara Municipal de Sines	171 674,21	x	
216/12.7BEBJA	Câmara Municipal de Sines	153 933,76	x	
256/12.6BEBJA	Câmara Municipal de Sines	242 927,86	x	
419/12.4BEBJA	Câmara Municipal de Sines	277 942,88	x	
154/13.6BEBJA	Câmara Municipal de Sines	160 627,27	x	
328/13.0BEBJA	Câmara Municipal de Sines	172 073,17	x	
335/14.5BEBJA	Câmara Municipal de Sines	177 748,17	x	
526/14.9BEBJA	Câmara Municipal de Sines	156 004,99	x	
70/14.4BEBJA	Câmara Municipal de Sines	168 733,88	x	
166442/10.7YIPRT	Medoc - Sociedade de Construções, LDA	5 319,42	x	
22/12.9BEBJA	Massa Insolvente da Aquino Construções, SA	118 206,94		x
10/11.2MASTC	Ministério Público	NA		x
841/15.4T9STC	Queixa-crime intentada contra a ex-colaboradora Cátia Coelho e Alberto Pais	NA	x	
1125/14.0TYLSB	Processo Especial de Revitalização (CIRE) da ARTLANT PTA., S.A.	1 737 888,52	x	
179/15.7BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	102 438,88	x	
178/15.9BEBJA	Câmara Municipal de Sines	145 171,09	x	
353/15.6BEBJA	Câmara Municipal de Santiago do Cacém	101 154,91	x	
352/15.8BEBJA	Câmara Municipal de Sines	132 771,55	x	

I.36. Informações exigidas por diplomas legais

Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade AdSA, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a

obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade AdSA não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Sector Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2011, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

I.37. Rendimento garantido

Quadro 78 - Rendimento garantido

	31.12.2015	31.12.2014
Capital social realizado	1 000 000	1 000 000
Reserva legal	271 578	271 578
Base de incidência	1 271 578	1 271 578
Taxa de juro OT	2,49%	3,84%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
	5,49%	6,84%
Remuneração acionista do ano	69 810	86 976

Quadro 79 - Remuneração em dívida

Remuneração em dívida	
Ano 2001	5 250
Ano 2002	35 000
Dividendos pagos	-40 250
Ano 2003	37 929
Dividendos pagos	-37 929
Ano 2004	36 400
Dividendos pagos	-36 400
Ano 2005	17 648
Dividendos pagos	-17 648
Ano 2006	37 849
Ano 2007	0
Dividendos pagos	-37 849
Ano 2008	1 103 228
Ano 2009	49 177
Dividendos pagos	-92 731
Ano 2010	52 487
Dividendos pagos	-101 664
Ano 2011	168 357
Dividendos pagos	-168 357
Ano 2012	133 007
Dividendos pagos	-133 007
Ano 2013	118 130
Dividendos pagos	-1 128 626
Ano 2014	86 976
Dividendos pagos	-86 976
Ano 2015	
Proposta de dividendos 2015	69 810
<i>Dividendos em dívida</i>	0

I.38. Eventos subsequentes

Não se verificaram fatos relevantes após o termo do Exercício.

A AdSA nas suas relações comerciais com o cliente Artlant PTA, S.A., viu suspensa a sua atividade operacional em 2014, tendo-se no mesmo ano iniciado um Plano Especial de Revitalização (PER), homologado em julho de 2015 com um *haircut* de 30%, aplicável sobre a faturação emitida a 31 de julho de 2014 no valor de € 1.019.611,76 com a aplicação de juros de mora de 1% + Euribor.

Em 2015, a AdSA recebeu a primeira prestação no valor de € 104.561,19.

O Conselho de Administração entende, nesta data, ser espectável que através da execução do PER serão criadas as condições necessárias que assegurem a continuidade das operações daquela empresa, e o conseqüente exercício dos restantes direitos contratuais que emergem do contrato e respetiva adenda, de fornecimento, tratamento, e descarga de água industrial, água residual industrial e água salina.

O Conselho de Administração,

Joaquim Marques Ferreira
(Presidente)

Manuel Augusto Ruano Lacerda
(Administrador Executivo)

João Manuel da Silva Costa
(Vogal)

A Contabilista Certificada

Branca Gabriela Malho Lima

Vila Nova de Santo André, 29 fevereiro de 2016

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhor Acionista,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, e do n.º 2 do artº. 54 do Decreto Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras, a proposta de aplicação de resultados, e o relato sobre as práticas de governo societário, apresentados pelo Conselho de Administração de Águas de Santo André, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

No decurso do exercício, acompanhamos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Verificámos a adequacidade das divulgações efetuadas no relatório de governo societário do exercício de 2015, em consonância com o disposto no n.º 1 do artº. 44 do Decreto Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- Aferimos sobre o cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhor Acionista,

Procedemos à ação de fiscalização de Águas de Santo André, S.A., nos termos do artº. 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2015 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2015 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2015, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis;
- (d) O relatório do governo societário do exercício de 2015 satisfaz os requisitos de divulgação previstos no n.º 1 do artº. 44 do Decreto Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro;
- (e) A avaliação do nível de cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado divulgada no Relatório de Gestão, designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, merece a nossa concordância.

Lisboa, 11 de março de 2016

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:



Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas de Santo André, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 80.783.117 Euros e um total de capital próprio de 23.945.374 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.116.688 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas de Santo André, S.A., em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Ênfase

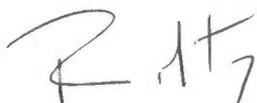
8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de, conforme divulgado na nota 38 das notas às demonstrações financeiras, a Empresa apresentar relações comerciais com o cliente Artlant PTA, S.A., o qual, a 12 de junho de 2015 teve a aprovação do Plano Especial de Revitalização (“PER”). No âmbito do referido PER, foram reconhecidas as respetivas perdas por imparidade relativas a 30% da dívida vencida até 2014. É do entendimento do Conselho de Administração que, através da execução do PER, serão criadas as condições necessárias que assegurem a continuidade das operações da Artlant PTA, S.A., e o conseqüente exercício pela Empresa dos restantes direitos contratuais que emergem do contrato, e respetiva adenda, de fornecimento, tratamento, e descarga de água industrial, águas residual industrial e água salina.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 11 de março de 2016

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)



Águas de Santo André, S.A.

Cerca da Água - Rua dos Cravos | 7500-130 Vila Nova de Santo André

Tel: + 351 269 708 240 | Piquete: 934 564 484 (24h) | Apoio ao Cliente: 808 101 005

E-mail: geral.adsa@adp.pt • contabilidade.adsa@adp.pt • clientes.adsa@adp.pt • etica.adsa@adp.pt

www.adsa.pt